

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**AS NOVAS DINÂMICAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO PERÍODO
TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:
O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ E O RESPECTIVO CÍRCULO
DE COOPERAÇÃO NO SUL DE MINAS**

Marco Aurélio Pereira Rollo

Orientadora: **Profa. Dra. Samira Peduti Kahil**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Área de Concentração Organização do Espaço,
para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro – SP

2009

910h R755n	Rollo, Marco Aurélio Pereira As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no Sul de Minas / Marco Aurélio Pereira Rollo. - Rio Claro/SP : [s.n.], 2009 128 f.: il., gráfs., transp., tabs., quadros, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas Orientador: Samira Peduti Kahil 1. Geografia Humana. 2. Lugar. 3. Grandes empresas. I. Título.
---------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil
(orientadora)

Profa. Dra. Darlene Ap. de Oliveira Ferreira
(presidente)

Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo

Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo

Aluno: Marco Aurélio Pereira Rollo

Rio Claro, 20 de outubro de 2009

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Pela nossa vida passam muitas pessoas. Pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuem para o nosso engrandecimento. Muitas pessoas contribuíram para que eu chegasse e passasse pelo Mestrado. Seria difícil nesse momento lembrar o nome de todos. Assim, agradeço a todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado!

Em especial quero agradecer a algumas pessoas que estiveram ligadas mais diretamente a essa etapa de minha vida. A toda minha família, principalmente à minha mãe Marlene, minhas irmãs e irmão Eliana, Juliana e Geovane, meu cunhado Gilberto, meus avós Maurício e Bárbara, tios, pela presença em minha vida, pelas palavras encorajadoras e de entusiasmo, pelas orações, o meu muito obrigado!

A minha namorada Eliane, pelas palavras carinhosas, pela companhia, pelo apoio nessa reta final de curso, pelo seu amor. Obrigado Lika, por existir em minha vida!

Aos meus colegas professores e funcionários da Escola Estadual Alice Autran Dourado, pelos incentivos a cursar o Mestrado, pela torcida durante todo o curso, obrigado!

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Usos do Território e Dinâmica dos Lugares”, Ricardo, Jorge, Carlos, Francisco, Guilherme, Márcio, Maurício, Mirlei e Sérgio, que através de suas experiências, de seus conhecimentos, contribuíram para o meu crescimento intelectual. Obrigado, companheiros!

Por fim, gostaria de agradecer especialmente a Professora Samira, por ter acreditado e confiado em mim, pela paciência durante esses anos de orientação, pelas conversas sempre enriquecedoras, por ter permitido um contato maior com a obra do Professor Milton Santos, contato com essa Geografia nova, repleta de riquezas. Pela seriedade em relação ao trabalho científico e acadêmico, por seu senso de justiça, por sua preocupação com os rumos da Geografia e da Educação no Brasil, Samira é hoje modelo de Educador para mim. Obrigado por ter mudado o meu modo de ver o mundo, Samira!

SUMÁRIO

	Página
Índice.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Mapas.....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Quadro de Siglas.....	xi
Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
 Introdução.....	 1
Capítulo I – Período Técnico-Científico-Informacional e as novas dinâmicas territoriais no Brasil: uma análise a partir do Circuito Espacial de Produção do Café.....	6
Capítulo II – Novas relações entre as regiões produtoras de café no Brasil.....	21
Capítulo III – Os Círculos de Cooperação desenvolvidos pelo Estado no Circuito Espacial de Produção do Café Reconfigurado.....	38
Capítulo IV – As empresas: monopólios territoriais no Circuito Espacial de Produção do Café Reconfigurado.....	45
Capítulo V – As novas dinâmicas das relações campo-cidade: uma análise a partir do Circuito Espacial de Produção do Café e dos Círculos de Cooperação em Minas Gerais.....	72
Capítulo VI – Sistemas de objetos e sistemas de ações no território brasileiro: a Cooxupé no Circuito Espacial de Produção do Café.....	81
Capítulo VII – Os sistemas de movimento no Circuito Espacial de Produção do Café: uma análise a partir das ações da Cooxupé no território.....	104
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas (material).....	116
Referências Bibliográficas (digital).....	121
Bibliografia Geral.....	123
Anexos.....	125

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ.....	6
1.1 Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil: composição dos agentes envolvidos.....	8
1.2 A modernização do Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil: um esforço de periodização.....	11
1.2.1 O Estado – modernizador e regulador do Circuito Espacial de Produção do Café: da década de 1950 à década de 1980.....	12
1.2.2 Do Estado às empresas: nova forma de regulamentação do Circuito Espacial de Produção do Café a partir da década de 1990.....	17
CAPÍTULO II	
NOVAS RELAÇÕES ENTRE AS REGIÕES PRODUTORAS DE CAFÉ NO BRASIL.....	21
2.1 A nova hierarquia entre as regiões produtoras de café: modernização do território, redução da arena de produção e expansão da área de circulação, distribuição e consumo de café.....	22
2.2 Estrutura fundiária das regiões produtoras de café: a pequena unidade de produção.....	34
CAPÍTULO III	
OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDOS PELO ESTADO NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ RECONFIGURADO.....	38
3.1 A modernização via a creditização: dependência e heteronomia tácita do território.....	39
3.2 O financiamento das pesquisas: na contramão do projeto neoliberal, a mão invisível do Estado.....	43
CAPÍTULO IV	
AS EMPRESAS: MONOPÓLIOS TERRITORIAIS NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ RECONFIGURADO.....	45

4.1 Grandes empresas produtoras de insumos.....	47
4.1.1 Empresas produtoras de fertilizantes: do monopólio público ao monopólio territorial das empresas.....	47
4.1.2 A produção de defensivos no Brasil: uso corporativo do território pelas grandes empresas multinacionais.....	52
4.2 Empresas produtoras de máquinas agrícolas: fusões e corporações.....	55
4.3 Do território como abrigo ao território como recurso: a dinâmica da reestruturação e concentração das empresas torrefadoras no Circuito Espacial de Produção do Café	63
4.4 A exportação do café brasileiro.....	67
4.4.1 Principais empresas exportadoras de café em grão.....	70
CAPÍTULO V	
AS NOVAS DINÂMICAS DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ E DOS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO EM MINAS GERAIS.....	72
5.1 A importância das cidades mineiras no Circuito Espacial de Produção do Café.....	73
5.2 Guaxupé: uma cidade do agronegócio.....	75
5.2.1 Uso corporativo das infra-estruturas criadas pelo Estado.....	78
CAPÍTULO VI	
SISTEMAS DE OBJETOS E SISTEMAS DE AÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: A COOXUPÉ NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ.....	81
6.1 Gênese e formação de uma empresa territorial: a Cooxupé no Circuito Espacial de Produção do Café.....	81
6.2 A consolidação da Cooxupé no período técnico-científico-informacional: o alargamento da área de atuação da Cooperativa.....	85
6.2.1 Os sistemas de objetos da Cooxupé.....	86
6.2.1.1 Expansão e modernização das infra-estruturas da Cooxupé pelo belt do do café no Sul de Minas Gerais.....	89
6.2.1.2 A expansão das infra-estruturas da Cooxupé para um novo front agrícola: o Cerrado Mineiro.....	91

6.2.2 Os sistemas de atividades da Cooxupé: a rede de relações entre Cooxupé e demais agentes do Circuito Espacial de Produção e do Círculo de Cooperação do Café.....	92
6.2.2.1 Cooxupé, empresas fornecedoras de insumos e grandes torrefadoras: a rede de relações no Circuito Espacial de Produção do Café.....	93
6.2.2.2 A Cooxupé e o seu Círculo de Cooperação no território.....	95
6.2.3 O Cooperativismo: falsas horizontalidades no território.....	96
6.3 Ordens mundiais e ordenamento heteronômico dos lugares: as ações da Cooxupé.....	98
CAPÍTULO VII	
OS SISTEMAS DE MOVIMENTO NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CAFÉ: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES DA COOXUPÉ NO TERRITÓRIO.....	104
7.1 Rede de transportes e escoamento da produção pela Cooxupé.....	105
7.2 Os atuais sistemas técnicos de telecomunicação e da informática: a informação como importante fator de competitividade das empresas.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (MATERIAL).....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DIGITAL).....	121
BIBLIOGRAFIA.....	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil.....	10
Figura 2: Produção Média de Café: Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (milhões de sacas de 60 kg) – Período 1968/69 – 2007/08.....	24
Figura 3: Brasil: Área e produção médias de café: Período 1968/69 – 2007/08.....	26
Figura 4: Fertifós e Quadro de Acionistas pós-Privatização (1994) da Fosfértil/Ultrafértil....	48
Figura 5: Participação dos grupos econômicos no capital social da Fertifós.....	49
Figura 6: Market Share do Mercado Brasileiro de Fertilizantes Formulados – 2005.....	50
Figura 7: Consumo Mundial de Fertilizantes – 2006 (em %)......	51
Figura 8: Consumo de fertilizantes por culturas – Brasil – 2006 (milhões de toneladas)......	51
Figura 9: Valor total das compras de defensivos por culturas (em %) – Brasil – 2006.....	54
Figura 10: Distribuição relativa média do consumo brasileiro de defensivos, por classe de uso - 2001-2005.....	55
Figura 11: Exportação por países de destino – 2007.....	61
Figura 12: Produção brasileira de máquinas agrícolas, por unidade de Federação – 1990.....	62
Figura 13: Produção brasileira de máquinas agrícolas, por unidade de Federação – 2007.....	62
Figura 14: Exportações Brasileiras de Café Verde - não torrado, não descafeinado – Principais Países Importadores – 2008 (em mil toneladas).....	68
Figura 15: Ranking dos 5 maiores Exportadores Mundiais de Café Torrado – 2003 (em mil toneladas).....	69

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Área plantada de Café – 1995.....	28
Mapa 2: Área plantada de Café – 2000.....	29
Mapa 3: Área plantada de Café – 2005.....	30
Mapa 4: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas – 1995.....	31
Mapa 5: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas – 2000.....	32
Mapa 6: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas – 2005.....	33

Mapa 7: Matriz, núcleos, unidades avançadas e escritório de exportação da Cooxupé, por municípios (2008).....	88
Mapa 8: Brasil: principais portos de embarque de café.....	108

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Produção e Exportação Mundial de Café – 2008 Volume em mil sacas de 60 kg.....	11
Tabela 2: Café beneficiado: Área em produção e produção – Safras 2006/07 e 2007/08.....	25
Tabela 3: Brasil: Área, produção e rendimento de café – Período 1968/69 – 2007/08.....	25
Tabela 4: Agricultura Familiar – Percentual do Valor Bruto da Produção produzido em relação ao Valor Bruto da Produção Total – Café.....	36
Tabela 5: Brasil – Café em coco.....	37
Tabela 6: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Colheita – 2007.....	41
Tabela 7: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Estocagem – 2007.....	41
Tabela 8: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Financiamento para Aquisição de Café (FAC) – 2007.....	41
Tabela 9: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Custeio – 2007.....	42
Tabela 10: Programas de Financiamentos Agropecuários do Governo Federal administrados pelo BNDES.....	42
Tabela 11: Principais empresas na indústria de defensivos agrícolas no mundo e no Brasil: faturamento e participação no market share – 2005.....	53
Tabela 12: Produção, Vendas Internas e Exportações de Tratores de Rodas fabricados no Brasil em 2007 – Principais Empresas Fabricantes.....	58
Tabela 13: Produção, Vendas Internas e Exportações de Colheitadeiras fabricadas no Brasil em 2007 – Principais Empresas Fabricantes.....	59
Tabela 14: Produção, vendas e exportações de máquinas agrícolas automotrizes, Brasil – 1996/99, 2000/03, 2004/07.....	60

Tabela 15 - Produção e Participação por Grupos e Portes de Empresas Associadas a Abic – Maio/2007 a Abril/2008.....	64
Tabela 16 – Relação das 10 maiores indústrias de Café Associados da ABIC – Abril/2008.....	66
Tabela 17: Exportações Brasileiras de Café Solúvel – mesmo descafeinado: Principais Países Importadores – 2008.....	67
Tabela 18: Exportações Brasileiras de Café – Total/2008.....	68
Tabela 19: Principais empresas exportadoras do café brasileiro – 2008.....	71
Tabela 20: Estabelecimentos Rurais - Guaxupé – 1995/96.....	76
Tabela 21: Guaxupé – Principais produções agrícolas – 2007.....	76
Tabela 22: Estabelecimentos com declaração de assistência técnica, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo, irrigação e energia elétrica – Guaxupé – 1995/6.....	76
Tabela 23: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – Guaxupé – 2006.....	77
Tabela 24: Perfil do Cooperado da Cooxupé – Média 2006 a 2007.....	86
Tabela 25: Exportações Brasileiras de Café Verde - não torrado, não descafeinado - Principais Países Importadores – 2008.....	100
Tabela 26: Princípios que envolvem as dimensões social, ambiental e econômica do Programa 4C – Código Comum para a Comunidade Cafeeira.....	101
Tabela 27: Principais clientes da Cooxupé no Mercado Internacional – 2007.....	102
Tabela 28: Exportações brasileiras de café em grão por unidade de embarque – Período: Ano-Safra (Julho/Junho) – 2007/2008.....	109

QUADRO DE SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria do Café
ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química
AENDA	Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos
AIC	Acordo Internacional do Café
ANDA	Agência Nacional de Defensivos Agrícolas
ANFAVEA	Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CACCR	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
CBP&D/Café	Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
CDPC	Conselho Deliberativo da Política Cafeeira
CECAFÉ	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CEPA	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CNC	Conselho Nacional do Café
COOXUPÉ	Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé
DCAF	Departamento do Café
EADI	Estação Aduaneira do Interior
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAC	Financiamento para Aquisição de Café
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFA	Associação Internacional das Indústrias de Fertilizantes
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIC	Organização Internacional do Café
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PNDA	Programa Nacional de Agroquímicos
PNFCA	Plano Nacional para Difusão de Fertilizantes e Calcário Agrícola
PNP&D/Café	Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
SECEX	Secretaria do Comércio Exterior
SINDAG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Agrícola
SPAÉ	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Produção e Comercialização
SRB	Sociedade Rural Brasileira
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

RESUMO

As Novas Dinâmicas do Território Brasileiro no Atual Período Técnico-Científico-Informacional: o Circuito Espacial de Produção do Café e o Respetivo Círculo de Cooperação no Sul de Minas

O trabalho tem por objetivo elucidar como o território brasileiro, no atual período técnico-científico-informacional vai sendo cada vez mais dinamizado segundo um ritmo imposto pelo sistema de ações hegemônicas da economia e da política. A difusão dessas ações e a respectiva materialidade são seletivamente dispostos e organizados nos lugares para servir aos interesses dos agentes econômicos. Esse uso seletivo e privilegiado do meio geográfico impõe uma dinâmica desigual e uma vida de relações de intensidades distintas entre os lugares determinando as mais profundas desigualdades sociais e territoriais. Uma tal dinâmica econômica, ritmada pelo novo modo de desenvolvimento do capitalismo hoje, impõe a formação de verdadeiros circuitos espaciais de produção. O Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil é exemplar dessa nova dinâmica que se impõe ao território brasileiro. Os sistemas de objetos e sistemas de ações que a Cooxupé (Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda) comanda no Circuito Espacial de Produção do Café mostram-nos como são impostas verticalidades na área de atuação da Cooperativa, criando nos lugares onde atua, relações de solidariedade organizacional, muito ritmada e organizada segundo uma racionalidade econômica, razão pragmática e capitalista, no mais das vezes cega para tudo o mais que não seja o cálculo, o uso eficiente dos meios para atingir uma única finalidade: a riqueza de alguns.

Palavras-chave: Café; Circuito Espacial de Produção; Grandes empresas; Lugar; Território.

ABSTRACT

The new dynamic of Brazilian Territory in the Current Scientific-Technician-Informative Period: the Production Space Circuit of Coffee and the Respective Cooperation Circle of in the South of *Minas Gerais*.

The work is aimed to elucidate as the Brazilian territory, in the current scientific-technician-informative period is, according to a rhythm imposed by the system of hegemonic economy and politics actions. The diffusion of these actions and the respective materiality are selectively arranged and organized in places to serve to the interests of the economic agents. This selective and privileged use of the geographic environment imposes a different dynamic and a life of relations from distinct intensities between the places determining the deepest social and territorial dissemblances. Such economic dynamics, measurable by the new way of capitalism today's development, imposes the formation of true production space circuits. The Production Space Circuit of Coffee in Brazil is exemplary in this new dynamics imposed to Brazilian territory. The object systems and action systems that Cooxupé (Cooperative Regional of the Cafeicultores in Guaxupé Ltda) commands in the Production Space Circuit of Coffee shows us the uprights in the performance area of the Cooperative, creating in the places where it acts, relations of organizational solidarity, really measurable and organized according to an economic rationality, pragmatic and capitalist reason, sometimes blind for everything else that is not the measurement and the efficient use of tactics to reach an only purpose: the wealth of some.

Key-Words: Coffee; Production Space Circuit; great companies; place; territory.

Introdução

Segundo Milton Santos (2004, p. 19), o corpus de uma disciplina deve ser subordinado ao seu objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão na qual nós, geógrafos, devemos estar envolvidos é sobre o espaço geográfico e não sobre a geografia. Pierre George e Hildebert Isnard já nos alertavam que o objeto de estudo da geografia deve ser o espaço. Segundo Pierre George (1980, p. 15), “o espaço terrestre é objeto de estudo geográfico na medida em que é, sob forma qualquer, um meio de vida ou uma fonte de vida, ou uma indispensável passagem para aceder a um meio de vida ou a uma fonte de vida”. Já para Hildebert Isnard (1982, p. 17), “contrariamente às outras criações da vida, a humanidade tentou libertar-se das coações do meio natural para ordenar o espaço onde se desenrola a sua história. É esta análise do espaço que constitui o objeto da Geografia”.

No entanto, no atual período histórico, período este marcado pelo processo de globalização, há um acentuado e acelerado processo de transformação e desenvolvimento técnico-científico-informacional do meio geográfico. A expansão dos sistemas de telecomunicações e de transportes, permitindo maior fluidez de tudo (mercadorias, informação, pessoas, etc.); o alargamento das áreas de produção e de consumo; a modernização dos sistemas de atividades agrícolas, dado o desenvolvimento de novos produtos (biotecnologias e biociência); um sistema financeiro mundializado integrado e um sistema de organização de governos mundiais (instituições e empresas), etc. são as novas variáveis que definem esse período de aceleradas transformações.

Assim, como nos lembra Isnard, mais do que nunca, hoje, o espaço é o campo das diferenciações, das contradições, das tensões, das competições, um ‘jogo’ entre os grandes agentes hegemônicos da economia e da política que disputam entre si o domínio da Terra (ISNARD, 1982).

Por tudo isso, o espaço geográfico se apresenta atualmente como uma realidade complexa, colocando uma série de novos desafios a nós geógrafos. Entre esses desafios está a necessidade de um esforço que permita alcançarmos um esquema explicativo, que ofereça as bases para a compreensão do atual processo de globalização; do movimento comum da sociedade como um todo e do território como um todo.

Esse esquema explicativo, ou seja, o método, não pode prescindir da visão desse todo complexo, onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Porém, a cada dia que passa, uma posição parcial da geografia frente ao seu objeto vem encontrando abrigo

nas fragmentações e dicotomias presentes em seu próprio seio, o que a torna teoricamente frágil (SANTOS *et al.*, 2004, p. 256). Assim, o espaço geográfico muitas vezes é visto apenas como um espaço político, ou econômico, ou turístico, entre outras denominações. “Fragmentada a geografia não oferece uma explicação do mundo e, portanto, passa a precisar cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 257).

Para não incorrermos nesse erro, partimos aqui da proposta de Milton Santos, que considera o espaço geográfico “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63). Ainda segundo Milton Santos (2004, p. 63),

“sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”.

Nesta nossa dissertação, o espaço geográfico é tomado, também de acordo com Milton Santos, como sinônimo de território usado; este sendo “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 255).

Se o território pode ser usado como abrigo para toda a sociedade, hoje com a produção das chamadas redes territoriais, os agentes hegemônicos acabam por fazer um uso privilegiado do território, que se torna, para essa pequena parcela da sociedade, apenas mais um recurso entre os que garantem a realização de interesses privativos dessa mesma classe social.

Se de um lado há esse uso privilegiado do território como recurso, de outro, os atores hegemônicos, por sua vez, usam “o território como abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 261).

No Brasil, os usos do território manifestam as profundas desigualdades sociais e regionais, na medida em que nossa formação sócio-espacial é historicamente organizada e reorganizada, principalmente em função de interesses dos grandes agentes hegemônicos da economia mundial.

Hoje, mais que nunca, esse processo de desenvolvimento econômico dependente se impõe através de um projeto de modernização imposto e comandado, sobretudo pelos agentes hegemônicos da economia mundial. Diante da voracidade desse projeto de modernização os

lugares mais suscetíveis a uma reestruturação territorial baseada nas características do período atual, isto é, com base nas inovações científico-técnicas, são levados a se adaptarem à lógica do capital, ou seja, à lógica das grandes empresas e corporações mundiais, que passam a exercer um forte poder de comando da vida de relações e da dinâmica entre os lugares, vale dizer, da dinâmica do território nacional.

Assim, “o território usado, visto como uma totalidade é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 260).

No entanto, sabendo que exaurir a totalidade é impossível, nesta dissertação reconhecemos situações que permitem interpretar o atual uso do território por empresas que atuam no circuito espacial de produção do café no Brasil.

Segundo Maria Laura Silveira (1999a, p. 22),

“a situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência”.

O “espaço geográfico aparece assim, não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativizado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. O próprio espaço torna-se situação” (GEORGE, 1980, p. 22).

Os conceitos de circuito espacial de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1988, 1994, 2004), vistos de maneira indissociável são, assim, instrumentos fundamentais para o reconhecimento de situações que permitem revelar como o território brasileiro é utilizado segundo diferentes empresas, verificando, desta forma, as várias situações existentes nessa relação, lembrando que o dinamismo destas deve-se à contínua criação de eventos. “É através dos eventos que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (SANTOS, 2004, p. 155). É assim que, a cada novo momento histórico, muda a divisão do trabalho. “Em cada lugar novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem a exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores” (SANTOS, 2004, p. 136), tudo regulado pelos grandes agentes hegemônicos da economia e da política.

O circuito espacial de produção de café no Brasil é um bom exemplo para mostrarmos como o território brasileiro vem sendo cada vez mais regulado pelos grandes agentes hegemônicos da economia e da política. Este circuito, que sempre esteve fortemente vinculado ao mercado internacional, é cada vez mais subordinado à lógica das empresas internacionais e nacionais, na medida em que são estas empresas que definem hoje os tipos de sementes e espécies de café a serem produzidas pelos cafeicultores, influenciam o Estado na definição do crédito a ser liberado aos agentes do circuito, além de direcionarem a assistência técnica e científica da produção e intervirem na logística das formas de colheita e transporte do café. Por tudo isso, podemos afirmar que as grandes empresas definem, hoje, o quanto produzir, onde produzir e como produzir o café. Todas essas normas acabam por dotar o território brasileiro de maior fluidez e competitividade econômica, fatores que permitem uma maior acumulação de capital pelas grandes empresas, vale dizer, dos grandes agentes hegemônicos da economia e da política.

O Estado brasileiro, por sua vez, dá sustentação econômica e política ao processo, na medida em que os interesses nacionais no aumento da produção e exportação do café convergem para os interesses das grandes empresas. Deste modo, as políticas de Estado têm buscado dotar o território de maior fluidez e superar barreiras materiais e imateriais à produção e ao movimento das mercadorias, concedendo crédito bancário às empresas ou criando infra-estruturas territoriais.

Esse modo de desenvolvimento do capitalismo mundial no território brasileiro tem aprofundado as desigualdades regionais, as desigualdades sociais, dado que as novas variáveis do período se instalam seletivamente nos lugares para uso, também seletivo, por uma classe social.

Assim, a partir destas questões, buscaremos, com este nosso texto, contribuir com o necessário debate político sobre os usos do território brasileiro. O capítulo I, além de apresentar os principais agentes ligados à produção do café no Brasil, apresenta uma periodização que contempla a modernização do circuito espacial de produção de café no Brasil, a partir da década de 1950. Destaca-se nessa periodização o importante papel do Estado como agente modernizador do circuito. A periodização está dividida em dois subperíodos: o primeiro, da década de 1950 até fins da década de 1980, quando o Estado brasileiro foi o grande agente modernizador e regulador do circuito; e o segundo, iniciado em fins da década de 1980, quando o Estado transfere o poder de regulamentação do mercado cafeeiro para as empresas.

O capítulo II apresenta as alterações ocorridas na hierarquia dos estados da federação produtores de café, a partir da modernização do circuito espacial de produção desse produto café, iniciada na década de 1950, e como essa modernização permitiu a redução da arena de produção e, ao mesmo tempo, o alargamento da área de abrangência do circuito de produção, da circulação e consumo do café. Somando-se à discussão em torno das regiões produtoras de café, o capítulo II apresenta ainda a forma como está organizada a estrutura fundiária das propriedades cafeicultoras no Brasil.

O capítulo III apresenta os círculos de cooperação desenvolvidos atualmente pelo Estado brasileiro, associado ao circuito espacial de produção do café, confirmando a grande importância que ainda possui o Estado no circuito, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das pesquisas para criação de novos cultivares de café e na liberação de financiamentos aos agentes do circuito.

O capítulo IV apresenta as principais empresas ligadas ao circuito espacial de produção do café, empresas estas que, cada qual em seu ramo de atividade, vem concentrando, dia após dia, mais poder econômico e político e conseqüentemente maior poder de regulação do território.

O capítulo V trás uma análise, a partir do circuito espacial de produção do café em Minas Gerais, das relações entre o campo e a cidade no atual período técnico-científico-informacional. Para isso, destacamos um lugar, o município de Guaxupé, por sua importância econômica e política na organização do circuito espacial da produção do café no Brasil.

O capítulo VI nos mostra como os territórios dos lugares são regulados, econômica e politicamente, cada vez mais pelas empresas, através das verticalidades. Para isso, o capítulo apresenta como se estabelecem essas verticalidades a partir da análise dos sistemas de atividades e dos sistemas de objetos que dão suporte e viabilizam o circuito espacial de produção do café, tendo em vista as ações da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé, empresa que vem contribuindo e viabilizando o uso corporativo do território pelos grandes agentes hegemônicos da economia.

Por fim, o capítulo VII demonstra como se estabelecem os sistemas de movimento no circuito espacial de produção do café, tendo em vista, novamente, os sistemas de objetos e sistemas de ações da Cooxupé.

Capítulo I

Período Técnico-Científico-Informacional e as novas dinâmicas territoriais no Brasil: uma análise a partir do Circuito Espacial de Produção do Café

No atual período técnico-científico-informacional, o processo de modernização pelo qual passa o espaço geográfico permite uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho (produção, circulação, distribuição, consumo), acarretando uma intensificação das trocas e um mais denso feixe de relações entre as regiões. Esses intercâmbios frequentes não são obrigatoriamente entre áreas contíguas. Daí a proposta de Milton Santos (1988, 1994, 2004) de abordagem que leve em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pelas diversas etapas do processo produtivo, desde a sua origem até o consumo final. Os círculos de cooperação associados aos circuitos espaciais de produção referem-se aos fluxos imateriais, tais como capital, informação, mensagens e ordens (SANTOS, 1988, 1994).

Cada circuito espacial da produção promove uma vida de relações próprias que contribui para definir alguns conteúdos da dinâmica do território como o abastecimento de insumos e produtos, a oferta de serviços, a criação de normas necessárias à produção, entre outros (XAVIER, 2002).

As empresas têm papel fundamental em todo esse processo, uma vez que criam através de seus circuitos produtivos, usos singulares do território. Como as empresas possuem capacidades diferenciadas de rentabilizar o uso do território com seus respectivos circuitos, a capacidade de intervir na dinâmica territorial é desigual.

Assim, Milton Santos (apud XAVIER, 2002) propõe que as empresas funcionam segundo três circuitos produtivos. O macro-circuito corresponde àquele que se realiza através dos pontos mais modernos do território, cujo alcance corresponde simultaneamente ao mercado nacional e internacional. Trata-se do circuito espacial das empresas globais, nacionais ou estrangeiras, empresas estas sequiosas de fluidez e que interferem na política do Estado a fim de influenciar a instalação dos mais modernos sistemas técnicos e normativos que possibilitem a eficácia e rentabilidade de suas ações. O meso-circuito está restrito às fronteiras do país, a uma ou mais regiões. Trata-se de uma tipologia bastante extensa de empresas com um nível de operação inferior ao das empresas globais devido às suas

dimensões técnicas, econômicas e políticas, sendo assim mais dependentes das demandas do mercado interno. Já o micro-circuito é composto de empresas de pequeno porte, cuja capacidade de sobrevivência advém da flexibilidade que possuem de se adaptar às contingências do próprio meio ambiente construído.

Enquanto o macro-circuito corresponde a um circuito extravertido, já que a lógica que preside os sistemas de atividades que o compõem é remota e alheia muitas vezes às necessidades dos lugares onde se instalam, as empresas do micro-circuito e parcela das empresas do meso-circuito correspondem ao circuito baseado nas oportunidades de produção e mercado disponíveis no território. Assim, as empresas do primeiro grupo escolhem os lugares que desejam atuar e exigem condições para sua instalação ou permanência; já as empresas do segundo grupo (micro e parcela do meso) são mais dependentes e se ajustam como podem ao meio em que se instalam, seja em relação aos meios de produção ou em relação ao mercado, e podem ser interpretadas por isso como empresas territoriais (SANTOS, 1999; XAVIER, 2002).

Os distintos usos do território, seja pelas empresas que compõem os macro-circuitos espaciais de produção, seja pelas empresas que compõem os meso e micro-circuitos, ajudam-nos a compreender o território como um verdadeiro campo de forças políticas. De um lado, as grandes empresas que operam o estendido mercado internacional cuja força econômica-política rege, segundo seus desígnios, a instalação dos mais adequados meios técnicos; e de outro, as demais empresas usam, como podem, o território, buscando também transigir à lógica competitiva do modo de desenvolvimento do capitalismo hoje. É toda essa dinâmica da divisão territorial da riqueza (sistemas de objetos e de ações; trabalho morto e trabalho vivo), dinâmica ritmada, comandada e a serviço dos agentes hegemônicos do mercado mundial, que manifesta as diferenciações e desigualdades regionais nos territórios nacionais.

Exatamente não é todo o território nacional que interessa aos grandes agentes hegemônicos, mas apenas os lugares mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação sustentada pelas inovações técnico-científicas e pela globalização da produção e do consumo, o que permitirá aos agentes hegemônicos uma acumulação de capital mais rápida e intensa.

Assim, no Brasil, a instalação de um meio técnico-científico-informacional se dá privilegiadamente em áreas especializadas na produção de **commodities**, uma vez que esses produtos formam hoje circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação e operam no mercado globalizado. Este é o caso do café, **commodity** que compõe um circuito espacial de produção altamente globalizado, circuito este que, a cada dia, vem sofrendo sucessivas reestruturações para atender aos reclamos dos grandes agentes hegemônicos da economia.

1.1 Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil: composição dos agentes envolvidos

O circuito espacial de produção do café é composto por um conjunto de agentes operando, à escala local e/ou global, um sistema complexo de atividades. Foi exatamente tal complexidade que nos exigiu a organização em um diagrama (**Figura 1**) para uma primeira aproximação dissertativa que, acreditamos, nos permitirá uma análise do movimento e da dinâmica dos lugares envolvidos no circuito espacial da produção do café.

Embora a transformação da matéria-prima café pareça simples por dar origem a apenas três produtos - o café torrado, o café torrado e moído e o café solúvel e seus subprodutos (*cappuccinos, soft drinks*, etc.) - as relações entre os segmentos produtivos é complexa. As diversas etapas do circuito espacial da produção do café envolvem as empresas fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos, os produtores rurais, os maquinistas e cooperativas (primeiro processamento - beneficiamento), as empresas de torrefação e moagem e de solúvel (segundo processamento – torrefação, moagem e empacotamento), os vendedores instalados em território nacional (exportadores, cooperativas e atacadistas), os compradores internacionais (empresas de torrefação, empresas de solúvel), o varejo nacional e internacional (supermercados, pequeno varejo, mercado institucional, lojas de café e bares e restaurantes) e o sistema financeiro (bancos estatais ou privados) (**Figura 1**).

A primeira etapa (E1) envolve o segmento de insumos técnicos e a produção primária de café. Entre esses insumos temos os fertilizantes, os defensivos, as colheitadeiras, os secadores de café, os separadores de grãos, os descascadores de grãos, entre outros, produzidos principalmente por grandes empresas multinacionais e nacionais. Uma boa parte da aquisição de insumos é realizada por meio de cooperativas, uma vez que 40% dos produtores de café são cooperados. Os produtores rurais que não possuem máquinas de beneficiamento em suas propriedades costumam enviar a produção de café para o primeiro beneficiamento na Cooperativa ou contratam um maquinista (prestador de serviços), que se desloca de propriedade em propriedade com um caminhão que leva acoplada à sua carroceria uma máquina conjugada para beneficiamento e limpeza de café¹ (E2).

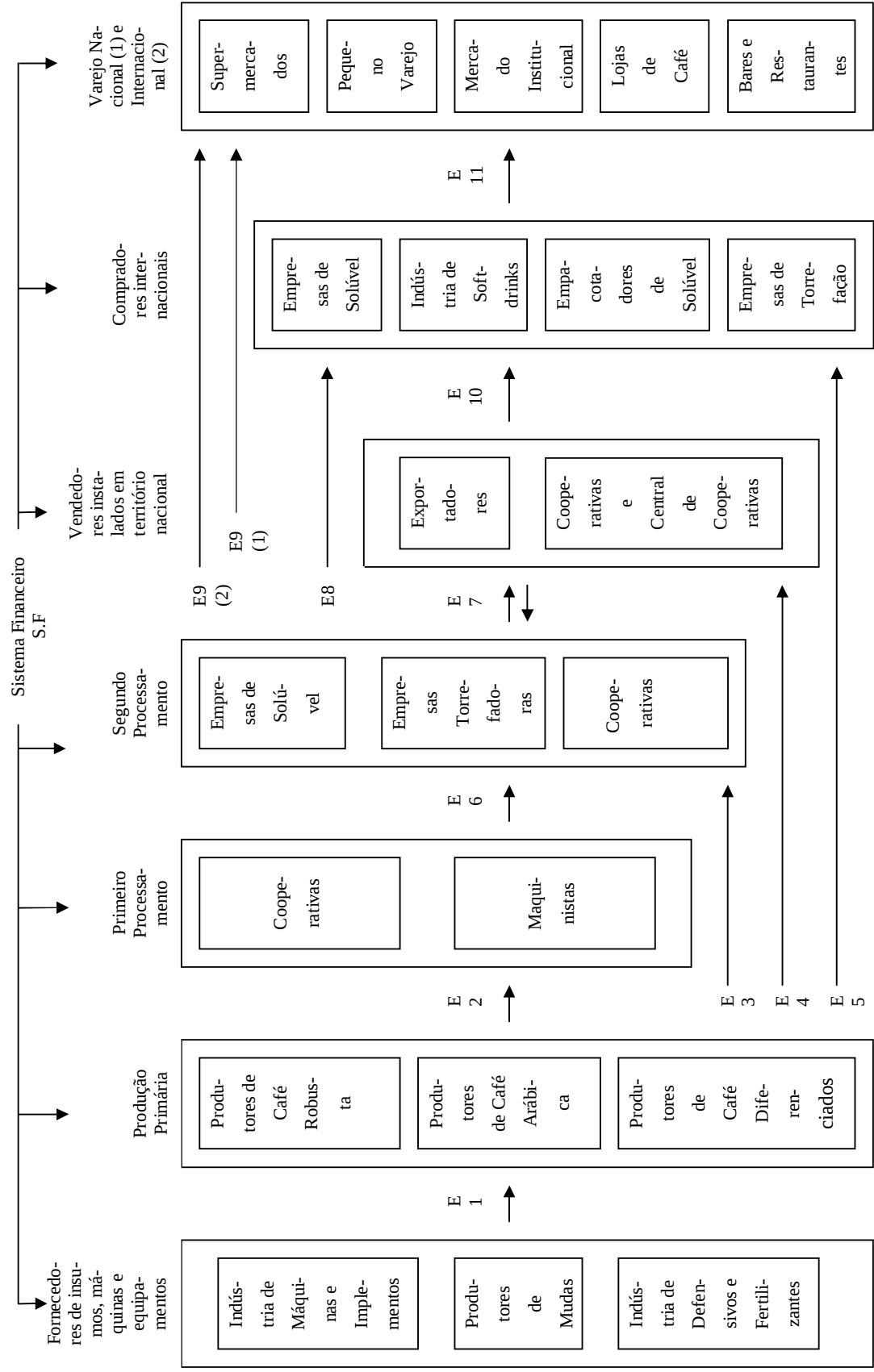
A passagem do café beneficiado para o segundo processamento que consiste na torrefação, moagem e empacotamento (E6, E3) ocorre de várias formas: por intermédio das

¹ Máquina conjugada: máquina compacta para limpeza, benefício e ventilação do café que permite o preparo eficaz do café na própria fazenda. São efetuadas as seguintes operações: pré-limpeza, remoção de pedras, descasque, repasse, separação da palha e ventilação.

cooperativas, que assumem também a função de armazenadoras; intermediação dos maquinistas, exportadores e/ou corretores; venda direta dos produtores para as indústrias de processamento; ou/e mediante integração nas cooperativas. Algumas das cooperativas que beneficiam e armazenam o café, além de escoarem o café verde para o mercado interno ou internacional, também estão presentes no processamento do produto (torrado e moído). Da produção rural, o café beneficiado ainda pode ser vendido diretamente para os vendedores instalados no território nacional – exportadores e cooperativas – e/ou para os compradores internacionais – indústria de solúvel e de torrefação e moagem (E4, E5). Quase toda a produção da indústria de torrefação e moagem é escoada para o varejo nacional (E9(1)), sendo apenas uma parcela da produção escoada para o mercado internacional (E7, E9(2)). Já o contrário acontece com a indústria de solúvel, uma vez que parcela significativa da produção de café solúvel é destinada ao mercado internacional (E7, E8, E9(2)) e apenas uma pequena porção é consumida no mercado interno (E9(1)). Os exportadores, as cooperativas e centrais de cooperativas por sua vez, vendem para os compradores internacionais (E10), sendo comum também ocorrer a venda de matéria-prima, pelos exportadores, para indústria localizada em território nacional (seta inversa da relação E7).

Por fim, os compradores internacionais vendem para o varejo internacional (E11). Vale ressaltar que nas operações entre a compra e venda da matéria-prima há a figura do corretor, que embora ainda seja bastante atuante no mercado, tende a decrescer. Isto porque o principal produto por eles transacionado é a informação, e com o grande desenvolvimento dos canais de informação, a sua importância fica reduzida. O sistema financeiro (S.F.), por sua vez, dá suporte a todos os agentes que compõem o circuito espacial de produção do café, já que estes dependem em menor ou maior grau de financiamentos disponibilizados por bancos, tanto estatais quanto privados.

Figura 1: Diagrama do Circuito Espacial de Produção do Café no Brasil



Fonte: SAES, FARINA, 1999, Org. ROLLO, M. A. P.

1.2 A modernização do circuito espacial de produção do café no Brasil: um esforço de periodização

Dentro do circuito espacial de produção do café no mundo, o Brasil ocupa papel de destaque, uma vez que mantém a posição de maior produtor e exportador mundial de café (**Tabela 1**), além de ser o segundo maior consumidor do produto (em 2008, o mercado interno brasileiro consumiu 17,7 milhões de sacas de café de 60 kg, perfazendo uma média de 5,64 kg de café em grão por pessoa).

Tabela 1: Produção e Exportação Mundial de Café – 2008
Volume em mil sacas de 60 kg

Países	Produção (*)	Particip. (%)	Exportação (**)	Particip. (%)
Brasil	45.992	34,28	29.486	30,52
Vietnã	19.500	14,53	18.417	19,06
Colômbia	12.300	9,17	12.300	12,73
Indonésia	6.250	4,66	4.000	4,14
Etiópia	6.133	4,57	2.500	2,59
Índia	4.883	3,64	3.300	3,42
México	4.500	3,35	3.000	3,10
Peru	4.450	3,32	3.730	3,86
Guatemala	3.900	2,91	3.800	3,93
Honduras	3.833	2,86	3.000	3,10
Total	111.741	83,29	83.533	86,45

Fonte: (*) MAPA/SPAE/CONAB, OIC; (**) MDIC e SECEX, OIC. Organização: ROLLO, M. A. P.
Dados disponíveis em: <http://www.abic.com.br/estat_exporta_ppaises.html>. Acesso em 17 abril 2009.

A importância que assume o Brasil enquanto produtor e consumidor no mercado internacional faz com que as empresas busquem usar o território brasileiro como lugar de importante fonte de acumulação. Para isso, cada empresa, em conjunto com o Estado, busca modernizar os lugares que constituem a base territorial de sua reprodução. O processo de modernização do meio geográfico que se faz cada vez mais com o conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação, por sua vez, leva ao aumento do número de fixos artificiais no território. Esses grandes objetos geográficos impregnados de técnica, idealizados e construídos pelo trabalho humano, estão articulados entre si em sistemas e redes que permitem a realização da produção e do consumo também modernos².

² A dimensão científica-filosófica dos termos “moderno” e “modernização” implica um longo e duradouro debate das acepções e interpretações por diferentes escolas de pensamento – estudo que vimos realizando com frequência com o Grupo de Pesquisa (CNPq) “Usos do Território e Dinâmica dos Lugares”. Para efeito de nossa dissertação tomaremos o termo, considerando “moderno” os territórios instrumentalizados técnica-científica e

Os sistemas técnicos sucessivamente sobrepostos no meio geográfico e que são tanto os objetos (naturais e artificiais) como também as formas de fazer e regular o uso do meio geográfico, serão tomados por nós como recurso para desenvolvermos uma periodização que permita a compreensão do espaço geográfico na atualidade, afinal, através da instalação das técnicas no espaço podemos desvendar como o território é usado.

Para compreendermos as novas dinâmicas do território brasileiro, partiremos de uma periodização que contempla a modernização do circuito espacial de produção do café. Tendo em conta o longo processo de instalação do circuito espacial de produção do café no Brasil, faremos nossa periodização a partir da década de 1950, quando consideramos tem início o período técnico-científico. É importante deixar claro desde já que o processo de modernização do circuito espacial de produção do café a partir da década de 1950 ocorreu sob uma forte intervenção do Estado, regulamentando a produção, industrialização e comercialização desse produto. Essa primeira fase ou subperíodo vai do início da década de 1950 até o final da década de 1980. A segunda fase ou segundo subperíodo inicia-se em fins da década de 1980, estendendo-se até os dias atuais e é marcada pela transferência da regulamentação do circuito, do Estado para as empresas. O Estado, porém, ainda se faz presente. Essa presença é no sentido de dar suporte à ação das empresas. Para isso, o Estado cria infra-estruturas territoriais (rodovias, armazéns, etc.), libera financiamentos para produtores de café e empresas e mantém as pesquisas relacionadas ao cultivo de café, enquanto que às empresas cabe usar esses recursos.

1.2.1 O Estado – modernizador e regulador do Circuito Espacial de Produção do Café: da década de 1950 à década de 1980

Em termos históricos, a intervenção do Estado estimulando a modernização da agricultura brasileira a partir da década de 1950 pode ser vista como uma nova etapa de um processo que já vinha se desdobrando desde os anos de 1930 e que constitui um dos problemas fundamentais do processo de industrialização brasileira – conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial (KAGEYAMA *et al.*, 1990).

informacionalmente no mais das vezes para uso como recurso vantajoso para as grandes corporações. Dessa forma consideramos “moderno” todos os momentos do processo de produção capitalista (produção, circulação, distribuição e consumo) que se pautam por essa lógica instrumental do novo espírito do capitalismo contemporâneo.

Sendo que o modelo econômico dessa época caracterizava-se pela busca e acumulação de capital internacional, execução de políticas de desenvolvimento industrial de bens duráveis e a aceleração do desenvolvimento do complexo agroindustrial, de capital nacional e internacional, fazia-se necessária a modernização tecnológica da agricultura, que passaria a ser a fornecedora de matérias-primas industriais, mercado consumidor de insumos industrializados e bens de consumo, fonte de divisas para a importação de insumos industriais, provedora de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbana e fonte do “exército de reserva” dessa força de trabalho.

Servindo-se das políticas econômicas externa, monetária e de controle de preços agrícolas, assim como de políticas de estímulo agrícola (fundiária, tecnológica e financiamento), o Estado tornou-se o principal agente no processo de modernização da agricultura brasileira. Cabe destacar, no entanto, que o pilar central da atuação do Estado brasileiro para a modernização da agricultura foi a adoção de uma política financeira e fiscal. Através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o Estado subsidiou a compra de equipamentos e máquinas, sementes melhoradas, insumos químicos, construiu armazéns e silos para estocar a produção, subsidiou a exportação, isentou de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura, etc.

Para Ramos (2003), a condução da política de Crédito Rural pelo Estado brasileiro indica dois aspectos do uso dos espaços da globalização no território nacional. Por um lado, tivemos uma creditização do território, em virtude da maior necessidade de capital adiantado no campo e a conseqüente expansão do sistema bancário. Por outro lado, a modernização das atividades agropecuárias foi induzida pelos interesses dos grandes grupos hegemônicos e concentrada em algumas atividades, propriedades e regiões.

A cafeicultura foi uma dessas atividades atingidas pela revolução tecnológica pela qual passava a agricultura brasileira, já que possuía uma importância macroeconômica muito grande para o país. Sendo a principal atividade agrícola do país desde fins do século XIX, a cafeicultura respondia ainda na década de 1950 por cerca de 70% do total da pauta de exportação brasileira, gerando importantes divisas que patrocinavam a industrialização do país.

A necessidade de adequar a cafeicultura ao novo padrão tecnológico que se implantava na agricultura brasileira e à pressão de grupos de cafeicultores que exigiam uma instituição estatal para a implementação de uma política específica para a economia cafeeira no início da década de 1950, levou o Estado a criar, em 1952, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) com a finalidade de regulamentar o mercado produtor e exportador de café no Brasil. Os anos que se

seguiram à criação do IBC foram extremamente favoráveis à cafeicultura, já que o preço do café em dólar apresentava-se num patamar satisfatório, não sendo necessária a adoção de medidas concretas para sustentação dos preços no mercado internacional.

A partir de 1962, o confisco cambial, denominado posteriormente de cota de contribuição³, acabou se tornando o instrumento básico para implementar as medidas referentes à política cafeeira. As receitas provenientes da cota de contribuição formavam o “Fundo de Reserva de Defesa do Café”, depois transformado em “Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação”, administrado pelo Banco Central.

Com o objetivo de captar recursos do próprio setor, a cota de contribuição podia concretizar as diretrizes básicas do IBC, como: as políticas de incentivo à renovação dos cafezais, compra de excedentes de café, construções de armazéns, entre outras. Além disso, o aproveitamento pelo Governo brasileiro da posição monopolista que ocupava no mercado internacional do café possibilitou que o Estado, por meio da cota de contribuição, se apropriasse de parte do excedente da receita criada na comercialização do café e patrocinasse a industrialização do país.

A fase de forte regulamentação do circuito espacial de produção do café inicia-se na década de 1960, em decorrência da crise de superprodução nacional do produto que ocorria naquela época. Para que o excesso de oferta de café a nível mundial não levasse à queda do preço internacional do produto, o Estado brasileiro procurou estabelecer acordos internacionais para engajar os outros países concorrentes na defesa da estabilização do preço internacional do café, compartilhando assim o custo da sua política de valorização.

Deste modo, em 1962 foi instituído o primeiro Acordo Internacional do Café (AIC) no âmbito da Organização Internacional do Café (OIC)⁴, iniciando-se, deste modo, a regulamentação do mercado cafeeiro a nível mundial, contando com a adesão da maioria dos países produtores e importadores de café e que se manteve até julho de 1989. Os acordos tiveram períodos de vigência e de ausência das cláusulas econômicas, que determinavam o principal mecanismo de intervenção: os sistemas de cotas. A participação dos países consumidores e, em particular, dos Estados Unidos, o maior consumidor mundial de café, permitiu a garantia do sucesso da política de manutenção de preços, pois a fixação de uma

³ A cota de contribuição era definida como a diferença entre o preço da declaração de venda (que deveria ser superior ou igual ao preço mínimo de registro) e a cambial do exportador (que inclui o custo de aquisição da matéria-prima, os custos de movimentação do café, os custos financeiros e o lucro). Ou seja, constituía-se da diferença entre a cotação do mercado internacional e a quantidade de dólares por saca que o governo estipulava para o exportador (CARVALHO, 1986 apud SAES, 1995).

⁴ A OIC foi criada juntamente com o primeiro AIC, com a incumbência de operacionalizar os AICs e realizar estudos técnicos necessários para servirem de base para as negociações.

cota básica a cada país-membro exportador era fiscalizada pelos países consumidores signatários do AIC, que se comprometiam a importar somente o café coberto pelos selos de exportação.

Como líder do mercado produtor de café, o Brasil teve um papel fundamental no sucesso da política de sustentação dos preços no mercado internacional. Em muitos momentos, os acordos foram efetivados porque o Brasil se sujeitou a reduzir sua participação, firmando-se como ofertante residual, isto é, retendo os estoques, enquanto os concorrentes expandiam suas produções. Desta forma, a exportação brasileira ficava definida pela diferença entre a demanda mundial, no nível de preços estabelecidos pela política acordada pelos membros do AIC, e a produção de todos os outros países exportadores.

Como consequência, o Brasil foi reduzindo sua participação no mercado internacional. No início do século XX, o país era responsável por cerca de 80% das exportações mundiais de café. Na década de 1950, essa participação já havia reduzido para cerca de 40% e, na década de 1980, para 25% (COUTINHO *et al.*, 2002).

Para que a regulamentação do mercado cafeeiro em nível mundial funcionasse a contento, era necessária uma forte regulamentação em nível nacional, para que os diversos segmentos do circuito espacial de produção do café se adaptassem à conjuntura do mercado internacional. Para isso, o Estado brasileiro passou a implementar um amplo esquema de planejamento e modernização do circuito espacial de produção do café, que englobava a produção rural, a indústria, a distribuição e o consumo, determinando assim não só a dinâmica particular de cada um desses segmentos como também condicionando o desempenho e a dinâmica das regiões produtoras de café.

A partir de então, políticas criadas pelo IBC tiveram como finalidade adequar o território brasileiro à lógica de valorização das receitas de exportação do café. Uma dessas políticas, estabelecida pelo IBC, em 1961, e que teve grande repercussão na dinâmica do território está relacionada à criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA – responsável pela elaboração de políticas com o intuito de conter a grande oferta de café no mercado⁵, através da erradicação de 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos (IBC *apud*. SILVA, 1994).

Para garantir a eficácia na execução do plano político, o IBC/GERCA usou o crédito como principal instrumento. Este permitiu que cafezais considerados anti-econômicos fossem

⁵ Os altos preços do café no mercado nacional e internacional durante a década de 1950 acarretaram o aumento do plantio de café. Como resultado, houve uma forte expansão da produção de café culminando no aumento dos estoques, já que a oferta do produto era muito superior que a demanda (BACHA, 1988).

substituídos por lavouras cafeeiras de grande produtividade desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e que demandavam elevado consumo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Vários órgãos públicos, empresas fornecedoras, entre outros realizaram campanhas de divulgação, associando o uso de fertilizantes químicos ao aumento da produtividade física dos cafezais.⁶ A concessão de crédito agrícola pelo Estado permitiu a compra desses insumos, assim como a aquisição de máquinas agrícolas pelos produtores rurais, implantando na atividade cafeeira um novo padrão técnico que foi consolidado na década de 1980.

Em muitos lugares, o Estado, inclusive através do IBC, incentivou a criação de cooperativas de cafeicultores ou apoiou as já existentes com o intuito de fazer delas um meio favorável à instalação do padrão técnico de modernização agrícola, uma vez que, além da atividade de comercialização da produção, as cooperativas passaram a intervir na comercialização também de insumos (fertilizantes e defensivos), passaram a funcionar como agentes difusores de novas tecnologias, mediadoras de concessão de crédito, entre outras funções (LOUREIRO, 1981; CORADINI, 1982).

Toda essa política de refuncionalização das atividades das cooperativas alcançou seu propósito maior, ou seja, resultou num aumento significativo do consumo de adubos e defensivos agrícolas nos estabelecimentos produtores de café dos principais estados e regiões cafeeiras. Em Minas Gerais, a porcentagem das lavouras cafeeiras adubadas passou de 55%, em 1975, para quase 95%, em 1985. No caso dos defensivos, enquanto em 1970 não se empregava essa técnica nas lavouras mineiras, em 1985, os defensivos já eram aplicados em 76% dos cafezais. No estado do Espírito Santo, a população cafeeira adubada passou de 8,03%, em 1970, para 78,45%, em 1985. O estado de São Paulo, onde 77,82% das lavouras cafeeiras já eram adubadas em 1970, teve, em 1985, 95,62% das lavouras adubadas. Já no estado do Paraná, a porcentagem da população cafeeira adubada passou de 46,86%, em 1970, para 88,24%, em 1985 (SAES, 1995).

Outra política estabelecida pelo IBC e que cabe ressaltar, pois interferiu diretamente no sistema de atividades das indústrias torrefadoras, foi a criação da “Campanha de Aumento do Consumo Interno do Café” em 1959, e que vigorou até 1971. De acordo com esse programa, as torrefadoras recebiam do IBC o café verde a preço subsidiado e o repasse do subsídio aos consumidores era controlado por meio do tabelamento de preços do café torrado e moído. Tal medida contribuiu para o aumento expressivo do consumo de café no mercado

⁶ É toda a força de uma psicoesfera, uma super-estrutura que prenuncia a instalação de uma tecnoesfera – ou seja, um novo padrão tecno-científico para a atividade.

brasileiro. De 1960 a 1969, o consumo interno aumentou 153% e o Brasil tornou-se o segundo maior consumidor de café do mundo (COUTINHO *et al.*, 2002).

No caso das indústrias torrefadoras, houve aumento significativo da capacidade produtiva, pois a cota de café do IBC, destinada a cada empresa, era limitada pela sua capacidade de processamento. Uma outra ação do Estado sobre o setor foi o controle de preços do café no varejo com a intenção de manter sob controle o índice de inflação. O tabelamento de preços por sua vez, não distinguia qualidades de cafés fixando um preço único que os varejistas deveriam obedecer. Esta prática foi a grande responsável pela imagem (para os consumidores, varejistas e autoridades governamentais) do café como um produto homogêneo.

Ainda dentro da lógica da “Campanha de Aumento do Consumo Interno do Café”, o IBC, em 1960, baixou a Resolução 161, na qual criava as primeiras normas de incentivo à implantação da indústria de solúvel. A implantação desta indústria no Brasil foi uma das formas encontradas pelo Governo brasileiro de reduzir as pressões do excesso de oferta de café no mercado internacional e minimizar os custos de retenção dos estoques de café verde e de qualidade inferior que o IBC dispunha na época. A industrialização destes cafés seria uma oportunidade de conquistar novos mercados no exterior, além de reduzir os estoques governamentais (SAES, 1995).

Todas essas políticas (regulações) promovidas pelo Estado brasileiro durante as décadas de 1960/1970 resultaram num adensamento técnico e normativo do circuito espacial da produção do café em particular. Numa clara intenção de adequar a produção, o mercado, o território, de modo a garantir a reprodução ampliada do capitalismo também em áreas agrícolas – o conjunto de ações e sistemas de objetos técnicos instalados no território era garantia de maior eficiência da esfera econômica – lógica esta que conduziu, em geral, o projeto de “modernização da agricultura” brasileira.

1.2.2 Do Estado às empresas: nova forma de regulamentação do Circuito Espacial de Produção do Café a partir da década de 1990

O Estado brasileiro foi, até fins da década de 1970, o grande dinamizador do circuito espacial de produção do café, alcançando e exercendo um papel chave no mercado internacional, uma vez que era um dos principais articuladores dos AICs.

A partir da década de 1980, o Brasil foi cedendo sua participação relativa no total das exportações acordadas para que os países produtores aderissem ou não deixassem de

participar dos AICs. Países produtores de café residuais, ou seja, aqueles que possuíam uma pequena participação no mercado mundial do café, como por exemplo, Burundi, Ruanda, Guatemala, entre outros, aumentaram sua participação no mercado internacional desse produto, até porque o café era e ainda é uma das poucas atividades econômicas lucrativas para esses países. Assim, no plano externo, ficou difícil o controle da oferta de café, afinal não se podia obrigar os países produtores a adotarem políticas de desestímulo à sua produção.

Para completar a situação, a própria política de regulamentação nacional acabou impondo também um limite com relação ao interesse do Estado brasileiro no setor. À medida que decresceu a participação da atividade cafeeira na economia, o café deixou de ser um setor estratégico em termos de políticas macroeconômicas. Se no início da década de 1960 o café era a principal fonte de receita das exportações brasileiras, contribuindo com 56% do total, na década de 1990, a sua participação se situava por volta de 5% (SAES, 1995).

Desta forma, a redução da importância do café para a economia brasileira criou condições para que em 1989 o país defendesse a posição contrária a dos grandes países consumidores de café de aceitar reduções em sua parcela de participação no mercado. Além disso, os países consumidores desejavam ter o direito de adquirir o produto que tivesse maior aceitação em seus mercados, política esta que favorecia os países produtores de café suaves e prejudicava o Brasil, já que a imagem sedimentada no mercado internacional de café é de que o café brasileiro tem uma qualidade média, que serve apenas para formar *blends*⁷. Todo esse processo de renegociação no mercado internacional levou o Brasil a não assinar as cláusulas econômicas do AIC em 1989, acarretando o fim da regulamentação do mercado de café a nível mundial.

Internamente, a conjuntura econômica desfavorável, com o Estado passando por uma grave crise fiscal, marcada principalmente pelo descontrole da inflação, fez surgir inúmeras práticas oportunistas no circuito espacial de produção do café. Podemos citar, do lado do setor privado, as denúncias de contrabando de café, para ser vendido principalmente no Paraguai, burlando o pagamento da cota de contribuição. Do lado do setor público, eclodiu uma série de denúncias de corrupção entre os funcionários do IBC, que após auditoria em 1986, sofreu uma ampla reforma administrativa.

Some-se aos percalços da conjuntura político-econômica do país nesse momento a situação internacional de imprevisibilidade do capitalismo, isto é, as baixas taxas de

⁷ Dado que cada espécie (arábica e robusta) possui variados tipos e bebidas, na preparação do café torrado e moído e do solúvel as indústrias misturam grãos de qualidades variadas, segundo proporções estabelecidas antes da torra. O resultado dessas misturas é que é chamado de blends.

crescimento econômico e altas taxas de inflação (crise cuja explicação culpabilizava os movimentos sociais que pressionavam por aumento salarial e exigiam aumento dos encargos sociais do Estado) que, dessa maneira, teriam destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontrolláveis. Deste diagnóstico para a crise dos anos 1970/1980, o modelo neoliberal se impõe como única saída para os Estados nacionais, qual seja: um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos, controlar os dinheiros públicos, cortar encargos e investimentos na economia; um Estado forte capaz de promover a estabilidade monetária, a reforma fiscal, incentivar os investimentos privados, reduzindo impostos sobre o capital; um Estado que se afastasse da regulação da economia, abolindo qualquer controle sobre o fluxo financeiro – mas com drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização (CHAUÍ, 1999, p. 28).

Esse modelo neoliberal ganha força no Brasil na segunda metade da década de 1980 e repercute políticas também para o circuito espacial de produção do café. O Estado brasileiro, que havia sido o grande dinamizador do circuito até meados da década de 1980, passa a ser visto pelas empresas como grande entrave à reprodução ampliada do capital no segmento, na medida em que dificultava a fluidez do café **commodity**, controlando a entrada de torrefadoras multinacionais no país, estipulando cotas para o processamento de café pelas torrefadoras, tabelando os preços de café torrado. Além disso, a forte presença do Estado no mercado cafeeiro inibia a modernização necessária para a produção de cafés finos, mais caros e competitivos, o que contrariava interesses de grandes empresas torrefadoras de café.

Assim, no início da década de 1990, o Estado, seguindo a lógica neoliberal, promove a desregulamentação interna do mercado cafeeiro, decretando o fim do IBC em 1991⁸ (e com ele, o fim da cota para processamento de café pelas indústrias torrefadoras) e o fim do tabelamento de preços de café torrado em 1992.

Atualmente é possível notar que a desregulamentação do mercado do café pelo Estado, em prol do mercado, vale dizer das grandes empresas, provocou um enorme desbalanceamento na relação entre eles, com a extrema concentração de poder político-econômico das últimas, uma vez que o poder de regulamentação do mercado cafeeiro agora está sob controle das empresas. Sem o controle dos Estados, as grandes empresas hoje, através do estímulo à produção de um café de qualidade a baixo custo, instauram a competição entre os cafeicultores de vários lugares do mundo. É deste modo que a competição estimulada pelas grandes empresas, que não têm preocupação nenhuma com a condição de vida e trabalho dos

⁸ Manter uma autarquia com mais de 5.000 funcionários se tornou um custo muito alto, tanto administrativo como político (SAES, 1995).

inúmeros cafeicultores que dependem do café para sobreviver, vai excluindo do mercado os produtores com menos condições de se adaptarem às novas lógicas de produção, ou seja, os menos competitivos, o que conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos cafezais.

Capítulo II

Novas relações entre as regiões produtoras de café no Brasil

Para garantir maior acumulação de capital, os vários agentes que compõem o circuito espacial de produção do café e seus respectivos círculos de cooperação estabelecem redes de relações, criando assim um sistema de cooperação e/ou competitividade entre os lugares. Desse modo, a complexa relação que vai se estabelecendo entre os produtores rurais, os fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos, os laboratórios de pesquisa biotecnológica, os prestadores de serviços (maquinistas, corretores), as cooperativas e **tradings**, as indústrias de torrefação e moagem, as transportadoras, as instituições financeiras acabam por formar uma rede geográfica, também e cada vez mais, complexa (complexa porque hierárquica e seletivamente desigual quanto ao uso do território).

Para Milton Santos (1999, p. 13), as definições de rede se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas matizes: a que apenas considera a sua realidade material representada aqui pelas infra-estruturas, e outra, em que o dado social e político também é levado em conta em virtude das pessoas, mensagens, valores que as freqüentam. Sem isso, e apesar da materialidade com que se impõe aos sentidos, a rede seria uma mera abstração. Portanto, vamos considerar em nossa análise as duas esferas propostas por Milton Santos: a materialidade das redes e a vida que as anima, isto é, o dado político das redes.

É assim importante ressaltarmos logo que é por meio das redes que o território pode ser regulado e comandado pelos agentes hegemônicos da economia. As redes articulam lugares, conferindo a emergência de um espaço de fluxos que é constituído por um conjunto de verticalidades, ou seja, de ações e ordens verticais distribuídas e comandadas pontualmente nos territórios, e que têm sua gênese nos interesses particulares e externos aos lugares onde se instalam (PEREIRA, 2005, p. 3).

Daí Milton Santos afirmar que não é mais possível, hoje, considerarmos as regiões como no passado, autônomas e mantendo poucas relações entre si. Passamos o tempo em que a região se constituía de fato a partir de uma solidariedade orgânica horizontalmente tecida entre lugares, para o tempo em que a região como ferramenta dos interesses do capital⁹, passa

⁹ “Numa conjuntura marcada pela transformação da eficácia em meta política; pela mutação da cultura em mercadoria; pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, a regionalização como ferramenta adquire extraordinário destaque, o que explica a sua utilização pelos

a se constituir a partir de uma solidariedade do tipo organizacional, “resultado da combinação de vetores locais, regionais e mundiais, agindo ao mesmo tempo” (SANTOS, 2003a, p. 61). Esses eventos característicos de nosso tempo produzem uma outra definição para a região, que agora é marcada por “arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origem distantes que se tornam o fundamento da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 15).

Essas novas formas e conteúdos organizacionais estão manifestos claramente quando analisamos o circuito espacial de produção do café. Aqui, esses novos arranjos organizacionais permitem uma redução da arena de produção e uma expansão da área das outras instâncias de produção, circulação e consumo do café, acarretando profundas alterações na hierarquia dos estados e regiões produtoras e consequentemente na vida de milhares de cafeicultores, principalmente dos pequenos produtores, uma vez que estes são responsáveis por mais da metade da área colhida e do valor da produção de café no Brasil.

2.1 A nova hierarquia entre as regiões produtoras de café: modernização do território, redução da arena de produção e expansão da área de circulação, distribuição e consumo de café

Podemos afirmar que a nova forma de constituição da região aplica-se às áreas produtoras de café no Brasil, afinal essas áreas vêm passando por constantes reorganizações graças à difusão de novos sistemas técnicos agrícolas, fortemente alicerçados numa produção científica, tecnológica e informacional, que contribuem para uma reestruturação produtiva da atividade cafeicultora. Essa reestruturação do sistema de atividades da cafeicultura nacional iniciou-se já na década de 1960, quando o Governo Federal passou a incentivar a modernização das áreas de produção do café brasileiro. Através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o Estado subsidiou a substituição de cafeeiros antigos por variedades mais produtivas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), subsidiou a compra de equipamentos e máquinas, insumos químicos (fertilizantes e defensivos), construiu armazéns e silos para estocar a produção, subsidiou a

agentes econômicos hegemônicos, desestabilizando a estrutura espacial do país. Porém, a relevância da regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advém recursos essenciais tanto à vida como ao lucro” (RIBEIRO, A. C. T. 2004, p. 197). Por sua vez, “o estudo da regionalização como fato, expressiva da gênese e da estruturação de regiões, depende da reconstrução histórica dos múltiplos processos que movimentaram e limitaram a ação hegemônica encontrando-se assim vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, A. C. T. 2004, p. 194).

exportação, etc. Surgem assim, os **belts** modernos, áreas que, ocupadas em momento anterior, a partir da década de 1960 se modernizam e se densificam, recebendo novos conteúdos em técnica, ciência e informação.

Sob o comando das novas ordens mundiais, ditadas pelo modelo neoliberal instituindo um novo modo de desenvolvimento do capitalismo, o já historicamente projeto de modernização do território brasileiro passa a seguir “à risca” medidas e orientações daquele modelo. A adoção dessas medidas e orientações promove em território nacional toda uma reestruturação dos sistemas de atividade, alterando profundamente a divisão territorial do trabalho, criando uma nova hierarquia entre as regiões.

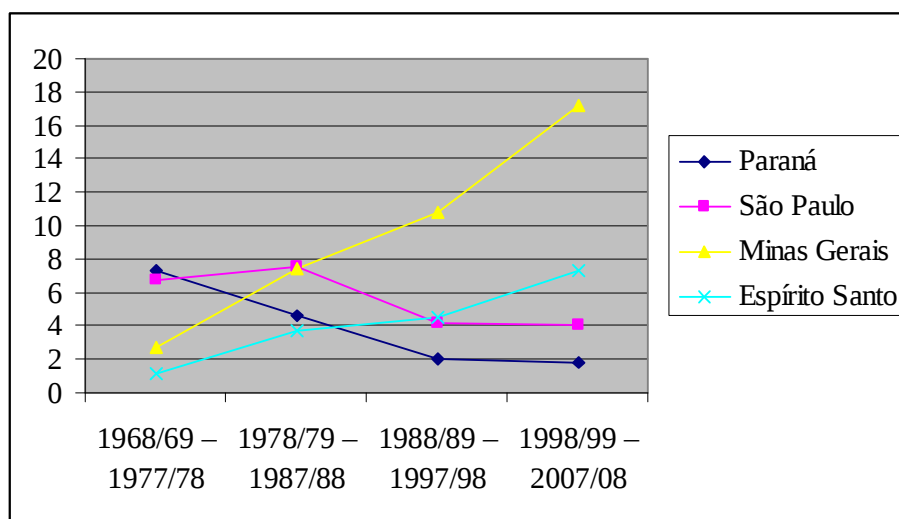
O estado do Paraná, por exemplo, o maior produtor brasileiro de café entre as décadas de 1960/1970, é hoje o quinto produtor (**Figura 2/Tabela 2**). Tal perda de posição não poderia ser imputada somente às adversidades do clima (freqüentes geadas), mas às políticas de incentivo à substituição de culturas mais competitivas no mercado internacional – por exemplo, a soja.

O estado de São Paulo, segundo maior produtor de café durante a década de 1960 e maior produtor na segunda metade da década de 1970, é hoje o terceiro estado produtor de café do Brasil (**Figura 2/Tabela 2**). Em São Paulo, a cafeicultura sofreu concorrência de outras culturas como, por exemplo, a cana-de-açúcar e a laranja, que, devido aos investimentos territoriais para essas produções, tornaram-se mais lucrativas a partir da década de 1980. Cabe destacar, porém, que embora São Paulo seja o terceiro produtor nacional de café, o estado tem grande importância no circuito espacial de produção, devido à sua infraestrutura portuária para escoamento da produção nacional e por possuir o maior parque industrial de café do país.

Minas Gerais, que era o terceiro maior produtor nacional de café na década de 1960, torna-se o primeiro a partir da segunda metade da década de 1980, posição esta, mantida até os dias de hoje (**Figura 2/Tabela 2**). Ainda que haja uma diminuição da arena de produção do café no Brasil como um todo, o estado de Minas Gerais tem aumentada sua arena com um sensível crescimento das plantações de café (financiadas em grande parte pelo governo federal), principalmente depois da quebra histórica da safra do Paraná com a geada de 1975.

O estado do Espírito Santo, quarto produtor nacional de café na década de 1960, teve sua cafeicultura também estimulada a partir da geada de 1975 no Paraná. Hoje, o Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do Brasil (**Figura 2/Tabela 2**). O café **Conillon**, mais resistente a climas quentes e secos responde por 60% da produção do estado.

Figura 2: Produção Média de Café: Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (milhões de sacas de 60 kg) – Período 1968/69 – 2007/08



Fonte: USDA (Department of Agriculture), a partir de 1996; EMBRAPA/CONAB
 Elaboração: MAPA/SPA/E/DCAF – Organização: ROLLO, M. A. P.
 Dados disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/PORTAL_AGRONEGOCIO_CAFE/PORT_AGRO_CAFE_REL_ESTADISTICAS/CAF%20-%20PRODU%C7%C3%20BRASILEIRA%20-%201960%202008.PDF>. Acesso em: 13 nov. 2008.

Além das regiões tradicionais, a partir da década de 1970, com a modernização do processo produtivo (novas variedades, mais resistentes aos determinantes naturais, p.ex.) e com a densificação técnica do meio geográfico, surgem novos **fronts** produtores de café no Brasil, ou seja, regiões constituídas pelos novos e modernos equipamentos e normas técnicas (ciência, técnica e informação), à disposição dos cafeicultores e das empresas. A criação de infra-estruturas (redes de telecomunicações, rodovias, armazéns, silos, entre outros), facilitando a circulação, a estocagem e a comercialização da produção; o melhoramento de sementes de café; a incorporação de objetos técnico-científicos (fertilizantes, defensivos, sistemas de irrigação, etc.) às lavouras de café, entre outras melhorias – permitiu, portanto, a expansão do **front** do café pelo Cerrado Mineiro (**Tabela 2**), Centro-Sul da Bahia¹⁰ e, em velocidade, menor para Pernambuco e Ceará, além dos estados do Centro-Oeste, chegando posteriormente ao leste de Rondônia, Pará, Amazonas e Acre. Cabe ressaltar que todas essas regiões até a década de 1970 não tinham tradição cafeicultora e, portanto, eram consideradas periféricas ao circuito espacial de produção do café.

¹⁰ Hoje a Bahia é o quarto maior estado produtor de café do Brasil (**Tabela 2**).

Tabela 2: Café beneficiado: Área em produção e produção – Safras 2006/07 e 2007/08

UF/Região	Área (ha)		Produção (mil sc. 60kg)	
	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08
Minas Gerais	1.011.865	1.016.414	21.987	15.486
Sul/Centro-oeste	507.093	506.618	12.043	6.825
Triângulo/Alto Paranaíba/Noroeste	154.496	155.310	4.313	3.061
Z.Mata/Jequitinhonha/Mucuri/R.Doce/Central/Norte	349.773	354.486	5.631	5.600
Espírito Santo	473.256	471.411	9.009	9.583
São Paulo	212.100	168.700	4.470	2.632
Bahia	97.794	94.990	2.251	1.831
Paraná	100.330	97.400	2.248	1.622
Rondônia	162.627	153.281	1.263	1.482
Mato Grosso	32.230	16.227	250	153
Pará	20.915	15.137	280	266
Rio de Janeiro	13.800	14.048	264	281
Outros	27.480	25.484	490	404
Brasil	2.152.397	2.073.092	42.512	33.740

Fonte: ABIC. Elaboração: MAPA – S.P.C./CONAB – Org. ROLLO, M. A. P.

Dados disponíveis em <http://www.abic.com.br/estat_pagricola.html>. Acesso em 13 nov. 2008.

No que se refere à arena de produção do café no Brasil, se no início da década de 1960 a lavoura do café ocupava quase 5 milhões de hectares, ainda que este número tenha apresentado variações ao longo dos anos, no período 1998/99 a 2007/08, houve uma diminuição da arena de produção, que passou a ocupar 2.429.500 ha. Ainda que haja essa redução da arena de produção do café no Brasil, no mesmo período, 1998/99 a 2007/08, houve um aumento progressivo da produtividade, alcançando uma média de 16,17 sacas/ha (Tabela 3).

Tabela 3: Brasil: Área, produção e rendimento de café – Período 1968/69 – 2007/08

Período	Área plantada*	Produção*	Rendimento Médio*
Início da colheita (jul)	(1000 ha)	(1000 sacas/60 kg)	(Saca 60kg/ha)
1968/69 – 1977/78	2.773.374	18.970	8,48
1978/79 – 1987/88	3.178.700	25.615	8,97
1988/89 – 1997/98	2.800.500	25.216	9,74
1998/99 – 2007/08	2.429.500	34.928	16,17

Fonte: USDA (Department of Agriculture), a partir de 1996: EMBRAPA/CONAB

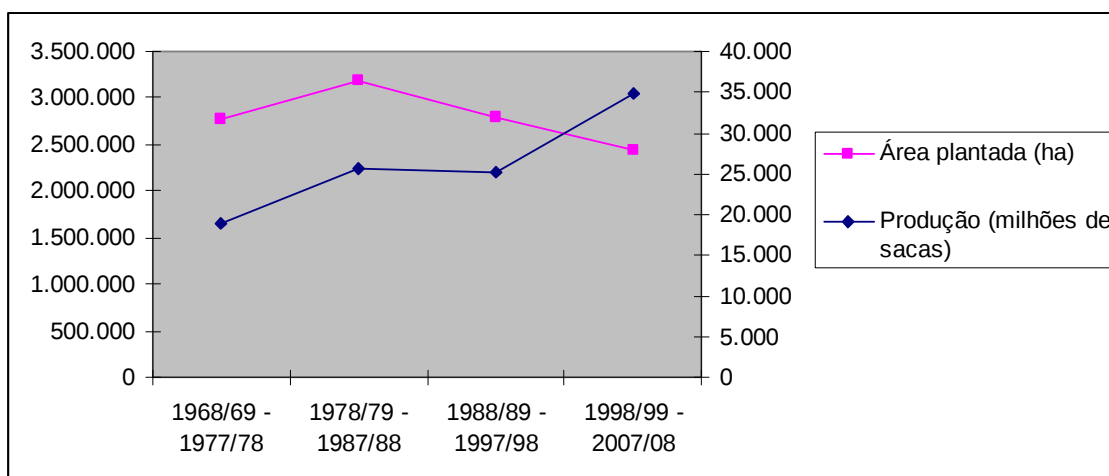
Elaboração: MAPA/SPA/E/DCAF – Organização: ROLLO, M. A. P. * Média do período.

Dados disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/PORTAL_AGRONEGOCIO_CAFE/PORT_AGRO_CAFE_REL_ESTADISTICAS/CAF%C9%20-%20%C1REA%2C%20POPULA%C7%C3%20CAFEIRA%20E%20PRODU%C7%C3%20-%201960%20a%202008_0.PDF>.

Acesso em: 13 nov. 2008.

Há, portanto, uma redução significativa da arena destinada ao cultivo de café, porém não acompanhada pela redução da produção, que muito pelo contrário, vem aumentando nos últimos anos¹¹ (**Figura 3**). Este processo dinâmico de redução da arena de produção, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e à concomitante expansão da área de produção, é o processo do qual já nos falava Marx (1980, p. 377) e que, recuperado por Milton Santos (2004, p.278), nos dá a medida desse aumento da área de produção pela densidade da vida de relações entre os lugares – noções de Marx e de Milton que podem nos dar a exata compreensão e explicação da atual dinâmica do território brasileiro.

Figura 3: Brasil: Área e produção médias de café: Período 1968/69 – 2007/08



Fonte: USDA (Department of Agriculture), a partir de 1996: EMBRAPA/CONAB

Elaboração: MAPA/SPAE/DCAF – Organização: ROLLO, M. A. P.

Dados disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/PORTAL_AGRONEGOCIO_CAFE/PORT_AGRO_CAFE_REL_ESTATISTICAS/CAF%C9%20-%20%C1REA%2C%20POPULA%C7%C3%20CAFEIRA%20E%20PRODU%C7%C3%20-%201960%20-%202008_0.PDF>.

Acesso em: 13 nov. 2008.

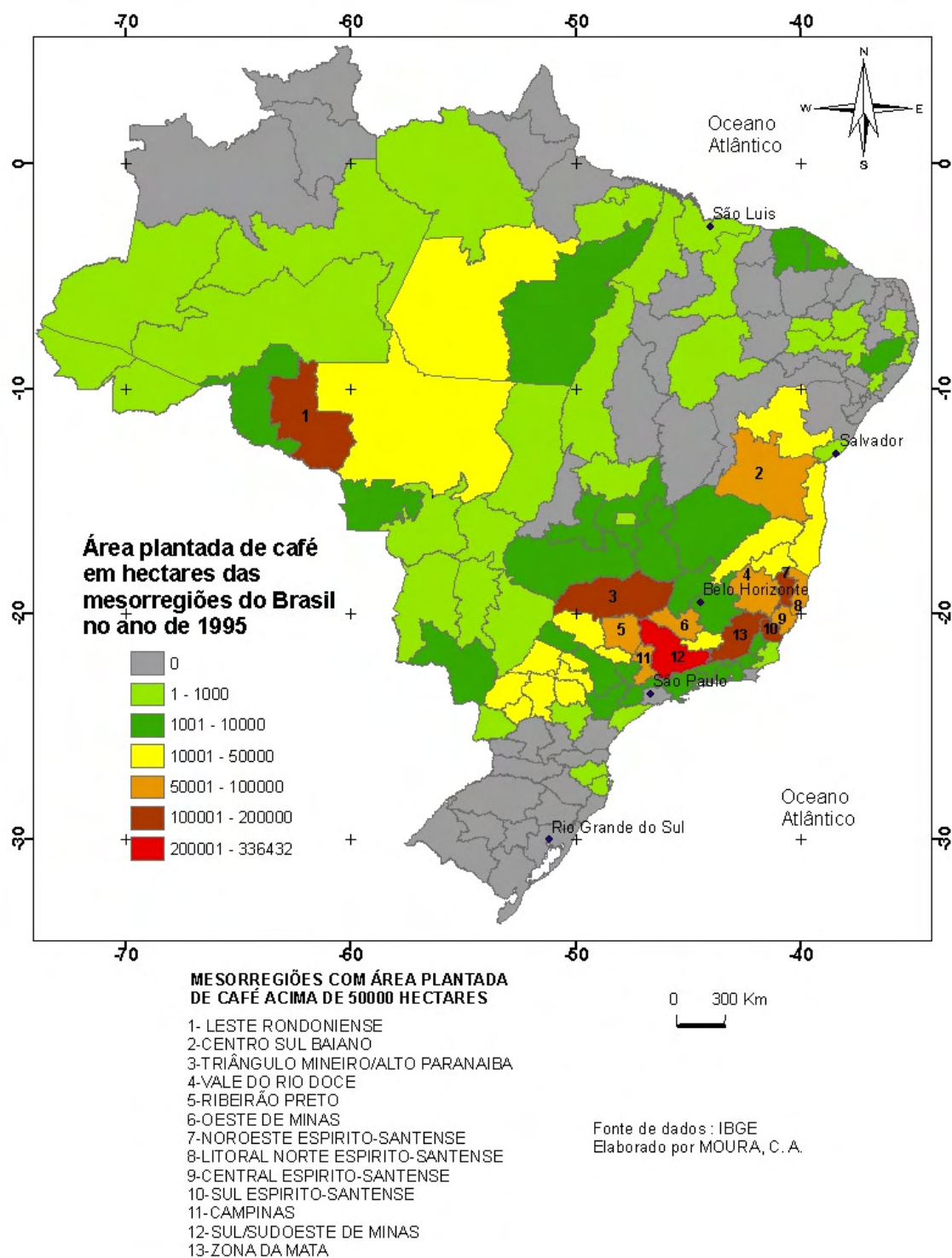
Assim, parte importante dos insumos intelectuais, financeiros, técnicos e políticos que asseguram o alto nível da produção local, isto é, maiores volumes de café obtido em áreas mais reduzidas, tem origem externa em relação à área da produção direta. Nesse sentido, há

¹¹ A queda da produção de café na safra 2007/08 está ligada ao processo de alternância da quantidade produzida, chamado de bianualidade, em que em um ano a planta rende muito e no ano seguinte tem uma queda significativa. Esse fenômeno se dá em função da quantidade de frutos produzidos, que se desenvolvem substituindo as folhas. Esse desfolhamento é agravado pelo processo de colheita e desgasta excessivamente a planta. Assim, a energia produzida no período seguinte é mais direcionada à sua recomposição do que à produção de frutos. Além disso, por estar mais debilitada, a planta também apresenta maior suscetibilidade ao ataque da ferrugem e de outras doenças, o que também pode contribuir para a diminuição da sua produção. Assim sendo, a previsão de produção da safra de 2008/09 é de cerca de 45 milhões de sacas de café, numa área plantada de 2.200.000 ha aproximadamente.

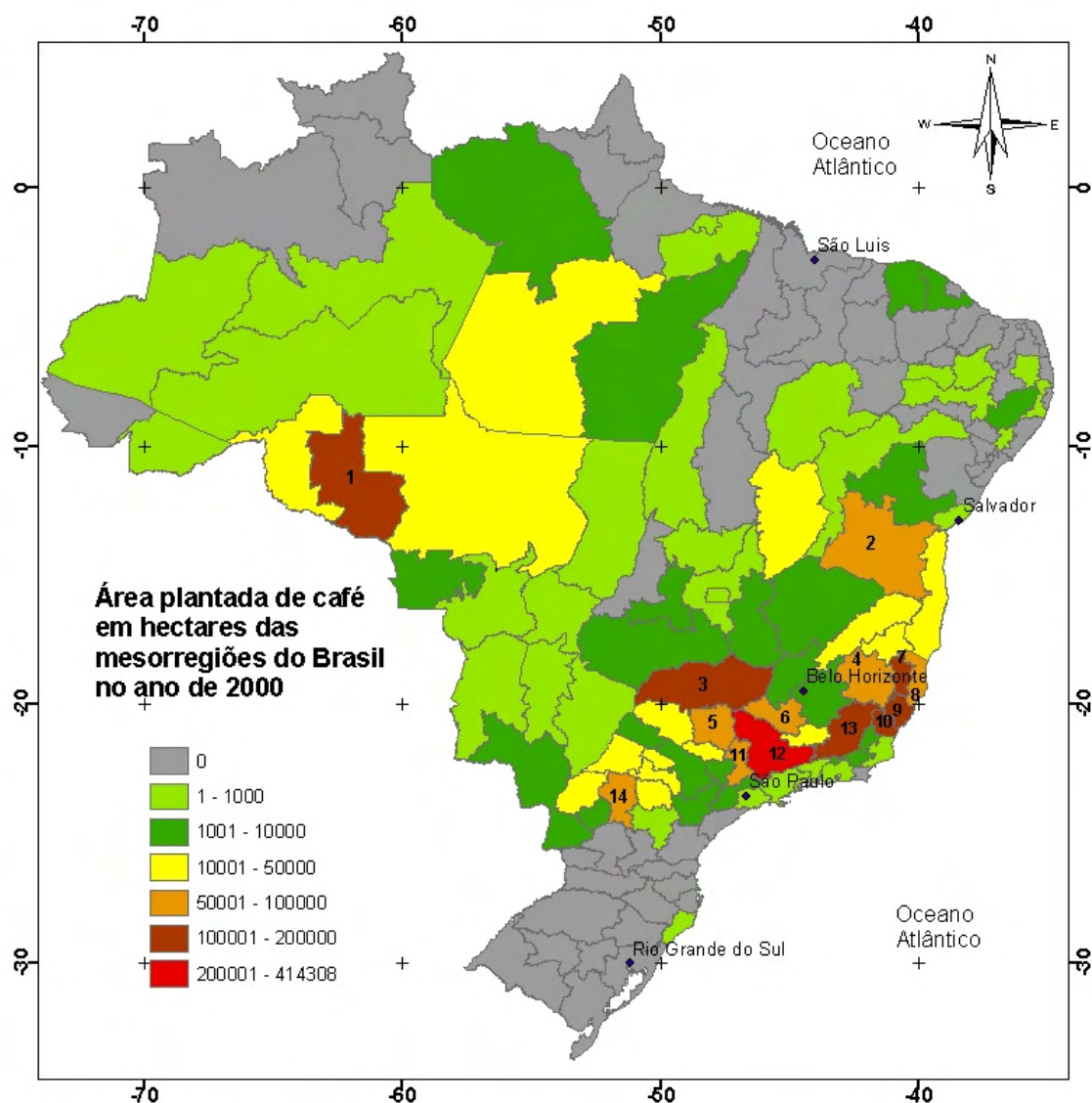
uma ampliação “do espaço das outras instâncias de produção, circulação e consumo” (SANTOS & SILVEIRA, 2003, p. 132) ao mesmo tempo em que ocorre uma redução da arena de produção. Deste modo, as novas bases técnicas e econômicas criam as condições materiais e políticas para que o território seja usado de maneira privilegiada pelos grandes agentes hegemônicos. Os lugares da produção direta do café, por sua vez, vão perdendo o poder de decidir sobre seus próprios caminhos, uma vez que a atividade ali desenvolvida torna-se “subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não têm nem inspiração local nem preocupação com os destinos locais” (SANTOS & SILVEIRA, 2003, p. 300).

Os mapas da área plantada e da produção de café nos anos de 1995, 2000 e 2005 estão a mostrar o movimento, a dinâmica e as transformações regionais, tendo em vista a nova organização do circuito espacial da produção do café no território brasileiro.

Mapa 1: Área plantada de Café – 1995



Mapa 2: Área plantada de Café – 2000

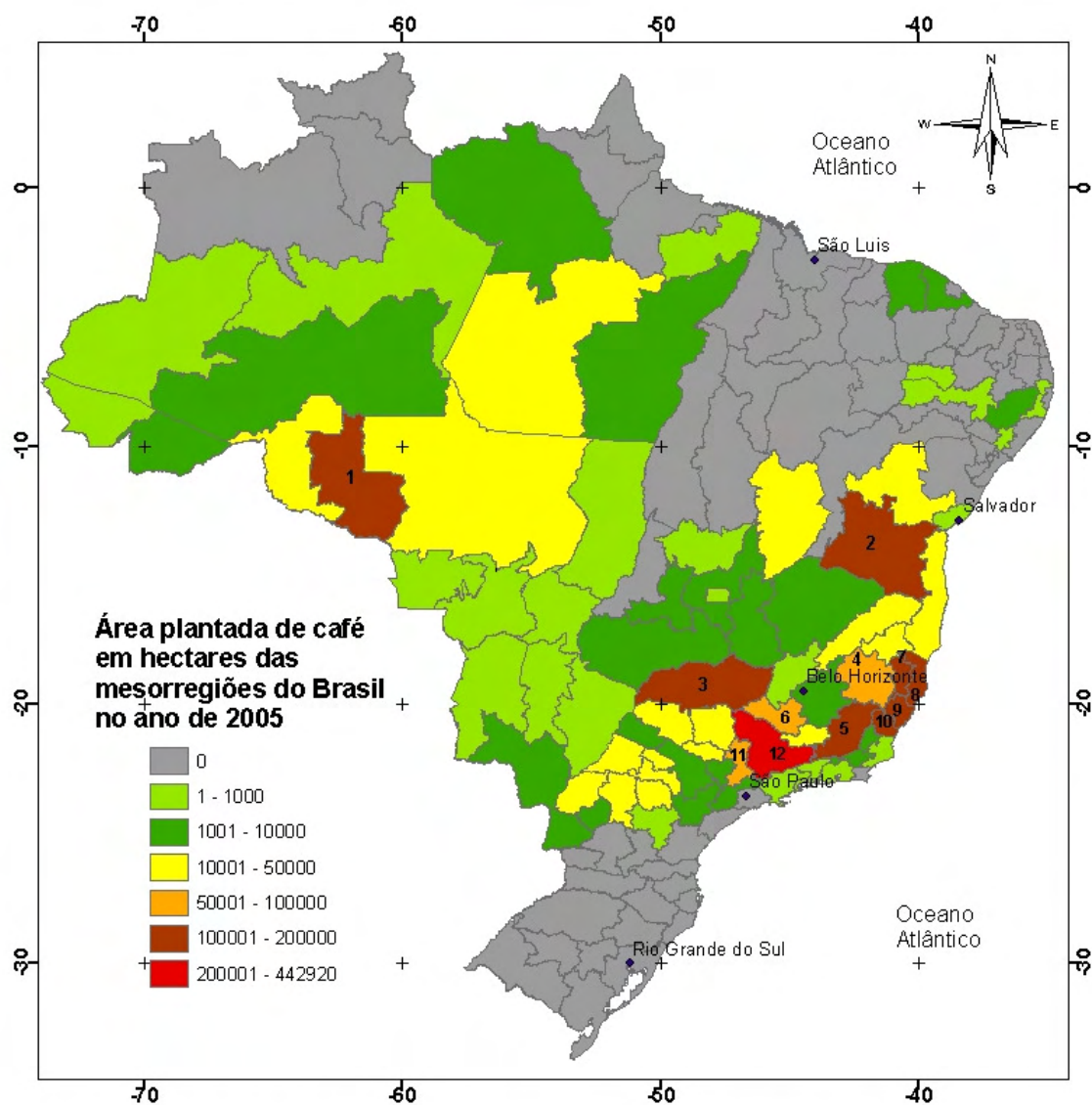


MESORREGIÕES COM ÁREA PLANTADA DE CAFÉ ACIMA DE 50000 HECTARES

- 1- LESTE RONDONIENSE
- 2-CENTRO SUL BAIANO
- 3-TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA
- 4-VALE DO RIO DOCE
- 5-RIBEIRÃO PRETO
- 6-OESTE DE MINAS
- 7-NOROESTE ESPIRITO-SANTENSE
- 8-LITORAL NORTE ESPIRITO-SANTENSE
- 9-CENTRAL ESPIRITO-SANTENSE
- 10-SUL ESPIRITO-SANTENSE
- 11-CAMPINAS
- 12-SUL/SUDOESTE DE MINAS
- 13-ZONA DA MATA
- 14-NORTE CENTRAL PARANAENSE

Fonte de dados : IBGE
Elaborado por MOURA, C. A.

Mapa 3: Área plantada de Café – 2005

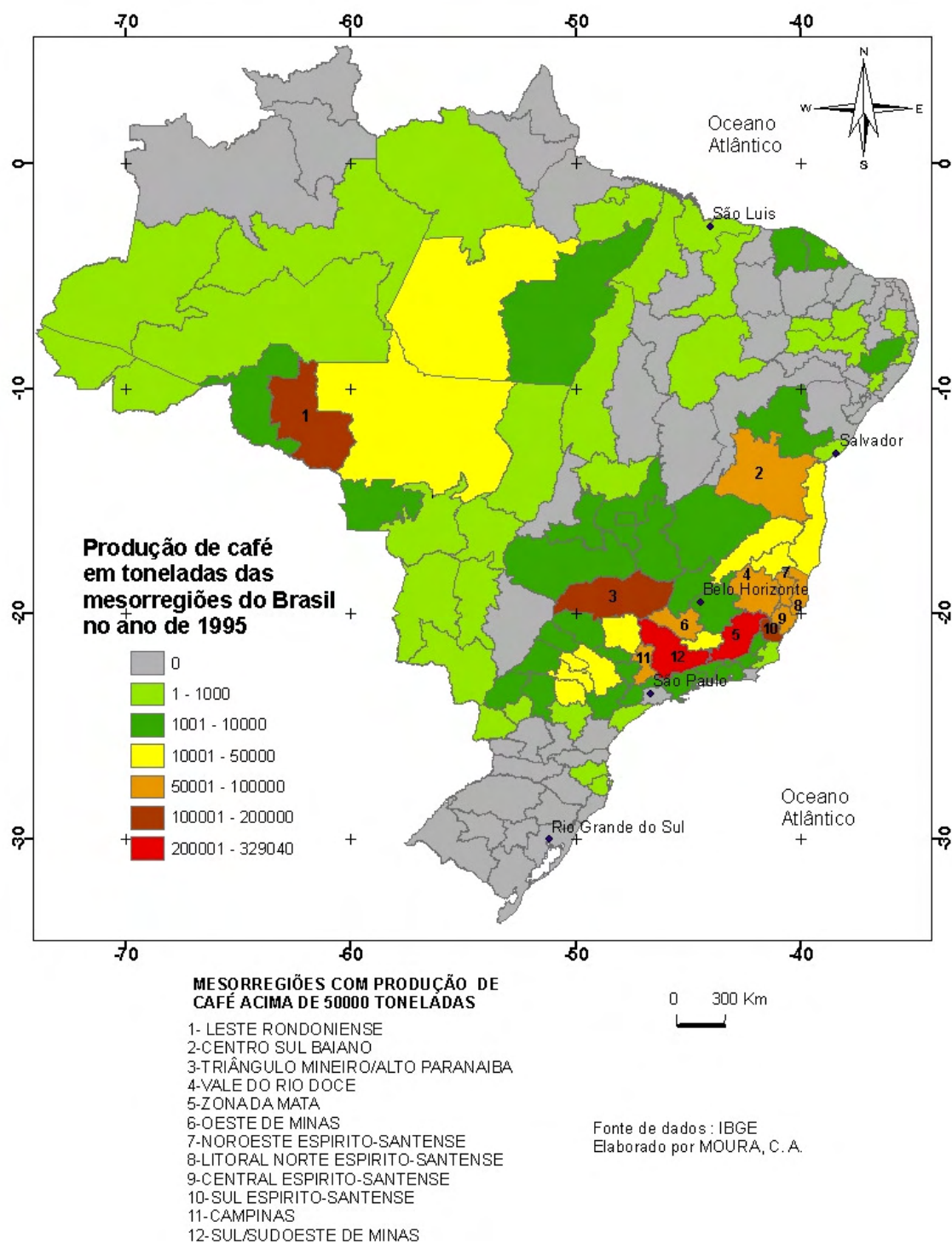


MESORREGIÕES COM ÁREA PLANTADA DE CAFÉ ACIMA DE 50000 HECTARES

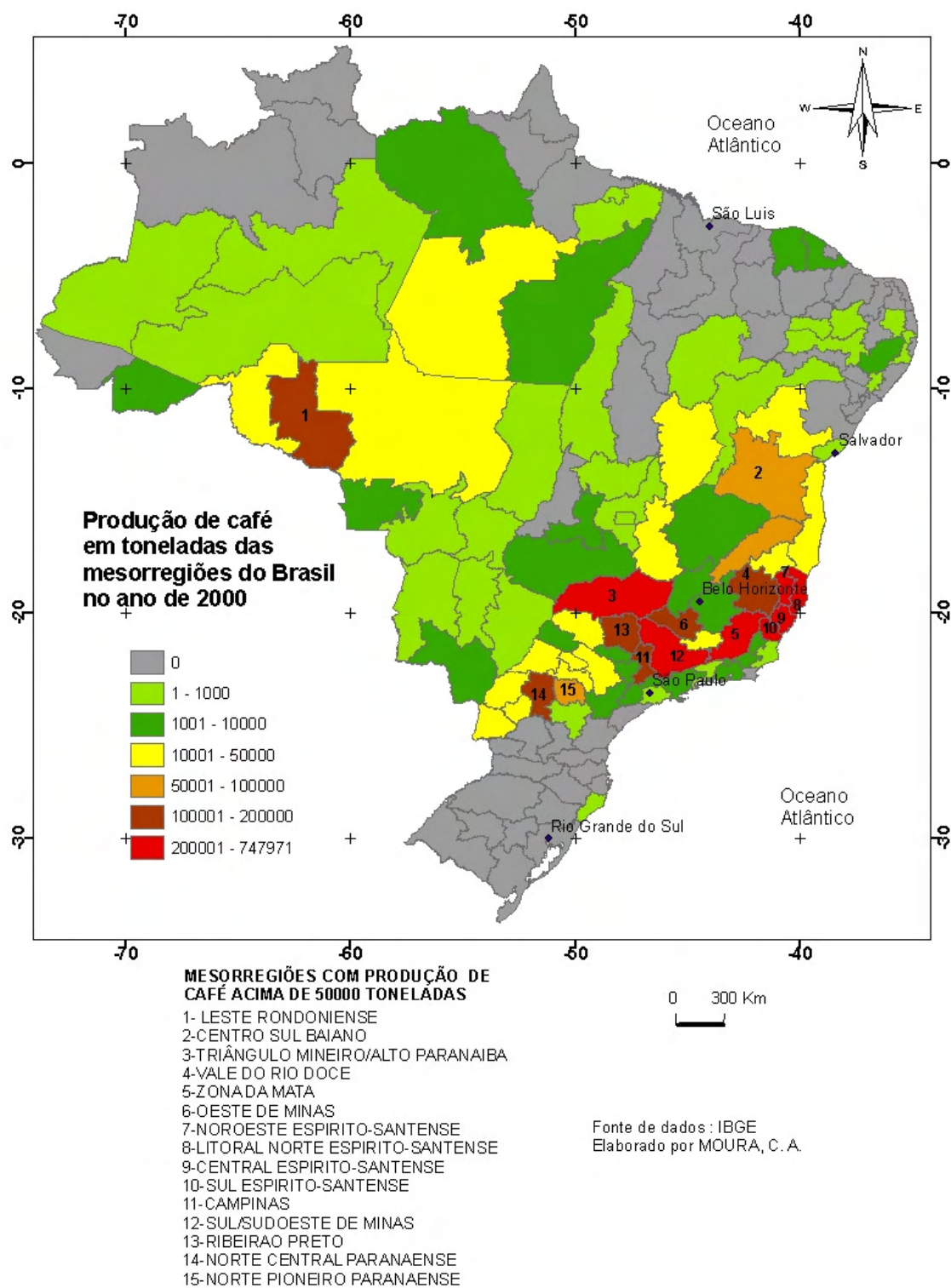
- 1- LESTE RONDONIENSE
- 2-CENTRO SUL BAIANO
- 3-TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA
- 4-VALE DO RIO DOCE
- 5-ZONADA MATA
- 6-OESTE DE MINAS
- 7-NOROESTE ESPIRITO-SANTENSE
- 8-LITORAL NORTE ESPIRITO-SANTENSE
- 9-CENTRAL ESPIRITO-SANTENSE
- 10-SUL ESPIRITO-SANTENSE
- 11-CAMPINAS
- 12-SUL/SUDOESTE DE MINAS

Fonte de dados : IBGE
Elaborado por MOURA, C. A.

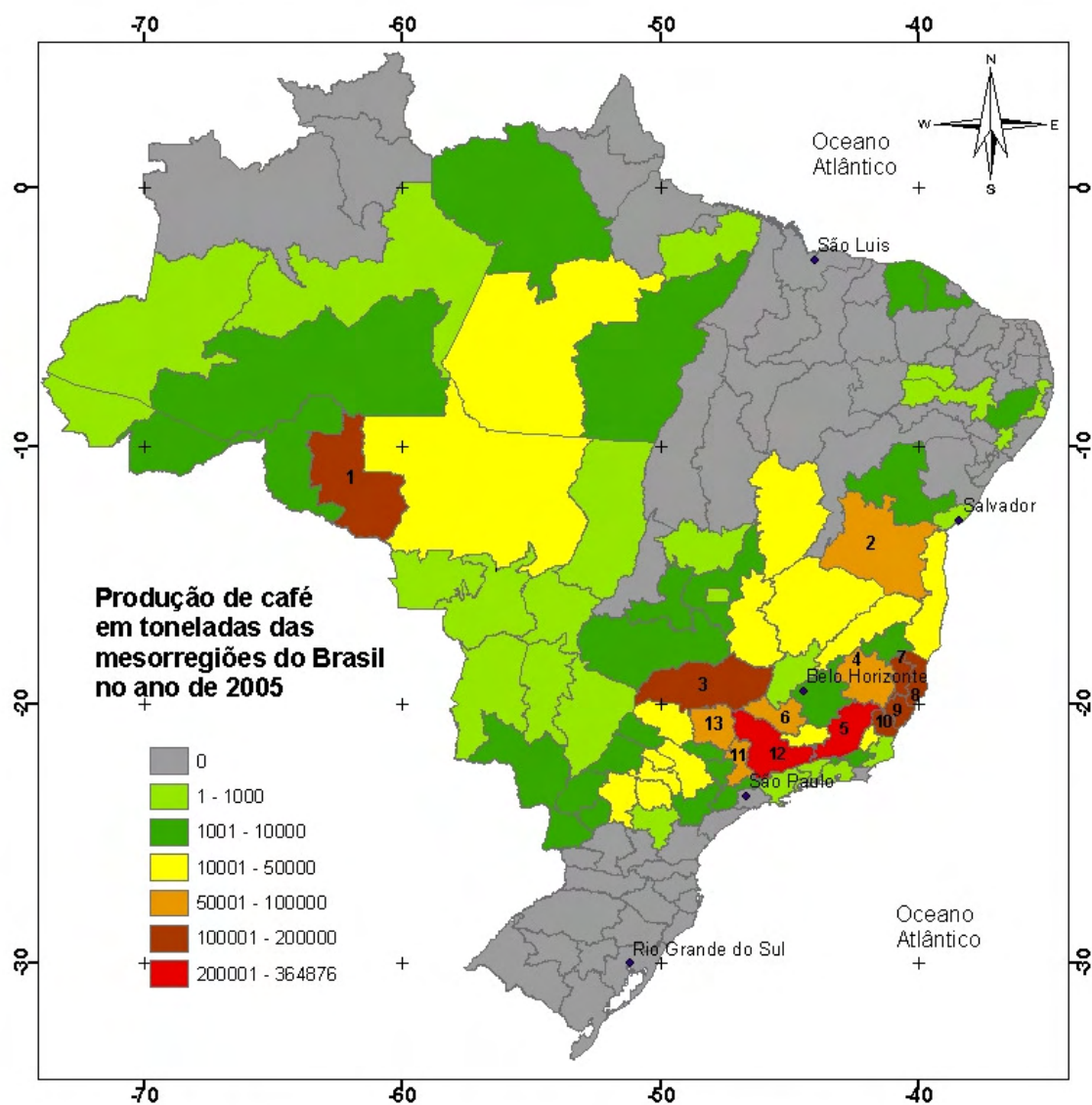
Mapa 4: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas - 1995



Mapa 5: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas – 2000



Mapa 6: Produção de Café das mesorregiões do Brasil, em toneladas – 2005



MESORREGIÕES COM PRODUÇÃO DE CAFÉ ACIMA DE 50000 TONELADAS

- 1- LESTE RONDONIENSE
- 2-CENTRO SUL BAIANO
- 3-TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA
- 4-VALE DO RIO DOCE
- 5-ZONADA MATA
- 6-OESTE DE MINAS
- 7-NOROESTE ESPIRITO-SANTENSE
- 8-LITORAL NORTE ESPIRITO-SANTENSE
- 9-CENTRAL ESPIRITO-SANTENSE
- 10-SUL ESPIRITO-SANTENSE
- 11-CAMPINAS
- 12-SUL/SUDOESTE DE MINAS
- 13-RIBEIRAO PRETO

Fonte de dados : IBGE
Elaborado por MOURA, C. A.

Ainda hoje, regiões consideradas tradicionais na produção de café, como o Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata Mineira e Espírito Santo, continuam apresentando uma grande área plantada e consequentemente uma elevada produção de café, mas ao mesmo tempo, há uma forte expansão da cafeicultura para áreas antes consideradas impróprias para o cultivo desse produto – dado o desenvolvimento e expansão do meio técnico-científico-informacional.

É o caso do Cerrado Mineiro/Alto Paranaíba, região até a pouco tempo considerada imprópria para a cafeicultura e que, no entanto hoje, é uma potência na produção de café. Nessa região estão concentrados os cafeicultores mais modernos do país, utilizando insumos químicos, técnicas de irrigação, mecanização de tratos culturais e colheitadeiras – todo um aparato técnico científico e informacional instalado no território do lugar.

No Centro-Sul Baiano, mais precisamente na região de Barreiras, a cafeicultura começou a se implantar a partir de 1995, acompanhando e aproveitando a dinâmica territorial da cultura da soja, aí já existente, desde 1988. Fatores como mecanização de tratos culturais, uso de insumos químicos e modernos sistemas de irrigação permitem uma alta produtividade também da cultura de café por hectare, o que levou a Bahia hoje a ser o quarto maior estado produtor de café do Brasil.

Em Rondônia, Pará, norte do Mato Grosso, Amazonas e Acre, áreas de ocupação recente e produtoras de café do tipo **Conillon**, o sistema de produção já se organiza técnica e cientificamente. No estado de Rondônia, por exemplo, o grau de mecanização é surpreendente no período 1985-1996: “de um trator para cada 279,2 habitantes agrícolas passa-se a um para cada 99,5; [...]. Relações semelhantes podem ser estabelecidas para máquinas de plantio e de colheita. Todavia esse pioneirismo tem sido seletivamente modernizador” (SANTOS & SILVEIRA, 2003, p. 123).

2.2 Estrutura fundiária das regiões produtoras de café: a pequena unidade de produção

Após quase 300 anos do início do cultivo do café no Brasil, esta cultura continua proporcionando renda para milhares de brasileiros que estão ligados de uma forma ou de outra à atividade cafeicultora. Além de dinamizar o mercado interno, o café ainda continua sendo um importante produto da pauta de exportações brasileiras. Em 2007, a exportação de 28,010 milhões de sacas de café foi responsável pela receita de US\$3,856 bilhões (BRASIL, 2008).

Atualmente, o café é produzido em 14 estados, está presente em cerca de 1.900 municípios, ocupando uma área de 2,3 milhões de hectares. A cafeicultura brasileira, representada por cerca de 350 mil propriedades, é uma das culturas de maior absorção de mão-de-obra rural, empregando direta e indiretamente aproximadamente 8,4 milhões de trabalhadores¹² (BRASIL, 2008).

Das **comodities** destinadas ao mercado internacional, o café é a única produzida predominantemente pela pequena unidade de produção. Para classificarmos as propriedades rurais em pequenas, médias e grandes partimos do método proposto por Ariovaldo de Oliveira (2003). Este autor parte da Lei nº 8629¹³ de 25/02/1993 (que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista na Constituição de 1988) para classificar em termos médios para a federação “a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares; a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 2.000 hectares e a grande propriedade como aquela que tem 2.000 hectares ou mais”¹⁴ (OLIVEIRA, A., 2003, p. 127).

No entanto, devemos salientar que a pequena unidade de produção é composta tanto por agricultores familiares¹⁵, quanto por agricultores patronais. Segundo o Projeto de Cooperação INCRA/FAO (2000),

“a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos, que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à

¹² A cultura do café caracteriza-se como a maior empregadora por unidade de área e, qualquer que seja o sistema adotado, em suas lavouras ocorrerão capinas (manuais, mecânicas ou químicas) e operações bem específicas da cultura, tais como, arruação, esparramação e podas. Além disso, a colheita mais comum do café é a derriça manual que demanda o maior número de trabalhadores (VEIGA; FREDO, 2006).

¹³ Essa Lei conceituou, em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais.

¹⁴ “A área dos módulos fiscais varia de região por região, de estado para estado, e mesmo de município para município. Atualmente, o menor módulo fiscal tem 5 hectares e o maior possui 110 hectares. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal e até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal e entre 440 hectares e menos de 1540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1540 hectares ou mais em municípios do Pantanal” (OLIVEIRA, A., 2003, p. 127). Daí a necessidade de se ter uma média quando se fala do conjunto da federação.

¹⁵ De acordo com a metodologia proposta pelo INCRA/FAO e tendo como base o Censo Agropecuário de 1995/96, dos 4.859.864 estabelecimentos rurais (correspondentes a 353,6 milhões de hectares) existentes no Brasil, 4.139.369 são estabelecimentos familiares (que correspondem a uma área de 107,8 milhões de hectares). Os agricultores patronais são representados por 554.501 estabelecimentos ocupando 240 milhões de hectares. O restante é composto por estabelecimentos cuja condição do proprietário é “Instituição Pia ou Religiosa” ou “Governo (federal, estadual ou municipal)” (INCRA/FAO, 2000).

família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.

Ainda de acordo com o Projeto de Cooperação INCRA/FAO (2000), os agricultores familiares são responsáveis por 25% do valor bruto da produção de café no Brasil. Em relação às regiões brasileiras, destaca-se o Centro-Oeste e o Norte onde, respectivamente, 62,8% e 93,8% do valor bruto da produção de café são realizados por agricultores familiares (**Tabela 4**).

Tabela 4: Agricultura Familiar – Percentual do Valor Bruto da Produção produzido em relação ao Valor Bruto da Produção Total – Café

Região	% Área Total	Café
Nordeste	43,5	22,6
Centro-Oeste	12,6	62,8
Norte	37,5	93,8
Sudeste	29,2	22,8
Sul	43,8	42,8
Brasil	30,5	25,5

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO, 2000.

Organização: M. A. P. Rollo.

Deste modo, somando-se pequenos agricultores familiares¹⁶ e pequenos agricultores patronais, a pequena unidade de produção alcança 95,9% dos produtores, 76,5% da área colhida e 70,5% do volume da produção de café (**Tabela 5**), produção esta que abastece principalmente grandes torrefadoras nacionais e multinacionais.

¹⁶ O fato de o agricultor ser considerado familiar não quer dizer que ele não utilize trabalhadores assalariados. Eventualmente, dependendo do volume da produção, a velocidade em que a colheita deva ser realizada, na falta ocasional de trabalhadores familiares, é comum o emprego de trabalhadores assalariados, ou a troca de dias de serviço com outros pequenos produtores, ou o mutirão (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004).

Tabela 5: Brasil – Café em coco

Grupo de área total (hectares)	Número de produtores	Área Colhida (hectares)	Participação % número de estabelecimentos	Participação % área Colhida (hectares)	Participação % Volume da produção
Menos de 10	131.654	219.242	35,6	12,1	9,3
10 a – 100	195.677	904.048	53,1	49,9	45,1
100 a – 200	26.456	263.299	7,2	14,5	16,1
Menos de 200	353.787	1.386.589	95,9	76,5	70,5
200 a – 1.000	13.995	356.591	3,8	19,7	24,7
1.000 a – 2.000	787	42.906	0,2	2,4	3,2
200 a – 2.000	14.782	399.497	4,0	22,1	27,9
2.000 e mais	365	26.128	0,1	1,4	1,7
Total	368.961*	1.812.250*	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995/6 – Organização: ROLLO, M. A. P.

O modo como está organizada a estrutura fundiária das propriedades de café no Brasil, com predomínio da pequena propriedade, interessa principalmente às grandes empresas, tanto fornecedoras dos insumos necessários à produção do café, quanto às empresas que adquirem o café dos pequenos produtores, na medida em que elas subordinam à lógica do capital os pequenos produtores. Nesta relação de subordinação, os pequenos produtores se vêem obrigados a comprar os insumos necessários às suas tarefas, como o adubo, os defensivos, etc. a preços cada vez mais altos e recebem cada vez menos por aquilo que produzem. Como nos alerta Martins (1980, p. 51), o que estamos presenciando é “uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital”. É deste modo que “as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista” (MARTINS, 1980, p. 59-60).

Capítulo III

Os Círculos de Cooperação desenvolvidos pelo Estado no Circuito Espacial de Produção do Café Reconfigurado

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro passa mais docilmente a reformular suas ações segundo as ordens, normas e ideais do projeto neoliberal. Aproveitando da conjuntura econômica marcada pelo descontrole da inflação que atingia todas as camadas da sociedade brasileira, a classe dominante adota o discurso neoliberal de que o Estado era o principal responsável por todos os males que aconteciam no país, sendo assim necessária a sua reforma. Como forma de combater a inflação, foi posta em prática, a partir da década de 1990, uma abertura comercial, colocando as empresas instaladas em território nacional em competição com as empresas localizadas em outros países. Além disso, a desregulamentação do mercado, a perda do controle cambial, a financeirização total da dívida interna e externa, a privatização de inúmeras empresas estatais marcaram o “desmonte do Estado” durante a década de 1990 (OLIVEIRA, F., 2007).

Se até a década de 1980 o Estado brasileiro delineava as políticas para o circuito espacial de produção do café, a partir deste momento o Estado transfere a responsabilidade pela regulamentação do mercado cafeeiro para as empresas, porém mantendo sua responsabilidade no que se refere à instrumentalização técnica-científica e informacional do território.

Além de investir na infra-estrutura (rodovias, portos, armazéns, etc.), sistemas técnicos que são imprescindíveis às exigências de maior e mais veloz circulação das mercadorias, o Estado continua mantendo forte investimento no círculo de cooperação associado ao circuito espacial de produção do café. Através do fornecimento de crédito a produtores rurais e empresas voltadas à produção do café e através do desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos mais variados segmentos do circuito, em que pese o discurso da liberalização e redução do papel do Estado na esfera da economia, o Estado brasileiro continua, solidariamente, oferecendo todo suporte técnico-normativo necessário à eficiência e competitividade requeridas pelas empresas no circuito espacial de produção do café. É a solidariedade institucional da qual nos fala Castillo, Toledo e Andrade (1997), solidariedade esta que,

“... encontra suas bases numa coesão sócio-territorial dada pelo ordenamento jurídico e político-administrativo que tem vigência sobre um território circunscrito politicamente e que condiciona também a implantação e o arranjo de fixos e a distribuição de fluxos (materiais e imateriais) no território”.

Se de um lado o Estado solidariamente aos reclamos dos agentes hegemônicos da economia (no mais das vezes empresas transnacionais) garante as bases territoriais favoráveis aos sistemas de atividades produtivas, de outro, mas sistematicamente ordenado pelo modelo neoliberal, o Estado se torna subordinado também ao sistema financeiro internacionalizado.

Assim é que heteronomicamente todo o território se torna subordinado, regulado, ordenado por um mesmo e único sistema de produção, distribuição, circulação e creditização.

“Sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos o território é regulado” (CATAIA, 1996, p. 174) e sob esse comando, que lhe é delegado, diga-se de passagem, pelas instituições e empresas, o Estado termina por promover transformações na própria composição técnica do território, “dado que o financiamento à produção implica, no mínimo, mudanças nos transportes, na informatização e muda a composição orgânica do território, já que a pesquisa (química, biotecnológica, etc.) anda lado a lado com os financiamentos” (CATAIA, 1996, p. 174).

3.1 A modernização via a creditização: dependência e heteronomia tácita do território

Com o avanço nas ciências, técnicas e informações e as exigências de competitividade para toda a atividade cafeeira, tanto os produtores quanto os municípios, Estados e a própria Federação são obrigados a investir cada vez mais em infra-estruturas que tornem eficaz a organização do circuito espacial de produção do café no país – o que aprofunda a dependência de todos os agentes (do sistema produtivo aos entes da Federação) – que se tornam credores do sistema financeiro. “Cria-se dessa forma uma dependência do sistema financeiro, que acaba invadindo todas as etapas da produção em sentido amplo, pois todas ‘precisam’ dele e todas constituem modos de acumulação de mais-valia” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 132).

Para os segmentos que constituem o circuito espacial de produção do café, o Estado brasileiro disponibiliza atualmente recursos financeiros provenientes do Fundo de Defesa da

Economia Cafeeira¹⁷ – FUNCAFÉ. Este atualmente é gerido pelo CDPC - Conselho Deliberativo da Política Cafeeira¹⁸, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2007, o orçamento do FUNCAFÉ foi de R\$2,026 bilhões, sendo liberado até 31 de dezembro de 2007 R\$1,682 bilhão, valor este que se destinou ao financiamento de custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café – FAC (BRASIL, 2008).

Os créditos liberados para colheita (cerca de R\$412 milhões) e estocagem (cerca de R\$584 milhões) para o ano de 2007 beneficiaram os cafeicultores com financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas. Esses créditos foram usados para financiar as despesas decorrentes da colheita e da estocagem de café, tais como: aplicação de herbicidas, arruação, colheita, transporte do café para o terreiro, secagem, mão-de-obra, e materiais para as várias etapas da colheita e estocagem. O crédito liberado ao FAC para o ano de 2007 foi de cerca de R\$260 milhões, crédito este que beneficiou cooperativas e beneficiadores, exportadores e indústrias torrefadoras de café, na compra de café verde adquirido diretamente dos produtores rurais ou de suas cooperativas, de exportadores e de beneficiadores (BRASIL, 2008).

Já a linha de crédito liberada para financiamento das despesas de custeio (insumos, mão-de-obra, operações com máquinas, excetuados os itens vinculados às despesas com colheita) para o ano de 2007 foi de cerca de R\$426 milhões, beneficiando cafeicultores com financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas (BRASIL, 2008).

As tabelas a seguir (**Tabelas 6, 7, 8 e 9**) apresentam a distribuição dos recursos das linhas de financiamentos referidos acima, por agente financeiro. Observa-se através da análise das tabelas que os principais agentes financeiros utilizados pelo Estado brasileiro como canais para repassar recursos do FUNCAFÉ aos diversos agentes que compõem o circuito espacial de produção do café são um banco público (Banco do Brasil) e um banco cooperativo (Bancoob).

¹⁷ Criado em 1986, os recursos do FUNCAFÉ tiveram origem a partir de cotas arrecadadas das exportações de café. No fim de 1989, essas cotas foram extintas. Os recursos, então, passaram a ser arrecadados a partir das vendas de café dos estoques do governo, aluguéis de armazéns, juros de empréstimos e de receitas decorrentes de reembolsos dos financiamentos de custeio, colheita e estocagem.

¹⁸ A representação do CDPC é integrada por sete representantes do governo (Ministro de Estado da Agricultura, que o preside, secretário-executivo e secretário de produção e comercialização do Ministério da Agricultura, e representantes dos Ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão) e sete do setor privado, sendo que a lavoura participa com quatro votos (dois representantes do Conselho Nacional do Café e dois representante da Confederação Nacional da Agricultura) e a indústria de torrefação (representada pela ABIC), a indústria de solúvel (representada pela ABICS) e os exportadores (representados pelo CECAFÉ) com um voto cada um (BRASIL, 2003).

Tabela 6: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Colheita – 2007

Agente Financeiro	Valor Liberado (R\$)	Participação (%)
Banco do Brasil	170.000.000	41,2
Bancoob	140.000.000	33,9
Santander Banespa	30.000.000	7,3
Crediminas	30.000.000	7,3
Bradesco	16.500.000	4,0
Outros	26.000.000	6,3
Total	412.500.000	100,00

Fonte: BRASIL, 2008

Organização: ROLLO, M. A. P.

Tabela 7: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Estocagem – 2007

Agente Financeiro	Valor Liberado (R\$)	Participação (%)
Banco do Brasil	200.000.000	34,2
Bancoob	135.000.000	23,1
Santander Banespa	97.618.308	16,7
Safra	40.000.000	6,8
Ribeirão Preto	35.000.000	6,0
Credivar	76.790.000	13,2
Total	584.408.308	100,00

Fonte: BRASIL, 2008

Organização: ROLLO, M. A. P.

Tabela 8: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Financiamento para Aquisição de Café (FAC) – 2007

Agente Financeiro	Valor Liberado (R\$)	Participação (%)
Banco do Brasil	80.000.000	30,8
Itaú BBA	77.999.886	30,0
Santander Banespa	47.700.000	18,4
Unibanco	29.619.254	11,4
Safra	14.098.312	5,4
Outros	10.458.946	4,0
Total	259.876.398	100,00

Fonte: BRASIL, 2008

Organização: ROLLO, M. A. P.

Tabela 9: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por agente financeiro – Custeio – 2007

Agente Financeiro	Valor Liberado (R\$)	Participação (%)
Bancob	176.727.080	41,5
Banco do Brasil	105.000.000	24,6
Santander Banespa	50.000.000	11,7
Crediminas	40.000.000	9,4
Banestes	29.000.000	6,8
Outros	25.272.920	6,0
Total	426.000.000	100,00

Fonte: BRASIL, 2008

Organização: ROLLO, M. A. P.

Outro importante agente financeiro que também merece destaque como canal de repasse de financiamentos pelo Estado brasileiro aos cafeicultores e demais agricultores é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Administrando uma série de programas agropecuários do Governo Federal (**Tabela 10**), o BNDES, no ano-safra 2007-2008 (de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008), disponibilizou aos agricultores R\$ 6,9 bilhões. Cabe ressaltar que a maioria desses programas de financiamentos agropecuários do Governo Federal tem como principal finalidade disponibilizar crédito aos agricultores, para que estes modernizem suas propriedades rurais, dotando-as de infra-estruturas territoriais e equipamentos que permitirão uma atividade agrícola mais eficiente, desde o plantio até a colheita e armazenagem da produção.

Tabela 10: Programas de Financiamentos Agropecuários do Governo Federal administrados pelo BNDES

-
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **PRONAF**
 - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – **MODERFROTA**
 - Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – **MODEINFRA**
 - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais – **MODERAGRO**
 - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – **PROPFLORA**
 - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – **PRODECOOP**
 - Programa de Incentivo ao Investimento no Agronegócio – **INVESTIAGRO**
 - Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais
 - Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável – **PRODUSA**
-

Fonte: BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp#agro>>

Acesso em: 13 nov. 2008.

Dentre esses programas, chama-nos a atenção o MODERFROTA, programa criado pelo Governo Federal em 2000 e que tem como objetivo modernizar a frota de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas dos agricultores em geral. Além disso, o MODERFROTA disponibiliza uma linha de crédito especialmente para os cafeicultores, para que estes possam adquirir equipamentos para beneficiamento de café. No ano-safra 2008-2009, o MODERFROTA contará com orçamento de R\$3 bilhões de um total de R\$7,5 bilhões que o BNDES disponibilizará à atividade agrícola (BNDES (...), 2008). Na verdade, o Estado brasileiro, financiando a compra de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas e equipamentos para beneficiamento de café, além de permitir a modernização das propriedades rurais, alavanca a produção das empresas fabricantes de máquinas agrícolas. As empresas fabricantes de tratores e colheitadeiras são as grandes beneficiadas, uma vez que, houve aumento expressivo nas vendas dessas máquinas após a criação do MODERFROTA (item 4.2 desta dissertação).

3.2 O financiamento das pesquisas: na contramão do projeto neoliberal, a mão invisível do Estado

A rentabilidade cada vez maior do capital, almejada pelos grandes agentes hegemônicos da economia, levou a uma alteração radical das forças produtivas da atividade agropecuária. Se antes o processo produtivo da agropecuária era extremamente dependente de fatores naturais (clima, relevo, solo, etc.), no atual período técnico-científico-informacional a tecnologia e o capital passam a reproduzir artificialmente algumas das condições necessárias à produção agrícola.

No circuito espacial de produção do café, inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para a atividade cafeicultura desenvolveram uma série de novos produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo, prevenir as doenças do cafeeiro, combater as pragas que atacam as plantações de café, além de produzir nos laboratórios sementes mais produtivas, criar máquinas para colher, irrigar o solo e uma quantidade incomensurável de outras inovações, tudo visando ao maior rendimento de café por hectare.

O Estado brasileiro, por sua vez, tem papel importantíssimo no financiamento desse processo, na medida em que mantém vários institutos de pesquisas que dão suporte técnico-científico ao desenvolvimento da atividade cafeeira. Nesse sentido, cabe destacar a instituição do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café) em 1998,

coordenado pela Embrapa, passando esta a executar o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café (as instituições responsáveis pela execução direta das ações do PNP&D/Café no ano de 2006 estão listadas no **ANEXO 1**). A primeira etapa deste convênio visou principalmente a capacitar os institutos em: laboratórios, sistemas de comunicação via internet e equipe de trabalho. A partir daí, várias tecnologias têm sido produzidas em doze áreas de pesquisas, todas relacionadas à cafeicultura. Para dar uma pequena noção do que vem sendo produzido pelo PNP&D/Café, apresentamos no **ANEXO 2** as doze áreas de pesquisas do Programa, uma tecnologia produzida para cada área e as instituições responsáveis pelo desenvolvimento de cada uma dessas tecnologias citadas. Em 2007, o PNP&D/Café foi contemplado com recursos do FUNCAFÉ da ordem de R\$11,917 milhões, sob a forma de descentralização de crédito para a Embrapa, permitindo a execução/contratação de 125 projetos de pesquisa (BRASIL, 2008).

Ainda em relação ao PNP&D/Café, merece destaque o convênio firmado entre o CBP&D/Café e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 2002, para a realização do projeto Genoma do Café, com verba total de R\$4 milhões. O projeto tem como principal objetivo a criação de um banco de genes da espécie *Coffea arabica*, para que seja possível, por exemplo, controlar o florescimento dos pés de café, ou ainda fazer com que a manutenção dos frutos ocorra de forma uniforme. Além disso, pretende-se obter um menor custo com a utilização de defensivos, aumento da produtividade e produção de cafés com atributos demandados pelo mercado, como por exemplo, o nutracêutico (café com características nutritivas e farmacêuticas) (ABIC, 2002).

Estes são alguns dados¹⁹ – selecionados aqui por nosso intuito em estudar os circuitos espaciais de produção do café – que estão a nos mostrar que, a despeito do discurso neoliberal de que o Estado deve se desresponsabilizar ou não deve intervir na economia de mercado, o que está acontecendo, ainda que invisivelmente para a grande maioria da sociedade, é que o Estado tem bancado os investimentos de longo prazo, portanto, os mais custosos, ou seja, aqueles investimentos em pesquisas científicas, desenvolvimento de tecnologias – no mais das vezes criados em Universidades e Institutos de pesquisas estatais – mas que têm por finalidade atender aos reclamos do mercado, vale dizer das grandes empresas, na medida em que são estas empresas que concentram os lucros provenientes da atividade cafeicultora.

¹⁹ Para compreensão mais acurada desse processo sugerimos a leitura da dissertação de Mestrado de Francisco das Chagas Nascimento Júnior “*A constituição do círculo de cooperação de pesquisa agrícola no Brasil: nova face do uso corporativo do território brasileiro no período técnico-científico-informacional*”, Rio Claro, 2007.

Capítulo IV

As empresas: monopólios territoriais no Circuito Espacial de Produção do Café Reconfigurado

Vivemos hoje em um mundo marcado pela globalização da produção e do consumo, globalização esta garantida em grande parte graças às modernas infra-estruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, etc.) e modernos meios de transportes e de comunicações (automóveis, aviões, telefones, satélites, etc.). Porém, todas essas inovações técnicas não são suficientes para explicar a fluidez contemporânea de produtos, informações e capitais. Segundo Milton Santos (2004, p. 275), a fluidez contemporânea “não alcançaria as conseqüências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação”.

Com as desregulações, as grandes empresas globais, que já controlavam os aspectos técnicos da produção, passam também a controlar

os aspectos políticos da produção, os quais se encontram no âmbito da circulação, da distribuição e do consumo. Esses aspectos políticos são aqui tão relevantes quanto os técnicos: política financeira, fiscal e monetária, política do comércio de mercadorias e de serviços, política do emprego, política da informação, todas essas políticas sendo hoje induzidas no nível mundial (SANTOS, 2004, p. 211).

Deste modo, as empresas multinacionais são, hoje, menos dependentes das condições nacionais.

“Elas podem escolher os países cujos mercados de trabalho, impostos e sistemas regulamentadores e infra-estrutura sejam considerados mais adequados. A promessa de investimento interno direto e a ameaça de sua retirada têm grande influência nas opções políticas dos governos nacionais. As empresas podem agora limitar as políticas dos Estados” (GRAY, 1999, p. 86).

Assim, as “desregulações abriram um espaço que vem sendo ocupado pelas empresas como ator político fundamental. O Estado mínimo da falsa utopia neoliberal não é mínimo na economia, como pregam os tolos: ele se faz mínimo é na política” (OLIVEIRA, F., 2004, p. 21).

No caso brasileiro, mais especificamente em relação ao circuito espacial de produção do café, se até o final da década de 1980 as normas estabelecidas pelo Estado brasileiro, referentes a tarifas, impostos, cotas, financiamentos, etc. acabavam tendo um papel de regulamentação do circuito espacial de produção do café, ao qual as empresas interessadas deviam adaptar-se, isso muda a partir da década de 1990. Com a desregulamentação do mercado do café, as empresas multinacionais aqui instaladas (tanto as de capital internacional, quanto as de capital nacional), que já gozavam de certo poder político e econômico, passam a ter muito mais poder. Impondo suas lógicas a outras empresas (fornecedoras, compradoras ou distribuidoras) e influenciando as políticas de Estado, essas grandes empresas concentram cada vez mais poder econômico e político, tornando o território nacional eficiente às suas necessidades de maior competitividade em relação ao mercado nacional e internacional.

O acirramento da competição entre as empresas voltadas à atividade agrícola em geral e ao circuito espacial de produção de café em particular leva ao aumento das fusões e aquisições, acarretando na formação de oligopólios, inclusive mundiais. Segundo Chesnais (1996, p. 93), o oligopólio mundial é definido

“como um ‘espaço de rivalidade’,²⁰ delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos que [...] chegam a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial. O oligopólio é um lugar de concorrência encarnizada, mas também de colaboração entre grupos. Estes reconhecem sua mútua dependência de mercado, de modo que as relações que constituem o oligopólio são, em si mesmas e de forma inerente, um importante fator de barreira à entrada de outros”.

Assim, a redução do número de empresas culmina na redução do número de centros decisórios e a uma concentração maior de vetores de comando, por algumas poucas empresas nacionais e multinacionais, que passam a deter o comando da vida econômica e social e a dinâmica territorial, fazendo do território um uso corporativo (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 291). É desse modo que se cristalizam “monopólios territoriais porque a cada empresa corresponde o domínio exclusivo de uma porção do território nacional. Esses monopólios territoriais encarnam o simulacro do livre mercado, pois a concorrência não existe e o Estado opera como garantia dessa realidade” (SILVEIRA, 1999b, p. 70).

²⁰ “Não utilizamos aqui o termo ‘espaço’ em sentido geográfico ou geopolítico, e sim na acepção conceitual de ‘meio ideal ou abstrato’, delimitado por determinadas relações. Nossa definição tem origem em certas análises de F. Perroux sobre as formas de concorrência” (CHESNAIS, 1996, p. 93).

4.1 Grandes empresas produtoras de insumos

4.1.1 Empresas produtoras de fertilizantes: do monopólio público ao monopólio territorial das empresas

No atual período técnico-científico-informacional, as inovações técnicas nos sistemas de atividades agrícolas contribuem para o aumento das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Inovações técnicas como inseticidas, herbicidas, fungicidas, fertilizantes, entre outros produtos químicos, por serem exigentes de alto grau de ciência, tecnologia e informação, são oferecidos na maior parte das vezes por grandes corporações mundiais – muitas das quais detêm as patentes dessas inovações.

No Brasil, a produção de fertilizantes simples, produtos intermediários e matérias-primas foi iniciada na década de 1950, quando a indústria era capaz de suprir 8% da demanda nacional, sendo o restante atendido pelas importações. Na década de 1960, a produção brasileira foi ampliada com a implantação de várias empresas, mas o país ainda possuía forte dependência externa.

A forte intervenção do Estado, a partir de 1974, determinou o surgimento de uma nova fase para o setor de fertilizantes. O Governo Federal criou o Plano Nacional para a Difusão de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), com o objetivo de aumentar a oferta interna do produto e consequentemente possibilitar a auto-suficiência no mercado interno.

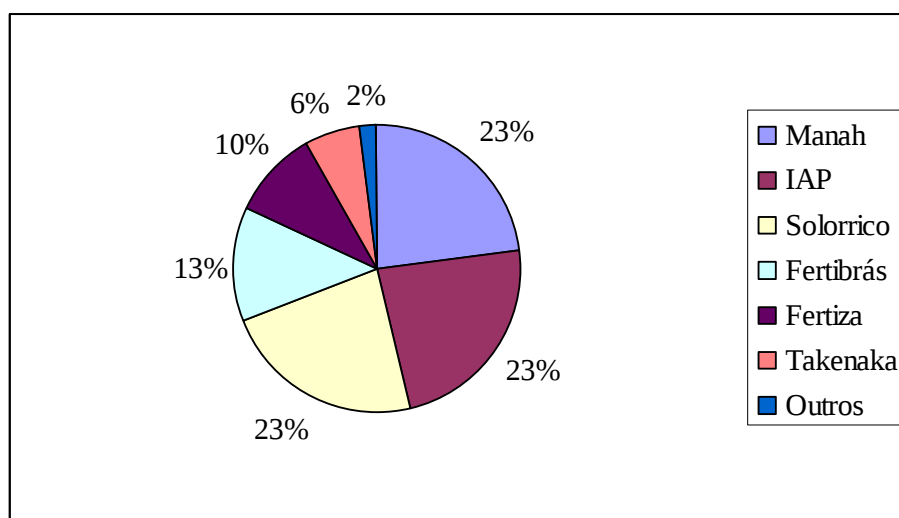
No começo da década de 1980, a indústria de fertilizantes estava consolidada no país. O Estado havia assumido o controle acionário de várias empresas privadas, como a Ultrafertil, já em 1974. A Petrobrás Fertilizantes (Petrofertil) foi criada em 1976 e passou a atuar como uma **holding**, controlando empresas como: Ultrafertil, Fosfertil, Nitrofertil, Arafertil, Goiásfertil e Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). Estabeleceu-se desta forma no Brasil, um monopólio público na produção de fertilizantes.

A abertura da economia brasileira a partir da década de 1990 acarretou uma reestruturação das empresas de fertilizantes. A privatização da indústria brasileira de fertilizantes se deu entre os anos de 1992 e 1994, com cinco leilões de venda de dois tipos bem distintos: venda de participações minoritárias (Indag e Arafertil) e venda de controle acionário (Fosfertil, Goiásfertil e Ultrafertil). Criou-se nessa época a principal **holding** do segmento, a Fertifós, para controlar duas centrais, a Ultrafertil (nitrogenados) e a Fosfertil

(fosfatados), que são ao mesmo tempo empresas produtoras de matérias-primas básicas e intermediárias e de fertilizantes básicos.

Após o processo de privatização, foram estabelecidas inúmeras fusões e aquisições entre empresas do setor, determinando grandes mudanças societárias, principalmente dentro do consórcio Fertifós. Este consórcio era formado por sete empresas no ato de sua criação: IAP, Manah, Solorrico, Fertibrás, Fertiza e Takenaka/Ouro Verde (**Figura 4**). Com a aquisição, pelo Grupo Bunge Fertilizantes S.A., das empresas IAP, Takenaka/Ouro Verde e Manah e aquisição pela Cargill da Solorrico e Fertiza, a Bunge passou a deter 52,3% da Fertifós, a Cargill 33,07% e a Fertibrás 12,76%. Em consequência, o consórcio Fertifós, capitaneado pela Bunge, passou a ter o controle acionário da Fosfértil, que por sua vez possui o controle total da Ultrafértil (SAAD; PAULA, 2008).

Figura 4: Fertifós e Quadro de Acionistas pós-Privatização (1994) da Fosfértil/Ultrafértil

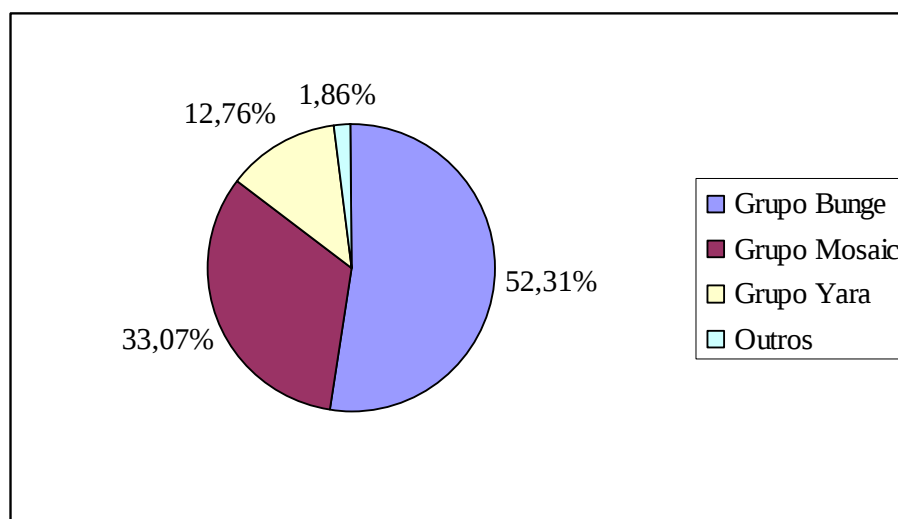


Fonte: SAAB; PAULA, 2008, a partir dos dados das empresas.

Mais recentemente a Fertibrás foi adquirida pelo grupo norueguês Yara (maior fabricante mundial de fertilizantes) e a união das operações da divisão de fertilizantes das americanas Cargill e IMC Global em 2004, deu origem à Mosaic²¹ (segunda maior fabricante mundial de fertilizantes), alterando novamente a composição societária da Fertifós (**Figura 5**).

²¹ A Cargill detém 65,5% das ações da Mosaic.

Figura 5: Participação dos grupos econômicos no capital social da Fertifós



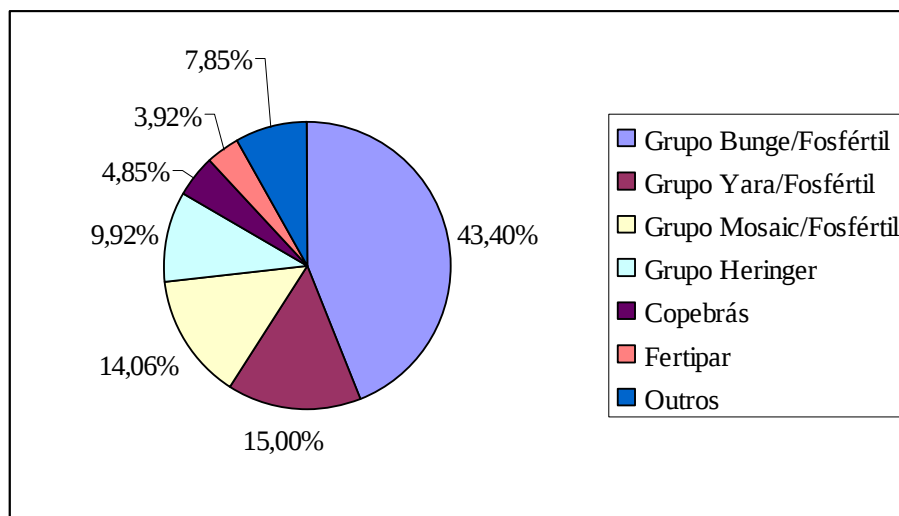
Fonte: SAAB; PAULA, 2008, a partir dos dados das empresas.
Organização: ROLLO, M. A. P.

No caso da Fosfertil, atualmente a Bunge controla 50,39% das ações da empresa (FOSFÉRTIL, 2006 apud SAAD; PAULA, 2008), porém, Mosaic e Yara, embora tenham menor participação acionária, possuem poder de veto.

Todo o processo de fusões e aquisições realizadas após a privatização do setor de fertilizantes acarretou na formação de um oligopólio na produção de fertilizantes do Brasil, oligopólio este composto por três empresas – a norte-americana Mosaic, a norueguesa Yara e a holandesa Bunge²². Como se não bastasse isso, o mercado de fertilizantes formulados, ou seja, o mercado junto ao consumidor final, é dominado em mais de 57% pelos mesmos 3 grupos, ou seja, Bunge, Yara e Mosaic. Embora existam cerca de 60 misturadoras no país, 82% do total das vendas de fertilizantes formulados são realizados por apenas 4 empresas: Grupo Bunge, Yara, Mosaic e Heringer (**Figura 6**), fato que concede a esses grupos a capacidade de influir tanto nos preços da matéria-prima para fabricação de fertilizantes como os preços finais desse mercado (SAAB; PAULA, 2008).

²² Podemos citar como exemplo de concentração na produção de matéria-prima para fertilizantes o caso do grupo Bunge/Fosfertil que controla a produção de cerca de 76% da rocha fosfática, 69% do ácido sulfúrico, 97,5% do ácido fosfórico, 100% do nitrato de amônia e juntamente com a Petrobrás detêm 100% da produção de amônia anidra (SAAB; PAULA, 2008).

Figura 6: Market Share do Mercado Brasileiro de Fertilizantes Formulados – 2005

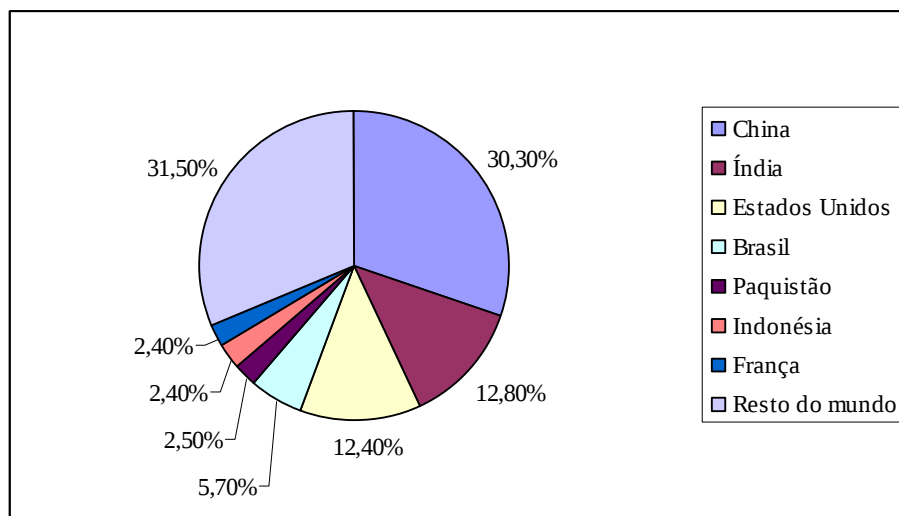


Fonte: ABIQUIM (2005) e LIMA E SCHMIDT (2002) - apud SAAB; PAULA, 2008.
Organização: ROLLO, M. A. P.

A oligopolização da economia e do território fundada no novo marco regulatório, pretensamente associado à desregulação, assegura a poucas firmas participarem da modernização e da virtual derrubada dos limites à acumulação (SILVEIRA, 2005). Assim, “o discurso da quebra dos monopólios públicos confronta-se com a realidade dos novos monopólios territoriais, uma vez que as regiões são mercados cativos das novas empresas” (SILVEIRA, 2005, p. 194).

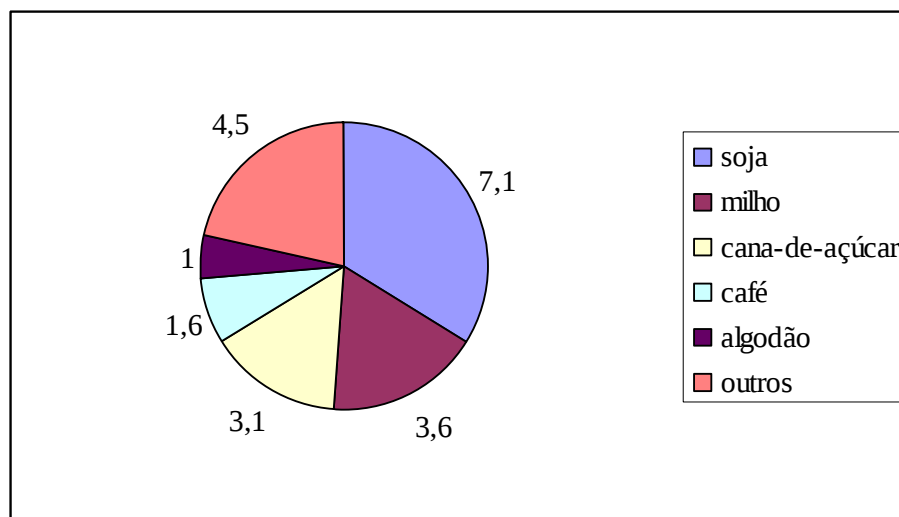
Assim cativo, o Brasil é hoje o quarto maior mercado consumidor de fertilizantes do mundo, ficando atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos (**Figura 7**). Em 2006, o consumo de fertilizantes nas lavouras brasileiras ficou em torno de 20,9 milhões de toneladas. O consumo brasileiro de fertilizantes é concentrado em apenas cinco culturas, cuja produção abastece grandes indústrias de processamento e grandes empresas exportadoras de **commodities**. Em 2006, somando-se o consumo de fertilizantes nas lavouras de café (7,6%), soja (33,9%), milho (17,4%), cana-de-açúcar (14,9%) e algodão herbáceo (5%), tivemos 78,8% do consumo nacional (**Figura 8**). Deste total, apenas 8,7 milhões de toneladas de fertilizantes foram produzidos internamente. As demais 12,2 milhões de toneladas foram importadas (FERTILIZANTES (...), 2008).

Figura 7: Consumo Mundial de Fertilizantes – 2006 (em %)



Fonte: ANDA(2006), IFA (2008) - Elaboração: SAAB; PAULA, 2008.
Organização: ROLLO, M. A. P.

Figura 8: Consumo de fertilizantes por culturas – Brasil – 2006 (milhões de toneladas)



Fonte: FERTILIZANTES (...), 2008.
Organização: ROLLO, M. A. P.

Atualmente o Brasil não é auto-suficiente na produção de nenhum dos nutrientes fundamentais utilizados na formulação de fertilizantes para a agropecuária (nitrogênio, fósforo e potássio – NPK). Em relação ao nitrogênio (N), a produção brasileira chegou a atingir 85,35% da demanda nacional em 1989. Em 2006, a produção de nitrogênio atendeu apenas 35,13% da demanda nacional. No caso do potássio (K), a dependência brasileira sempre foi absoluta, uma vez que entre 1950 e 1985 simplesmente não havia produção

nacional de potássio para fertilizantes. Da metade dos anos 1980 em diante, inicia-se a produção nacional desse macronutriente, sendo que em 2006 a produção brasileira atendeu a somente 11,96% da demanda nacional. Já a produção brasileira de fósforo (P) para fertilizantes atendeu a 58,23% da demanda nacional em 2006, atendimento que já foi de 100% em 1983. (GONÇALVES; FERREIRA; SOUZA, 2008). Os principais países dos quais o Brasil importa fertilizantes são: Estados Unidos (nitrogenados), Rússia (nitrogenados e potássicos) e Canadá (fosfatados e potássicos).

Podemos, assim, afirmar que a partir da década de 1990, com o aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira, a expansão do consumo de fertilizantes no Brasil foi realizada ampliando a dependência do país em relação à importação das matérias-primas necessárias à produção de fertilizantes e subordinada aos interesses das grandes empresas multinacionais.

4.1.2 A produção de defensivos no Brasil: uso corporativo do território pelas grandes empresas multinacionais

Até meados da década de 1970, a produção interna de defensivos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e acaricidas) era bastante incipiente. Em 1975, ocorreu a implantação do Programa Nacional de Agroquímicos (PNDA) pelo Governo federal, programa este que vigorou até 1979 e tinha como objetivo aumentar a produção interna de defensivos. Assim, apoiadas pelos incentivos do PNDA, pela possibilidade de aumento de vendas de defensivos em decorrência da expansão das áreas cultivadas no Brasil e pela elevada capacidade financeira, várias empresas líderes do mercado mundial passaram a instalar no Brasil unidades produtoras de defensivos. Porém, pelo fato de as diretrizes do PNDA priorizarem a fabricação doméstica apenas de produtos técnicos e formulados, o parque industrial brasileiro de defensivos ficou refém da importação das matérias-primas e produtos intermediários necessários ao processo produtivo dos defensivos. Isto contribuiu não apenas com a manutenção da dependência tecnológica da indústria nacional, como também para permanentes saldos negativos na balança comercial deste ramo de atividade.

A partir da década de 1990, seguindo o exemplo de outros ramos industriais, a indústria de defensivos foi reestruturada por um movimento de fusões e aquisições em todo o mundo. O resultado prático desse novo tipo de competição no mercado global de defensivos foi uma elevada concentração da produção. Apenas para citar um exemplo, a principal

empresa produtora de defensivos do mundo, a anglo-suíça Syngenta Seeds²³, tem uma participação de 24% no mercado mundial.

O mercado brasileiro que replica o internacional (**Tabela 11**) também passou a ser mais concentrado. O processo de abertura econômica ocorrido na década de 1990 contribuiu para que as fusões e aquisições no setor de defensivos fossem muito fortes, principalmente no que se refere à aquisição de empresas nacionais por empresas multinacionais. Segundo a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos – AENDA, em 1990, as empresas de capital nacional detinham 30% do fornecimento de defensivos, percentual que foi se reduzindo no decorrer da década de 1990 chegando a 5% em 2004 (VELASCO; CAPANEMA, 2006).

Deste modo, atualmente a produção de defensivos em território brasileiro é controlada basicamente por grandes empresas globais (**Tabela 11**). O fato de essas mesmas empresas multinacionais desenvolverem suas pesquisas de criação e produção de novos defensivos em seus laboratórios localizados nos países desenvolvidos levou ao aumento da dependência do Brasil em relação às matérias-primas e produtos técnicos (princípios ativos) importados. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2004), a dependência externa tem representado aproximadamente 50% em relação ao valor das vendas internas.

Tabela 11: Principais empresas na indústria de defensivos agrícolas no mundo e no Brasil: faturamento e participação no market share - 2005

Empresa	Mundo		Brasil	
	Faturamento US\$ milhões	Market share (%)	Faturamento US\$ milhões	Market share (%)
Syngenta	8.104	23,8	715	17,2
Bayer	5.477	16,1	584	14,0
Basf	4.106	12,0	567	13,6
Monsanto	3.042	8,9	320	7,7
DuPont	2.192	6,4	287	6,9
Milenia	1.542	4,5	265	6,4
Agripec	1.574	4,6	238	5,7
Dow	3.364	9,9	225	5,4
Outras	4.693	13,8	956	23,1
Total	34.094	100	4.157	100

Fonte: SINDAG, AENDA (abril de 2006) e MDIC, 2007.

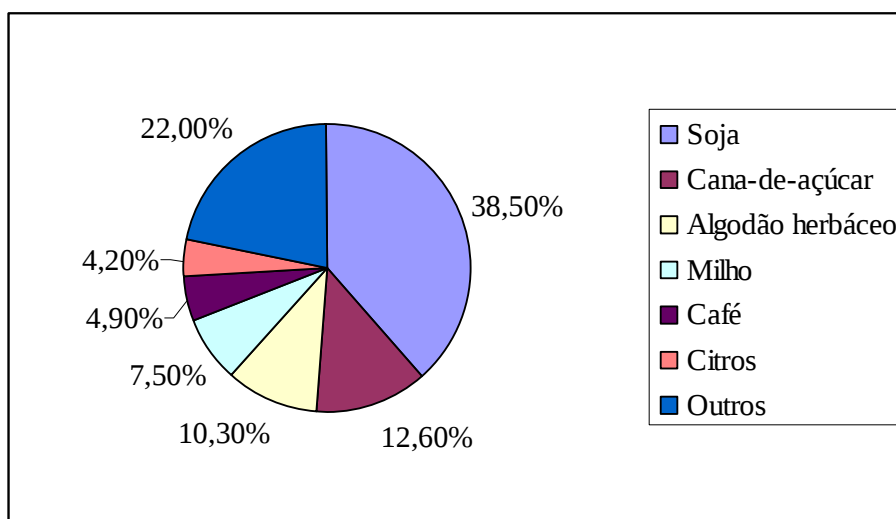
Elaboração: HASENCLEVER; ANTUNES, 2008. Organização: ROLLO, M. A. P.

²³ A Syngenta Seeds originou-se da fusão da divisão de agronegócios da Novartis (originada da fusão das suíças Sandoz e Ciba Geigy) com a AstraZeneca (originada da fusão da sueca AstraAB com a inglesa Zeneca) (VELASCO; CAPANEMA, 2006).

Para agravar a situação, os grandes investimentos em P&D, para fazer frente ao padrão de competitividade pela inovação e diferenciação dos produtos, aliados à necessidade de imensa rede de distribuição dos produtos e assistência técnica ao usuário final passam a constituir grandes barreiras à entrada de novos concorrentes no mercado de defensivos.

No que se refere ao consumo, em 2006, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola – SINDAG – foram consumidas aproximadamente 480.600 toneladas de defensivos agrícolas no país, totalizando cerca de US\$ 3,920 bilhões (DEFENSIVOS (...), 2008), valor este apropriado principalmente pelas grandes empresas fabricantes de defensivos. Somente os cafeicultores foram responsáveis por 4,9% do valor total das compras de defensivos agrícolas no Brasil. As lavouras de café, juntamente com as de soja (38,5%), cana-de-açúcar (12,6%), algodão herbáceo (10,3%), milho (7,5%) e citros (4,2%) totalizaram 78% do valor comercializado em defensivos naquele ano²⁴ (**Figura 9**) (DEFENSIVOS (...), 2008).

Figura 9: Valor total das compras de defensivos por culturas (em %) – Brasil – 2006



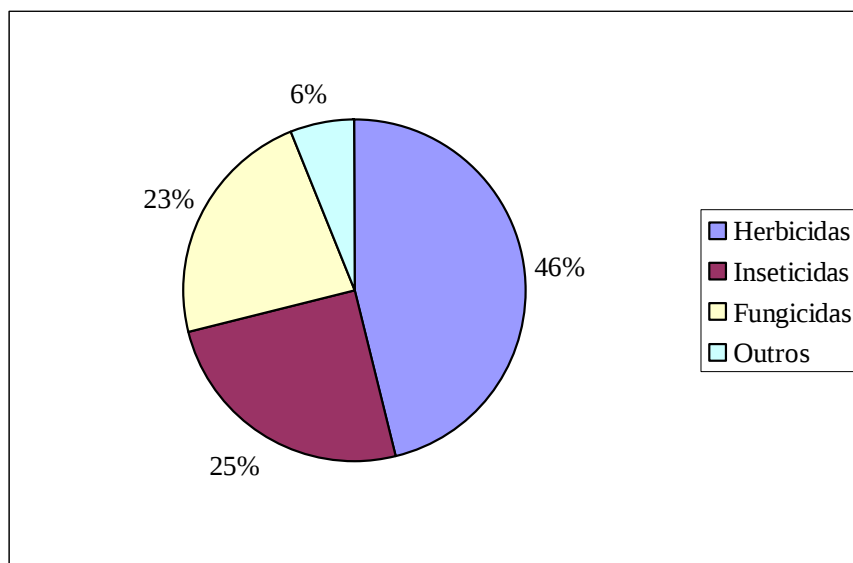
Fonte: SINDAG, 2006 (apud DEFENSIVOS (...), 2008)
Organização: ROLLO, M. A. P.

Cabe destacar que o consumo de defensivos não é simétrico entre os diferentes tipos de defensivos e os diferentes tipos de culturas. No período 2001-2005, somente os herbicidas

²⁴ O consumo de defensivos não é simétrico entre os diferentes tipos de defensivos e os diferentes tipos de culturas. Na cafeicultura, por exemplo, os principais defensivos usados pelos produtores são os herbicidas e os fungicidas.

representaram 46% dos valores de defensivos no mercado brasileiro²⁵ (**Figura 10**). Em relação às culturas, as lavouras de café, algodão e soja demandam principalmente herbicidas e fungicidas. Já a cultura de citros responde por cerca de 90% do consumo de acaricidas no país.

Figura 10: Distribuição relativa média do consumo brasileiro de defensivos, por classe de uso - 2001-2005



Fonte: Estatísticas de mercado do SINDAG (apud TERRA, 2008).
Organização: ROLLO, M. A. P.

4.2 Empresas produtoras de máquinas agrícolas: fusões e corporações

O segmento de máquinas agrícolas é bastante complexo, sendo composto por vários tipos de indústrias, tais como fabricantes de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas (plantadeiras, arado, grades, roçadeiras, etc.), ferramentas motorizadas portáteis (roçadeiras, moto-serras, etc.), entre outras. Além disso, existem as empresas fabricantes de máquinas específicas para a cafeicultura.

Neste item, destacaremos as empresas produtoras de máquinas específicas para a cafeicultura, ou, para ser mais preciso, empresas que produzem máquinas que serão usadas no processo de pós-colheita do café (máquinas de recebimento, lavagem, despulpamento, secagem, armazenagem e benefício de café). Destacaremos também as empresas produtoras

²⁵ O principal herbicida usado no Brasil, o glifosato (responsável por 25% do mercado de herbicidas) é produzido por um oligopólio composto por quatro empresas. Somente uma delas, a Monsanto, detém 90% do mercado de glifosato no país (BRASIL (...), 2007).

de tratores, uma vez que essas máquinas são extremamente difundidas nas propriedades produtoras de café²⁶. Cabe destacar que as empresas que fabricam tratores, geralmente são também fabricantes de colheitadeiras, que são usadas nas mais diversas culturas (principalmente nas culturas de café, soja, algodão, milho e cana-de-açúcar).

No caso das empresas produtoras de máquinas voltadas ao processo de pós-colheita do café, cabe destacar a Pinhalense S.A. Máquinas Agrícolas e D'Andréa Agrimport, ambas de capital nacional. A Pinhalense, que está localizada no município de Espírito Santo do Pinhal (SP), é hoje uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos para café, sendo a única empresa do mundo a oferecer uma linha completa de equipamentos desde a colheita até a torrefação ou exportação do café. Os equipamentos fabricados pela Pinhalense, hoje distribuídos em fazendas e sítios de todas as regiões produtoras do Brasil, equipam oito em cada dez exportadores de café do país e já foram vendidos em mais de 60 países produtores e consumidores de café (A PINHALENSE, 2008).

Já a empresa D'Andréa Agrimport, localizada no município de Limeira (SP), produz, para mais de cem países, equipamentos e plantas completas das mais diversas capacidades para recebimento, lavagem, despulpamento, secagem, armazenagem e benefício de café, atendendo desde o pequeno produtor até grandes projetos agroindustriais (DIVISÃO (...), 2007).

No que se refere ao segmento produtor de tratores e colheitadeiras, tanto em nível mundial, quanto em nível nacional, este segmento é altamente concentrado, resultado das inúmeras fusões e aquisições que ocorreram, sobretudo a partir de meados da década de 1980, quando a crise econômica mundial culminou numa recessão agrícola, levando a uma queda na venda de tratores e colheitadeiras pelas empresas. Muitos grupos empresariais importantes, como a International Harvester, Steiger Tractor, Allis Chalmers e a Ford fundiram, desapareceram ou venderam suas divisões de máquinas agrícolas. Como resultado, temos hoje o mercado mundial de tratores e colheitadeiras sendo dominado por apenas três grandes grupos empresariais: Deere & Co. com 25%, CNH Global N.V. com 30%²⁷ e AGCO²⁸ com 25% do mercado mundial (NEVES, 2005).

²⁶ Os tratores são usados para o transporte de adubos, defensivos e do próprio café na época da colheita.

²⁷ Em 1999, a New Holland, uma subsidiária do grupo Fiat Allis adquiriu a Case, e a partir da fusão das duas empresas, o nome da nova empresa passou a ser CNH Global N.V. com sede em Amsterdã, Holanda. No final de 2000, a Fiat adquiriu 84,5% das ações da CNH, passando a controlar seus negócios, mas mantendo as marcas existentes anteriormente à fusão, ou seja, CNH Case e CNH New Holland que detêm 13% e 17% do mercado mundial de máquinas agrícolas, respectivamente (NEVES, 2005).

²⁸ A AGCO foi criada a partir da venda da North American Allis-Chalmers Company para um grupo de investidores e tornou-se conhecida como AGCO Corporation a partir de junho de 1990, tendo seu escritório central localizado na cidade de Duluth, nos Estados Unidos (GRAMKOW, 2002).

No Brasil, essas mesmas três empresas dominam a produção de tratores e colheitadeiras (**Tabela 12 e 13**). Maior fabricante de colheitadeiras do Brasil na atualidade, a John Deere iniciou sua participação no mercado brasileiro através de uma associação com a indústria brasileira Schneider Logemann & Cia. (SLC) em 1979, quando adquiriu 20% do capital da empresa. Em 1996, a John Deere ampliou sua participação para 40% das ações e a empresa passa a chamar-se SLC-John Deere Ltda. Em 1999, a John Deere assumiu o controle acionário da SLC, sendo essa marca eliminada do mercado em 2001 (CASTILHOS *et al.*, 2008).

A CNH Global N.V., por sua vez, embora tenha sido criada em 1999, é resultado de inúmeras fusões e aquisições, principalmente entre empresas multinacionais que já atuavam em território brasileiro antes de 1999. Para entendermos a presença da CNH Global N.V. no Brasil é preciso que analisemos a instalação de outras indústrias de máquinas agrícolas no território brasileiro no decorrer do século XX. A International Harvester foi uma das primeiras fábricas de tratores a se instalarem no Brasil, em 1926. No entanto, a partir da década de 1950, inúmeras outras fábricas de tratores são montadas no país, entre elas: a Moto Agrícola Indústria e Comércio, em 1953, a Ford, em 1960, a New Holland, em 1975 e a Case, em 1977.

Na segunda metade da década de 1980 a Ford New Holland de Curitiba, resultante da aquisição da fábrica de colheitadeiras da New Holland pela Divisão da Ford Motor Company em 1986, foi adquirida pelo grupo Fiat. Em 1997, inicia a atuação da Case IH no Brasil. Esta empresa surgiu mundialmente em 1985 em decorrência da aquisição da International Harvester pela Case. Em 1999, uma nova fusão a nível mundial – Case com New Holland – gera a CNH Global N.V. (CASTILHOS *et al.*, 2008).

Maior fabricante de tratores do Brasil na atualidade, a norte-americana AGCO iniciou sua participação no mercado brasileiro de máquinas agrícolas em 1996, quando adquiriu a marca Massey Ferguson²⁹ no Brasil. A partir daí, a AGCO iniciou uma estratégia de expansão pelo território brasileiro, adquirindo, ainda em 1996, a empresa Ideal³⁰, que pertencia ao

²⁹ A empresa estadunidense Massey Ferguson iniciou suas atividades no Brasil em 1969. Em 1980, passa a se chamar Massey Ferguson Perkins S/A, após a associação com a empresa Motores Perkins. No decorrer da década de 1980, a Massey Ferguson Perkins sofre alteração da razão social duas vezes, passando a se chamar Massey Perkins (1984) e depois Maxion S.A. (1989). Em 1990, o grupo Iochpe assume 33% do capital da Maxion, passando a se chamar Iochpe-Maxion S.A.

³⁰ De capital nacional, a Indústria de Máquinas Ideal foi criada em 1953, com o objetivo de produzir colheitadeiras de tração eletro-mecânica. Em 1965 foi adquirida pelo grupo Iochpe.

grupo Iochpe, em 2005, a empresa Valtra³¹ e, em 2007, a empresa SFIL³² (CASTILHOS *et al.*, 2008)

Em relação à fabricação de tratores, cabe destacar ainda a participação da empresa Agrale³³ que, embora tenha uma produção menor em relação à AGCO, CNH Global N.V. e John Deere (**Tabela 12**), é a única empresa brasileira de capital nacional que produz veículos, tratores e motores a diesel.

Tabela 12: Produção, Vendas Internas e Exportações de Tratores de Rodas fabricados no Brasil em 2007 – Principais Empresas Fabricantes

Empresa	Produção	Vendas Internas	Exportações
AGCO	30.185	17.987	12.288
Massey Ferguson	18.831	9.390	9.472
Valtra	10.622	8.597	2.069
AGCO Allis	495	-	510
Challenger	237	-	237
Agrale	1.497	1.507	53
CNH Global N. V.	12.230	7.056	5.062
CNH Case	763	381	376
CNH New Holand	11.467	6.675	4.686
John Deere	5.373	3.393	2.625
Total	49.285	29.943	20.028

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008

³¹ A empresa de máquinas agrícolas Valtra surgiu em 1997, a partir da privatização da estatal finlandesa Valmet, empresa esta que havia iniciado suas operações no Brasil em 1960.

³² A empresa brasileira SFIL – Schaendler & Filhos Ltda foi criada em 1962, passando a se chamar Indústria Agrícola Fortaleza Imp/Expo. Ltda (SFIL) quando passou por uma reestruturação em 1981 (CASTILHOS *et al.*, 2008).

³³ A Agrale surgiu em 1965, a partir da aquisição da Indústria Gaúcha de Implementos Agrícolas (AGRISA), produtora de máquinas agrícolas e motores diesel, pelo grupo Francisco Stédilie.

Tabela 13: Produção, Vendas Internas e Exportações de Colheitadeiras fabricadas no Brasil em 2007 – Principais Empresas Fabricantes

Empresa	Produção	Vendas Internas	Exportações
AGCO	805	500	263
Massey Ferguson	697	463	250
AGCO Allis	10	-	13
Valtra	51	37	-
Challenger	47	-	-
CNH Global N. V.	1.988	1.072	955
CNH Case	674	227	451
CNH New Holland	1.314	845	504
John Deere	2.355	805	1.565
Total	5.148	2.377	2.789

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008

No que se refere à produção e venda de máquinas agrícolas em geral, e de tratores e colheitadeiras em particular, é interessante notar o expressivo aumento da venda desses produtos a partir de 2000 (**Tabela 14**). Um dos principais motivos para o aumento dessas vendas está ligado ao lançamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) pelo Governo Federal, em 2000. Por meio desse programa, o Governo Federal, através do BNDES, financia para os agricultores em geral a aquisição de tratores e colheitadeiras e implementos agrícolas novos ou usados. Além disso, o MODERFROTA disponibiliza uma linha de crédito especialmente para os cafeicultores, para que estes possam adquirir equipamentos para beneficiamento de café.

Nota-se, portanto, que através de um programa de financiamento voltado para os agricultores, o Estado brasileiro contribui diretamente para a acumulação de capital dos grandes grupos empresariais estrangeiros que produzem máquinas agrícolas e estão instalados em território brasileiro.

Por outro lado, houve também aumento significativo nas exportações brasileiras de máquinas agrícolas para outros países após o ano 2000, exportações estas que aumentaram ainda mais nos últimos anos, em decorrência da diminuição da venda de máquinas agrícolas no mercado nacional (**Tabela 14**).

Tabela 14: Produção, vendas e exportações de máquinas agrícolas automotrizes, Brasil – 1996/99, 2000/03, 2004/07

	1996/99*	2000/03*	2004/07*
Tratores de rodas			
Produção	20.753	37.447	44.986
Vendas de tratores produzidos no Brasil	15.742	28.743	24.252
Vendas de tratores importados	318	461	314
Total de vendas no mercado interno	16.060	28.871	24.566
Exportações	4.865	8.418	21.030
Colheitadeiras			
Produção	3.517	6.384	5.533
Vendas de colheitadeiras produzidas no Brasil	1.954	4.6832	2.627
Vendas de colheitadeiras importadas	180	229	38
Total de vendas no mercado interno	2.009	4.741	2.636
Exportações	1.509	1.579	3.046
Total de máquinas agrícolas automotrizes¹			
Produção	28.869	48.219	58.339
Vendas de máquinas produzidas no Brasil	20.780	36.542	30.929
Vendas de máquinas importadas	1326	910	817
Total de vendas no mercado interno	21.234	36.787	31.255
Exportações	7.873	11.345	27.846

* Média do período.

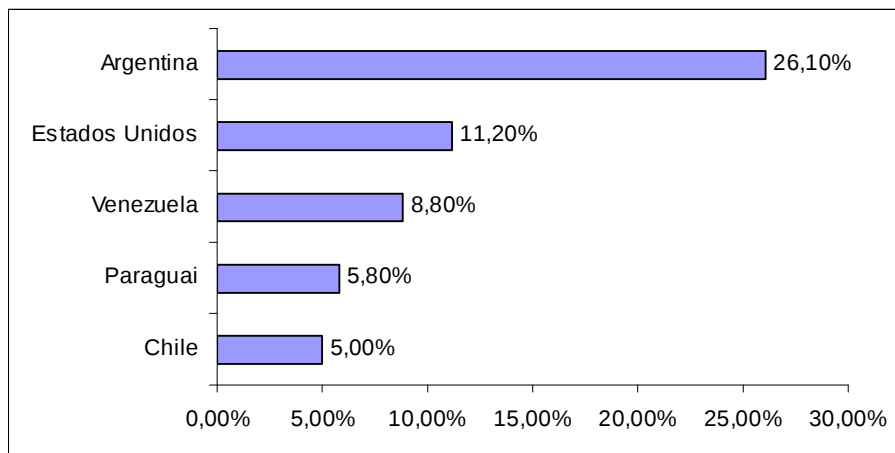
¹ Soma de cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteira, colheitadeiras e retroescavadeiras.

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.

Organização: ROLLO, M. A. P.

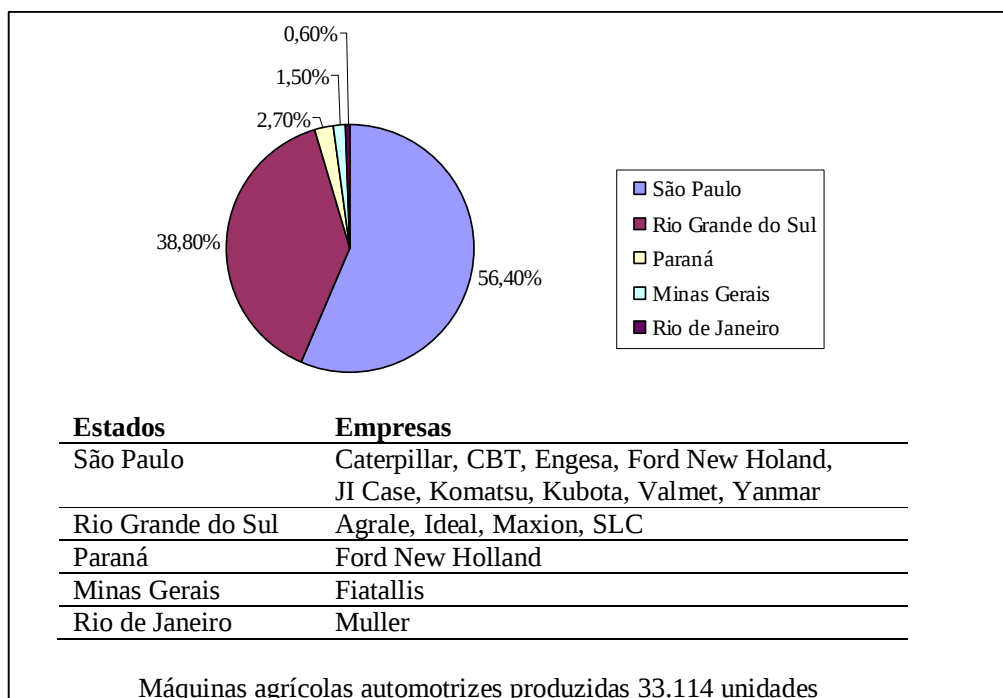
Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008

Aproveitando de incentivos concedidos pelo Estado brasileiro (financiamentos, isenção de impostos, entre outros) e usando as infra-estruturas do país de maneira privilegiada, os grandes grupos estrangeiros fabricantes de máquinas agrícolas fazem do território nacional uma plataforma de exportação para outros países, principalmente países da América do Sul (**Figura 11**). É assim, através do uso do território brasileiro, que os grandes agentes hegemônicos da economia vão, cada vez mais, acumulando capital e consequentemente poder político.

Figura 11: Exportação de máquinas agrícolas por países de destino - 2007

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.
Organização: ROLLO, M. A. P.
Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>.
Acesso em: 02 dez. 2008.

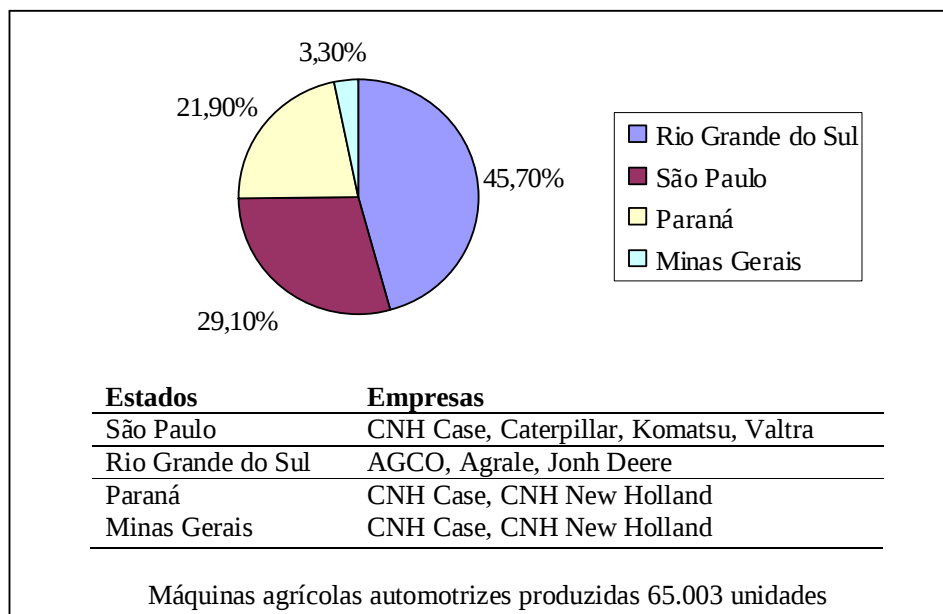
Para finalizar, cabe destacar ainda que toda a reestruturação pela qual passou o segmento produtor de máquinas agrícolas, tanto em nível mundial, quanto nacional, principalmente na década de 1990, ocasionou uma mudança da divisão territorial do trabalho, criando uma nova hierarquia entre os estados brasileiros produtores de máquinas agrícolas. Se em 1990, o grande estado produtor de máquinas agrícolas era São Paulo, em 2007, tínhamos como grande produtor o estado do Rio Grande do Sul. O estado do Paraná, que em 1990, tinha uma produção insignificante de máquinas agrícolas, em 2007, foi responsável por quase 22% da produção brasileira dessas máquinas. (**Figuras 12 e 13**).

Figura 12: Produção brasileira de máquinas agrícolas, por unidade de Federação – 1990

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008

Figura 13: Produção brasileira de máquinas agrícolas, por unidade de Federação - 2007

Fonte: Anuário da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 2008.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2008/capitulo3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008

As mudanças na hierarquia dos estados produtores de máquinas agrícolas mostram novamente a importância do território na definição das estratégias mercadológicas das grandes empresas. Instalando fábricas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, as empresas fabricantes de máquinas agrícolas têm condições de atender satisfatoriamente tanto a demanda do mercado brasileiro por máquinas agrícolas (concentrado principalmente no Centro-Sul), quanto o mercado dos países vizinhos, principalmente a Argentina. Tudo comprovando que o território brasileiro vem sendo usado cada vez mais como um recurso, pelos grandes agentes hegemônicos da economia.

4.3 Do território como abrigo ao território como recurso: a dinâmica da reestruturação e concentração das empresas torrefadoras no Circuito Espacial de Produção do Café

Durante a fase de regulamentação estatal do mercado internacional de café, o preço do produto formava-se segundo convênio firmado entre países produtores e consumidores membros do AIC, que dividiam o mercado segundo cotas de exportação. Com o rompimento do AIC, o café passa a ter o seu preço regulado pelas cotações das Bolsas de Nova Iorque (café arábica), Londres (café robusta) e Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de São Paulo (COUTINHO *et. al.*, 1993). No caso da BM&F de São Paulo, o café é a principal **commodity** transacionada no mercado de futuros, tanto em termos do número de contratos negociados, como em termos de volume financeiro envolvido nessas transações (LAMOUNIER, 2007).

Todo esse processo de desregulamentação do mercado internacional de café proporcionou às grandes empresas torrefadoras multinacionais o poder de decidir o quanto e a que preço comprar o café, não sendo necessário observar preços convencionados antecipadamente. Com a possibilidade de negociar com seus fornecedores, as empresas puderam reduzir custos, além de buscar o desenvolvimento de novos produtos (diferenciação) para conquistar mercados. As oscilações de oferta-excesso e escassez favorecem as alterações de preços, acirrando a concorrência, processo este que leva ao aumento das fusões e aquisições entre empresas torrefadoras do segmento.

Esse movimento de fusões e aquisições culminou na diminuição do número de empresas atuantes no mercado internacional de café. Atualmente, apenas cinco empresas torrefadoras multinacionais – Nestlé, Kraft Foods, Procter & Gamble, Sara Lee e Tchibo (que

comercializa o produto na Alemanha) – compram quase a metade da oferta mundial de café em grão³⁴ (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2002).

No caso do circuito espacial de produção do café no Brasil, o segmento de Torrefação e Moagem é composto por cerca de 1.200 torrefadoras, que respondem por mais de 2.000 marcas. Nesse segmento há uma forte predominância de empresas familiares de pequeno e médio porte³¹ operando em mercados locais e regionais. Uma pequena parcela é constituída por empresas de grande porte que conseguem operar em todo o território nacional ou em boa parte dele. Embora seja composto por inúmeras empresas, o segmento é altamente concentrado. Das 500 empresas torrefadoras filiadas à ABIC, 10 delas são responsáveis por 70,01% da produção total, enquanto outras 315 são responsáveis por apenas 7,32% da produção total. Entre estas duas classes, estão 75 empresas responsáveis por 22,67% da produção total de café torrado (**Tabela 15**).

O circuito espacial de produção do café está instalado e concentrado principalmente na região Sudeste do país. Das 754 empresas localizadas nessa região, 345 estão situadas no estado de Minas Gerais e 307 no estado de São Paulo (MINAS GERAIS, 2006).

Tabela 15 - Produção e Participação por Grupos e Portes de Empresas Associadas a Abic – Maio/2007 a Abril/2008

Grupo	Volume Mensal (sacas)	Participação (%)	Nº de Empresas
1 – 999 sacas	66.012	7,32	315
1.000 – 2.999 sacas	70.650	7,84	38
3.000 – 9.999 sacas	124.608	13,82	24
Acima de 10.000 sacas	640.069	71,01	10
Total	901.339	100	387

Considerado somente café torrado e moído (entre associados da Abic)

Fonte: Abic. Dados disponível em: <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>.

Acesso em 13 nov. 2008

Ainda hoje, o que mantém a sobrevivência das pequenas e médias torrefadoras nacionais é conseguirem colocar no mercado local um café torrado e moído mais barato em relação aos produtos vindos de outros lugares ou regiões distantes. Além disso, muitas dessas pequenas e médias torrefadoras já ocupam esse mercado local há mais de 20 ou 30 anos, o que lhes asseguram certa fidelidade do consumidor. É por isso, que podemos afirmar junto com Milton

³⁴ Informações constantes do relatório de “Oxfam Internacional Pobreza em sua xícara: o que há por trás da crise do café, setembro de 2002”.

³¹ A barreira ao ingresso de pequenas e médias firmas no segmento de torrefação e moagem é baixa, uma vez que não existem restrições tecnológicas e o capital mínimo exigido para entrar no setor é pequeno (SAES; FARINA, 1999).

Santos (2003) que as empresas torrefadoras de pequeno porte utilizam o “território como abrigo”, uma vez que estão extremamente envolvidas com os lugares onde atuam.

A partir da década de 1990, iniciou-se um processo de profunda reestruturação do segmento de torrefação e moagem de café no Brasil, acompanhando o movimento de reestruturação do segmento que ocorria em nível mundial. O fim da regulamentação estatal, que proibia o ingresso de firmas no segmento, a estabilização do consumo de café nos principais mercados consumidores do mundo (Estados Unidos e Europa Ocidental), a possibilidade de fazer do Brasil uma plataforma de exportação de café torrado para os países vizinhos (principalmente a Argentina) e o progressivo aumento do consumo interno de café no país, explicam a instalação de poderosos grupos estrangeiros do segmento de torrefação e moagem em território nacional nos últimos anos. A principal estratégia adotada pelas grandes empresas torrefadoras multinacionais para atuarem no mercado brasileiro tem sido a de fusão e aquisição de torrefadoras já em operação no território nacional e a utilização de várias fábricas, em diferentes regiões. Como nos lembra Chesnais (1996) “um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos”. Por tudo isso, podemos afirmar que as grandes empresas torrefadoras multinacionais usam o território como recurso (SANTOS, 2003), na medida em que escolhem os pontos que lhe assegurarão maior fonte de renda, sem se importar o mínimo com os anseios e necessidades dos lugares onde se instalam.

Como exemplo de fusões e aquisições de empresas brasileiras por torrefadoras multinacionais, podemos citar a aquisição das marcas Café do Ponto e Seletto, em 1998, e União, Pilão e Caboclo, em 2000, pelo grupo americano Sara Lee; a aquisição da empresa Três Corações, em 2000, pela empresa israelense Strauss-Elite; e da Torrefadora Nova Suíça pela italiana Segafredo. Estas três empresas mais a Mellita, de capital alemão, já controlam cerca de 38% do mercado brasileiro de café torrado/moído. Somente a empresa Sara Lee comanda cerca de 25% do mercado nacional (RIBEIRO, A. R. 2005).

Através da aquisição de torrefadoras brasileiras, fica evidente desde já que o objetivo maior das grandes empresas torrefadoras multinacionais é dominar o mercado brasileiro de café torrado e moído. Em 2005, a empresa israelense Strauss-Elite adquiriu 50% da torrefadora cearense Santa Clara (segunda maior torrefadora do Brasil – **Tabela 16**).

Em 2006, a Melitta adquiriu a torrefadora Bom Jesus, localizada em Caxias do Sul e, até então, líder em torrado e moído no mercado gaúcho (SCARAMUZZO, 2006). A Sara Lee, por sua vez, fechou acordo recentemente com o grupo sergipano Maratá (terceira maior

torrefadora do Brasil – **Tabela 16**) para expandir suas vendas no Nordeste brasileiro. Por este acordo, a Maratá industrializa empacota e distribui os produtos da Sara Lee naquela região (D'AMBRÓSIO; SCARAMUZZO, 2008). Além disso, em 2008, a Sara Lee adquiriu a empresa Café Moka (nona maior torrefadora do Brasil – **Tabela 16**), localizada na região metropolitana de São Paulo, empresa esta que atende a mais de 4.000 pequenos e médios clientes do setor varejista, através de um sistema direto de distribuição (SARA LEE (...), 2008).

Já a empresa japonesa Mitsui (líder de vendas de café torrado e moído no Centro-Oeste) assinou acordo de cooperação com a torrefadora brasileira Café Damasco (sexta maior torrefadora do Brasil – **Tabela 16**). Ambas as empresas alegam que o objetivo principal da cooperação é o de melhor atender seus clientes e racionalizar a distribuição de seus produtos, através da melhoria dos seus produtos e sistemas operacionais (CAFÉ DAMASCO S.A (...), 2008).

Como se não bastasse tudo isso, grandes empresas torrefadoras multinacionais, como a italiana Lavazza e a norte-americana Kraft Foods, que não possuem filiais no Brasil, estão realizando estudos para possíveis aquisições de empresas torrefadoras brasileiras. Uma das empresas torrefadoras brasileiras cobiçadas no país atualmente é a Cia Cacique³⁵ (quinta maior torrefadora de café do Brasil – **Tabela 16**) (APPEL, 2006).

Tabela 16 – Relação das 10 maiores indústrias de Café Associados da ABIC – Abril/2008

Posição	Estado	Empresa
01	SP	Sara Lee Cafés do Brasil Ltda
02	CE	Santa Clara Indústria e Comércio de Alimentos Ltda
03	SE	Indústrias Alimentícias Maratá Ltda
04	SP	Melitta do Brasil Indústria e Comércio Ltda
05	SP	Cia. Cacique de Café Solúvel
06	PR	Café Damasco S/A
07	SP	Mitsui Alimentos Ltda
08	MG	Café Bom Dia Ltda
09	SP	Moka Trading Company Ltda
10	PB	São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos

Fonte: Abic. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em 13 nov. 2008.

Já a indústria de café solúvel, por possuir uma planta industrial sofisticada, é constituída no Brasil por um pequeno número de empresas, desde a década de 1960.

³⁵ A Cia Cacique é detentora da marca café Pelé para torrado e moído, e Cacique, para solúvel.

Atualmente atuam no segmento de café solúvel as empresas: Nestlé (Suíça), Cacique (Brasil), Iguacu/Macsol (Japão), Realcafé (Brasil), Cocam (Holanda), Mogi (Brasil), Brasília (Brasil) e Eastico (Israel) (COUTINHO *et al.*, 2002).

Cabe destacar que a produção de café solúvel está voltada basicamente para o mercado internacional. Em 2008, a exportação de café solúvel foi de 74.732 toneladas, sendo os Estados Unidos, a Rússia, a Ucrânia e o Reino Unido os principais compradores de café solúvel brasileiro (Tabela 17).

Tabela 17: Exportações Brasileiras de Café Solúvel – mesmo descafeinado: Principais Países Importadores – 2008

Países	Valor (US\$ mil)	Volume (ton)
Estados Unidos	81.063	13.000
Rússia	71.791	8.590
Ucrânia	42.763	4.837
Reino Unido	37.491	4.641
Japão	38.328	4.503
Outros	294.231	39.161
Total	565.667	74.732

Fonte: MIDIC/SECEX. Elaboração: MAPA/SPAE/DCAF.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Dados disponíveis em: <http://www.abic.com.br/estat_exporta_destino.html>.

Acesso em: 17 abril 2009.

4.4 A exportação do café brasileiro

O atual sistema de divisão internacional do trabalho existe para atender prioritariamente aos interesses dos países que estão à frente do processo de industrialização, (FURTADO, 1992). O Brasil, sendo um país subdesenvolvido, ocupa nessa divisão uma posição de subordinação e dependência em relação aos países ricos. A exportação de **commodities** minerais e agrícolas é uma das características que marcam essa subordinação e dependência.

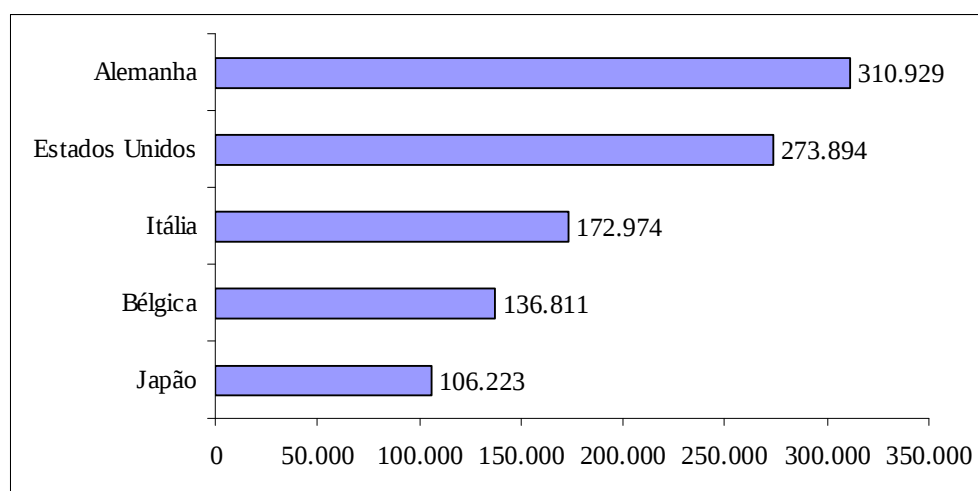
O café é um exemplo de produto exportado pelo Brasil basicamente na forma de **commodity**. Em 2008, o Brasil exportou 1.566.921 toneladas de café em grãos, enquanto a exportação de café solúvel foi de 74.732 toneladas e a de café torrado foi de apenas 6.659 toneladas (Tabela 18). A partir da análise desses números, conclui-se que a exportação de café industrializado pelo Brasil é irrisória, em vista da quantidade de café em grão exportada.

Tabela 18: Exportações Brasileiras de Café – Total/2008

Café	Valor (US\$ mil)	Volume (ton.)	Preço Médio (US\$/ton)
Em Grão (verde)	4.131.674	1.566.921	2.636,81
Solúvel	565.667	74.732	7.569,27
Torrado/Moído	35.627	6.659	5.350,20
Total	4.732.968	1.648.312	-

Fonte: MIDIC/SECEX. Elaboração: MAPA/SPAE/DCAF. Organização: ROLLO, M. A. P.
 Dados disponíveis em: <http://www.abic.com.br/estat_exporta_destino.html>
 Acesso em: 17 abril 2009.

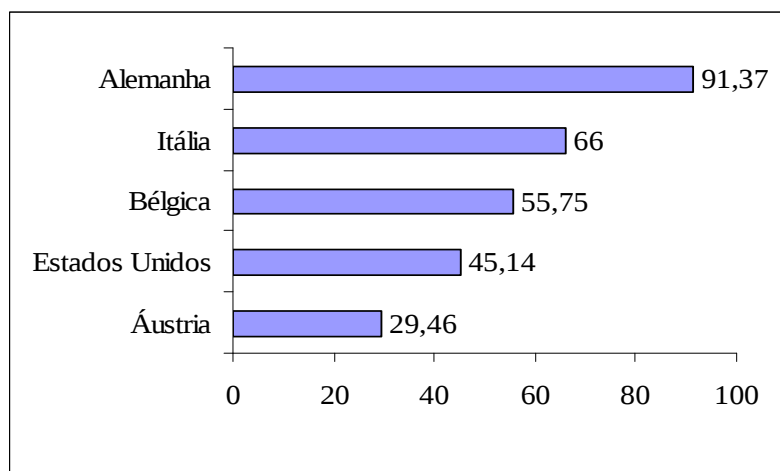
Empresas localizadas principalmente nos Estados Unidos e em vários países europeus importam café **commodity** do Brasil e de vários outros países subdesenvolvidos e industrializam essa matéria-prima, agregam valor e reexportam³⁶ com lucro substancial, sem produzir uma só saca de café (**Figuras 14 e 15**). Até mesmo o Brasil chega a importar café torrado da Europa, café em cuja composição a matéria-prima brasileira muitas vezes participa com mais de 60% no **blend** e cujo preço de importação é muito mais caro do que o preço pago pelo café verde exportado pelo Brasil.

Figura 14: Exportações Brasileiras de Café Verde - não torrado, não descafeinado - Principais Países Importadores – 2008 (em mil toneladas)

Fonte: MIDIC/SECEX - Elaboração: MAPA/SPAE/DCAF. Organização: ROLLO, M. A. P.
 Dados disponíveis em <http://www.abic.com.br/estat_exporta_destino.html>. Acesso em: 17 abril 2009.

³⁶ As estratégias de reexportação são basicamente de ocupação dos mercados intrablocos econômicos, facilitados pelas zonas de livre comércio e proximidades geográficas.

Figura 15: Ranking dos 5 maiores Exportadores Mundiais de Café Torrado – 2003
(em mil toneladas)



Fonte: SIQUEIRA, 2005. Organização: ROLLO, M. A. P.

Todo esse mercado de reexportação poderia ser ocupado pelo Brasil, assim como pelos demais países produtores de café, na medida em que estes detêm a produção e tecnologia para processamento do café. Evidentemente, este espaço não é ocupado pelos países produtores de café devido às barreiras comerciais existentes, principalmente na Europa e Estados Unidos, barreiras estas que têm como finalidade proteger o mercado das torrefadoras locais.

O comércio internacional de café é deste modo um bom exemplo que permite desmascarar o discurso hipócrita dos países ricos, referente à abertura de mercados mundiais. A partir de um discurso neoliberal, os países ricos exigem dos países subdesenvolvidos a abertura de mercados, enquanto eles próprios mantêm seus mercados fechados a vários produtos industrializados ou não, provenientes dos países subdesenvolvidos.

As grandes empresas torrefadoras nacionais e multinacionais instaladas em território brasileiro, por sua vez, estão distorcendo os fatos referentes à baixa exportação de café industrializado pelo Brasil. Ao invés de atacarem, em conjunto com o Estado brasileiro, o verdadeiro motivo para a baixa exportação do produto, que são as barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos e por vários países da Europa, as torrefadoras estão alegando que o principal motivo que dificulta a exportação do café industrializado é a baixa qualidade do **blend** brasileiro, que ocorre porque o Estado brasileiro proíbe a importação de café em grão de outros países. O discurso das empresas torrefadoras é o de que necessitam importar café em grão de outros países para compor **blends** que darão origem a um café de qualidade.

Esse fato permitiria a elas, além da conquista de mercados cada vez mais exigentes em âmbito internacional, concorrer de igual para igual com o café torrado/moído e solúvel importado de outros países e que estão presentes nos supermercados brasileiros.

Como se não bastasse esse pretexto para justificar a liberação de importações de café em grão, as torrefadoras estão aproveitando para propagar a idéia de que, num futuro próximo, a produção nacional de café não conseguirá atender ao mercado nacional e internacional ao mesmo tempo, o que seria um segundo motivo para tal liberação.

Portanto, as empresas criam toda uma psicoesfera que tenta justificar a liberação de importações de café em grão, ao mesmo tempo em que tenta encobrir os verdadeiros motivos para tal medida: adquirir cafés mais baratos produzidos em outros países para concorrer com o café brasileiro, mais valorizado, o que permite às empresas uma maior fonte de mais-valia, sem mexer com as estruturas protecionistas dos Estados Unidos e países europeus. Por outro lado, é aumentada a taxa de exploração, tanto dos produtores rurais brasileiros, quanto de produtores rurais de outros países.

4.4.1 Principais empresas exportadoras de café em grão

O segmento exportador de café em grãos (corretoras, tradings e cooperativas) é composto por cerca de 220 empresas segundo a ABIC, sendo grande parte delas, empresas de pequeno e médio porte, de administração familiar. Porém, assim como nos outros segmentos do circuito espacial de produção do café, o segmento de empresas exportadoras também vem passando por um processo de fusão e concentração nos últimos anos. Novas estratégias de conquista de mercados elaboradas pelas grandes empresas do segmento, além da entrada de torrefadoras nos negócios de exportação de café em grão, aumentam a concorrência e, conseqüentemente a saída de firmas do segmento exportador.

Nesse segmento, destacamos a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé, maior exportadora brasileira em 2008, com 1.798.339 sacas de café de 60 kg da variedade arábica, totalizando 6,15% do total exportado pelo país. Cabe ainda destacar outras importantes empresas exportadoras de café, pelo grande volume de café exportado. São elas: Unicafé, Stockler, Rio Doce e Custódio Forzza. Das 29.486.000 sacas de café de 60 kg exportadas pelo Brasil em 2008, as cinco maiores empresas exportadoras (**Tabela 19**) foram responsáveis pelo embarque de 24,92% desse total (COOXUPÉ (...), 2005).

Tabela 19: Principais empresas exportadoras do café brasileiro – 2008

Empresa	Sacas 60 kg (milhões)	Participação (%)
Cooxupé	1.798.339	6,15
Unicafé	1.754.916	5,95
Stockler	1.512.056	5,12
Rio Doce	1.179.742	4,00
Custódio Forzza	1.089.947	3,70
Total	7.335.000	24,92

Fonte: Cooxupé (...), 2005. Organização: ROLLO, M. A. P.

Acirrando a competição pelo mercado de exportação, empresas torrefadoras atualmente vêm atuando no segmento ligado à exportação de café em grão. Entre essas empresas destacam-se a Sara Lee, a Santa Clara e a Mellita, que já exportam cada uma cerca de 400 mil sacas de café por safra. Para essas torrefadoras, as exportações de café em grão trazem vantagens, na medida em que essas exportações garantem créditos que são utilizados pelas empresas para amenizar carga tributária sobre as vendas no mercado interno (EXPORTADORES (...), 2008). Essa é mais uma das estratégias adotadas pelas grandes torrefadoras como forma de garantir a reprodução ampliada do capital.

Capítulo V

As novas dinâmicas das relações campo-cidade: uma análise a partir do Circuito Espacial de Produção e dos Círculos de Cooperação do Café em Minas Gerais

A reestruturação produtiva pela qual passou a agropecuária em geral e a cafeicultura em particular, principalmente a partir da década de 1970, levou a uma reorganização, tanto dos espaços agrícolas quanto dos espaços urbanos. As exigências de uma agropecuária que produza cada vez mais e atenda mercados cada vez mais distantes fizeram com que aumentassem as inter-relações entre o campo e a cidade, uma vez que o comando das atividades agropecuárias agora mais especializadas e mais pulverizadas impõe um aprofundamento dos nexos organizacionais e cooperativos das mais modernas funções urbanas. Assim,

“é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização deve-se diretamente à consecução e à expansão do agronegócio, e cuja função principal claramente associa-se às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura. Nessas cidades, que se caracterizam por serem cidades locais ou que desempenham papéis de intermediação na rede urbana, realiza-se a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio” (ELIAS, 2008, p 5).

O domínio da parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham certo comando sobre a porção do território que as rodeia, onde se realiza o trabalho que presidem (SANTOS, 2004, p. 273). É o surgimento da cidade do campo modernizado que estabelece a ligação entre o local e o global intermediando a circulação e a comunicação estabelecidas pelo processo produtivo agrícola (FREDERICO, 2002, p. 32). Porém, assim como Elias (2007) adaptaremos a denominação dada por Milton Santos de cidade do campo para cidade do agronegócio como forma de classificar algumas das cidades locais e intermediárias, do Brasil agrícola com áreas urbanas.

No atual período técnico-científico-informacional, a cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo, já que ela assegura uma nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, cooperação esta perceptível nos diferentes circuitos

espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre espaços agrícola e urbano (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 209).

No circuito espacial de produção do café no Brasil, muitas cidades se destacam como reguladoras do que se faz no campo, já que comandam a produção (através da venda de insumos, assistência técnica, financiamento aos produtores, etc.), a comercialização (através de escritórios comerciais, redes de comunicação, porto seco), o processamento (através de fábricas de café solúvel, torrefação, embalagens, etc), o transporte (através das redes de circulação), além de grande parte da mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à realização da produção e industrialização e circulação do café. Dentre as principais cidades destacam-se Guaxupé – MG, Varginha – MG, São Sebastião do Paraíso – MG, Espírito Santo do Pinhal – SP, São Gabriel da Palha – ES, Colatina – ES, Londrina – PR, entre outras.

Embora essas cidades locais e regionais exerçam função de comando organizacional dos sistemas de atividades agrícolas – esse comando é um comando delegado – as ordens que orientam esse comando são remotamente emitidas principalmente das metrópoles (regionais, nacionais e mesmo internacionais), onde se concentram as matrizes, as acessionárias, os escritórios de engenharia, de logística, etc., das grandes corporações empresariais mundiais que conduzem direta ou indiretamente o mercado global.

No Brasil, o “comando propriamente político, que inclui a regulação normativa, financeira, informacional [...] é realizado, sobretudo por São Paulo” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 303/4). Assim, graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões, São Paulo detém o poder político e econômico sobre o território brasileiro.

5.1 A importância das cidades mineiras no Circuito Espacial de Produção do Café

Minas Gerais é hoje o estado brasileiro que mais produz café (aproximadamente 50% do total nacional). De acordo com a FAEMG, dos 853 municípios distribuídos em 12 mesorregiões, 697 cultivam café, totalizando cerca de 150 mil propriedades rurais. Ainda de acordo com a FAEMG, a área cultivada com café em Minas Gerais é de 1 milhão de hectares, com geração de 4,6 milhões de empregos diretos e indiretos.

A cultura do café, o beneficiamento e a comercialização ocorrem em vários municípios espalhados nas mais diversas mesorregiões do estado: Sul/Sudoeste,

Triângulo/Alto Paranaíba (Cerrado Mineiro), Zona da Mata, Centro-Oeste, e com menor importância em outras. Duas dessas mesorregiões se destacam pelo dinamismo de sua cafeicultura: o Sul de Minas (região com altitude média de 950 metros e topografia irregular que produz café desde meados do século XIX) e o Cerrado (região de cultivo recente, com fazendas que investem na produção mecanizada em larga escala).

Levando-se em conta a divisão territorial do trabalho, ou seja, a repartição das atividades entre os lugares, no processo de formação do território brasileiro, a região Sul/Sudeste de Minas Gerais foi tomando forma em função de seu papel na divisão territorial do trabalho – constituiu-se, desde logo, em um sistema de atividades agrícolas solidariamente organizado em torno da produção de café.

Herdeira da histórica e injusta estrutura fundiária do país, a produção do café se fazia na região em grandes propriedades que afinal deram origem a diversos municípios como: Guaxupé (1912), Três Pontas (1857), São Sebastião do Paraíso (1873), Muzambinho (1878), Varginha (1881), São Tomás de Aquino (1885), Santa Rita do Sapucaí (1888), Itamogi (1923) e Alpinópolis (1938). Ou seja, nos fins do século XIX e inícios do século XX, as desvantagens econômicas em manter os custos das infra-estruturas e os encargos sociais de trabalhadores levaram ao desmembramento da grande propriedade e à municipalização dos custos.

A produção de café na região volta a se fortalecer após 1976, quando mais uma vez os financiamentos do Estado são nova e vantajosamente postos a disposição dos produtores. Os financiamentos disponibilizados pelo Estado, principalmente através do Banco do Brasil, permitiram a modernização do meio geográfico na região, tendo em vista principalmente a instrumentalização técnica da produção. Esse é um processo de intervenção do Estado em que os lugares são levados a uma especialização agrícola baseada na ciência e na técnica, processo que tem levado também ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e estabelecido uma nova hierarquia segundo maior ou menor densidade técnica, financeira e política.

Deste modo, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. Nos lugares onde a atividade agrícola se moderniza, as cidades próximas são levadas a se especializarem, fazendo uso de subsídios técnicos e organizacionais para viabilizar a produção. Essas cidades suprem as necessidades de bens e serviços técnicos, informacionais e científicos requeridos pelas produções agrícolas, além de servirem como local de comercialização, circulação e estocagem da produção.

A cidade de Guaxupé exerce importante função no circuito espacial de produção do café, uma vez que abriga a Cooxupé (maior cooperativa de cafeicultores do mundo e maior

empresa exportadora de café em grão do Brasil em 2008), cujos sistemas de objetos e sistemas de ações estabelecem uma solidariedade organizacional poderosamente determinante das dinâmicas territoriais no circuito espacial de produção do café – quer regional, quer nacionalmente.

5.2 Guaxupé: uma cidade do agronegócio

Segundo Milton Santos (1993, p. 9), existe hoje no país uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano, com áreas agrícolas, e um Brasil agrícola, com áreas urbanas, sendo que no primeiro caso, os nexos essenciais se devem, sobretudo, às atividades de relação complexas e, no segundo caso, a atividades mais diretamente produtivas. Podemos dizer que Guaxupé faz parte do Brasil agrícola moderno, cuja urbanização se deve diretamente ao desenvolvimento e à modernização das atividades agrícolas e agroindustriais. Sendo assim, Guaxupé pode ser considerada por nós como uma cidade do agronegócio na medida em que as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.

O município de Guaxupé, localizado no Sudoeste de Minas Gerais, possui uma área de 294 km². Segundo o IBGE, contava em 2007 com uma população de 47.894 habitantes. Devido à sua localização geográfica, o município é privilegiado por estar inserido numa rede rodoviária que liga os principais grandes centros do país, como Belo Horizonte (capital mineira) a 480 km e São Paulo a 300 km, com acesso pela BR- 491 (Rodovia do Café), MG-848, MG-450 e SP-350.

A economia de Guaxupé é baseada na atividade agrícola. A maioria das 328 propriedades (**Tabela 20**) produz café, o principal produto cultivado no município (**Tabela 21**). Como consequência da grande produção de café na região em geral e no município em particular, Guaxupé conta com duas empresas que comercializam o produto: a Cooxupé e a Exportadora de Café Guaxupé.

Tabela 20: Estabelecimentos Rurais - Guaxupé – 1995/96

Grupo de área total (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 10	112	560
10 a – 100	161	5.459
100 a – 200	21	2.967
Menos de 200	294	8.986
200 a – 1.000	32	12.551
1.000 a – 2.000	1	1.210
200 a – 2.000	33	13.761
2.000 e mais	1	2.072
Total	328	24.819

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995/6.
Organização: ROLLO, M. A. P.

Tabela 21: Guaxupé – Principais produções agrícolas – 2007

Produto	Área plantada (ha)	Quantidade colhida (T)
Café	5.550	4.618
Milho	1.300	6.240
Cana-de-açúcar	1.275	104.550
Laranja	220	6.600
Feijão	90	81
Arroz	60	126

Fonte: IBGE. Organização: ROLLO, M. A. P.
Disponível em: <<http://www.ibge.br/cidades/topwindow.htm?1>>.
Acesso em: 29 jul. 2009.

A atividade agrícola no município, de maneira geral, se faz moderna. Na maioria dos estabelecimentos rurais há o uso de assistência técnica, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, entre outros (**Tabela 22**).

Tabela 22: Estabelecimentos com declaração de assistência técnica, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo, irrigação e energia elétrica – Guaxupé – 1995/6

Serviços	Estabelecimentos
Assistência técnica	235
Adubos e corretivos	293
Controle de pragas e doenças	300
Conservação do solo	217
Irrigação	21
Energia elétrica	270

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995/6
Organização: ROLLO, M. A. P.

É exatamente essa modernização da atividade agrícola que exige a adaptação das cidades próximas ao campo para atenderem

“às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna a sua regulação” (ELIAS, 2008, p. 5).

A reestruturação da agropecuária não apenas amplia e reorganiza a produção material, agrícola e industrial, ela também leva à expansão quantitativa e qualitativa da terciarização das economias próximas às áreas de realização do agronegócio. Com isso, instala-se no território, de maneira indissociável, um consumo produtivo, que obriga as cidades próximas a suprirem as demandas do campo por insumos materiais e imateriais, e um consumo consumptivo, isto é, o consumo de bens e de uma série de outras atividades que se enquadram no terciário (ELIAS, 2003, 2008). Em Guaxupé, existem atualmente vários agentes associados tanto ao consumo produtivo agrícola, quanto ao consumo consumptivo (**Tabela 23**).

Tabela 23: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – Guaxupé – 2006

Tipo	Número de Unidades Locais	Pessoal Ocupado Total
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	7	61
Indústrias Extrativas	2	-
Indústrias de Transformação	413	3.666
Construção	24	148
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	1.257	3.765
Alojamento e alimentação	272	468
Transporte, armazém e comunicação	73	523
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	42	243
Atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	183	516
Administração Pública, defesa e seguridade social	3	769
Educação	33	525
Saúde e serviços sociais	71	442
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	154	445

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.br/cidades/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29 jul. 2009.
Organização: ROLLO, M. A. P.

Como a tabela acima apresenta dados gerais das empresas por segmentos de atividades, consideramos importante fazer um detalhamento maior, tanto em relação aos

agentes envolvidos no consumo produtivo, quanto em relação aos agentes envolvidos no consumo consumptivo.

Em relação ao consumo produtivo, são vários os estabelecimentos que comercializam insumos e implementos (sementes, corretivos, rações e produtos veterinários em geral, fertilizantes, defensivos e equipamentos). Outros tantos oferecem assistência técnica e reparo em tratores, plantadeiras, colheitadeiras e equipamentos manuais ou não. De todos esses estabelecimentos, a Cooxupé e a Exportadora de Café Guaxupé são os principais, uma vez que são as duas maiores empresas que atendem às necessidades por insumos, implementos, assistência técnica e logística dos produtores rurais de Guaxupé e de outros municípios da região. Além disso, as duas empresas juntas são as principais compradoras do café produzido na região.

Paralelamente ao consumo produtivo, há também hoje em Guaxupé um intenso consumo consumptivo de bens e de uma série de outras atividades, entre elas, saúde, educação, transporte de bens materiais e imateriais, serviços de segurança, administração pública, etc.

Assim, Guaxupé conta com alguns serviços de saúde especializados, sete agências bancárias, seis imobiliárias, três agências de turismo, vários escritórios de advocacia e contabilidade, um cinema, um centro universitário, agência do INSS, agência da Receita Federal, posto da Polícia Rodoviária Federal, entre outros. A cidade conta também com um dinâmico comércio, destacando vários supermercados, redes de venda de eletrodomésticos e eletrônicos, lojas de vestuário entre outras. A diversidade de atividades presentes na cidade de Guaxupé, além de atender a população local, atende também habitantes de cidades vizinhas menores que não oferecem tais serviços.

Em relação à atividade industrial, Guaxupé conta com quatro indústrias de grande porte: Fiação e Tecelagem Guaxupé, PEMG (produtos eletromecânicos), TECTER (produtos eletro-magnéticos) e Pasqua J.F./Qualifio (indústrias de fios de cobre). Encontram-se instaladas também cerca de 150 pequenas indústrias que atendem a vários setores, tais como: laticínios, doces, serralheria, pré-moldados de cimento, calçados (este lidera o setor, com cerca de 80 estabelecimentos), munição, fios cirúrgicos, confecções, artesanatos diversos, cerâmicas, móveis, torrefação de café, entre outras.

Todo esse dinamismo das atividades desenvolvidas em Guaxupé coloca essa cidade como um importante centro econômico e político na organização do circuito espacial de produção do café. Porém, esse dinamismo não é conseguido sem o apoio do Estado, que

através de suas normas e ações faz com que o lugar se torne cada vez mais atrativo ao capital, isto é, aos interesses corporativos das empresas.

5.2.1 Uso corporativo das infra-estruturas criadas pelo Estado

A modernização das atividades, tanto no campo quanto na cidade, não se estabelece sem a modernização do território. Sem a instalação de infra-estruturas modernas no território não é possível promover uma maior fluidez das mercadorias, das informações, dos capitais, das pessoas. Já que uma maior fluidez do território permite uma maior acumulação de capital, as empresas passam a exigir dos lugares a modernização das infra-estruturas para fazerem delas um uso corporativo, ou seja, privilegiado.

Na maioria das vezes, essa modernização é bastante onerosa, sendo assim realizada pelo Estado ou pelo Estado em parceria com empresas. Em Guaxupé, o Estado vem cumprindo à risca essa função de modernizador e dinamizador do território, para que haja o estabelecimento de uma maior fluidez de bens materiais e imateriais. Destacamos aqui três grandes obras realizadas recentemente pelo Estado, visando à modernização das infra-estruturas e conseqüentemente à dinamização do território em Guaxupé, tudo visando a atender aos imperativos das empresas.

Nos anos de 2004 e 2005, a Prefeitura Municipal de Guaxupé em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – construiu um anel viário ligando a rodovia BR 491 à MG 450. A construção dessa infra-estrutura territorial, cujos custos aos cofres públicos foram de R\$ 3.026.251,00, permite hoje que caminhões passem de uma rodovia a outra sem a necessidade de trafegar dentro da cidade, o que agiliza o transporte de mercadorias, inclusive o café escoado pela Cooxupé e pela Exportadora de Café Guaxupé. Além disso, a transferência do tráfego de caminhões pesados para o anel viário trouxe maior fluidez ao trânsito das ruas e avenidas da cidade por onde passavam esses veículos.

Nos anos de 2007 e 2008, a Prefeitura Municipal de Guaxupé em convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais, realizou a construção de um trevo no entroncamento da Avenida Dona Mariana com a Rua José Augusto Ribeiro do Valle. Esta obra, cujos custos foram de R\$ 408.385,32, atende diretamente interesses da Cooxupé e da Exportadora de Café Guaxupé, uma vez que o acesso a essas duas empresas se dá pelo entroncamento entre a avenida e a rua citadas acima.

Atualmente (desde janeiro de 2009), o Departamento de Obras de Minas Gerais, a partir de solicitação da Prefeitura Municipal de Guaxupé, vem realizando obras de

melhoramento no aeroporto da cidade, que tem capacidade para recebimento de aviões de pequeno e médio porte. Entre essas obras estão o balizamento e recapeamento da pista, construção de terminal de passageiros, criação de brigada de incêndio, além de iluminação da pista de pouso (o que permitirá ao aeroporto de Guaxupé receber vôos noturnos). Essa obra, orçada em R\$ 3.524.000,00, visa a atender um público bem específico, constituído de empresários, políticos e artistas famosos, tanto locais quanto provenientes de outros lugares, já que estes necessitam de um meio de transporte eficiente que permita o seu deslocamento mais rápido pelo território brasileiro, para a realização de seus negócios.

A análise dessas ações realizadas pelo Estado permite-nos afirmar que este agente (o Estado) ocupa uma posição fundamental na criação e modernização das infra-estruturas que atenderão muito mais os interesses de uma minoria do que a maior parte da população do lugar.

Capítulo VI

Sistemas de objetos e sistemas de ações no território brasileiro: a Cooxupé no Circuito Espacial de Produção do Café

Cada empresa, segundo seu ramo de atividade, necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção, da circulação e do consumo, que se manifestam geograficamente (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 290). Tais pontos e áreas, que correspondem à sua topologia, manifestam a divisão territorial do trabalho particular de cada empresa e, desta maneira, suas lógicas territoriais.

No circuito espacial de produção do café, a Cooxupé é uma empresa que, através de sua topologia, cria um uso singular do território, contribuindo para a formação do atual sistema de objetos e sistemas de ações que compõem o território nacional. Sendo mais dependente do lugar onde está instalada, a Cooxupé pode ser vista como uma empresa pertencente ao meso-circuito espacial de produção de café, e por isso ser interpretada como uma empresa territorial.

Esse modo de interpretar a Cooxupé como sendo uma empresa territorial advém da análise de sua topologia, análise esta que faremos neste capítulo.

6.1 Gênese e formação de uma empresa territorial: a Cooxupé no circuito espacial de produção do café

A gênese da atual topologia da Cooxupé, com sede em Guaxupé, Sudoeste de Minas – se dá quando 24 produtores rurais criaram, em 1932, a Cooperativa de Crédito Agrícola Guaxupé Ltda, numa tentativa de se fortalecerem frente à crise mundial provocada pela quebra da Bolsa de 1929.

A partir da segunda metade da década de 1950, a queda das cotações internacionais do café (ocorridas em 1957) e os problemas de uma superprodução do produto acarretam redução da renda do produtor de café. Uma das saídas encontradas pelos médios e grandes produtores, principalmente do estado de São Paulo e sul de Minas, para reverter o problema foi a criação de cooperativas de produção. Através da aquisição de equipamentos modernos de

rebeneficiamento e padronização do café, as cooperativas conseguem, ao longo da sua evolução, em diversos centros produtores, minimizar a atuação dos intermediários na prestação de serviços, no caso os maquinistas de café, e reduzir em larga escala as operações das empresas compradoras locais, que funcionavam como intermediárias entre cafeicultores e empresas exportadoras.

Por outro lado, a preocupação do Estado em resolver os problemas de produção, comercialização, transporte, armazenamento, crédito agrícola, entre outros vinha ao encontro dos interesses dos produtores, de unirem-se em cooperativas. Desse modo, o Estado delega às próprias cooperativas parte dos encargos, com infra-estrutura produtiva.

No caso da cafeicultura, o Estado criou uma série de políticas de estímulos – quer no âmbito federal ou estadual – para a expansão do cooperativismo. Através de financiamentos concedidos pelos órgãos federais (principalmente Banco do Brasil) e através da redução dos tributos estaduais e das facilidades de “trânsito livre”³⁷, permitiu às cooperativas enfrentar com vantagens a concorrência com os corretores e empresas de comercialização do café.

Esses fatores, aliados às políticas instituídas pelo IBC de aquisição de excedentes de estoques de café, linhas de crédito destinadas a financiar inversões em equipamentos, facilidades para exportação do café e programas de fornecimento de adubo, inseticidas e sacaria para revenda aos cooperados, proporcionaram a partir de 1958 o grande desenvolvimento do cooperativismo no setor cafeeiro (IBC, 1965).

É nesse contexto que, em 1957, cooperados da Cooperativa de Crédito Agrícola Guaxupé, reunidos em assembléia, aprovaram uma reforma estatutária e a mudança da razão social para Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé – Sul de Minas – Cooxupé. A partir daí, a Cooxupé passa a atuar na área de produção, padronização e comercialização do café.

Em 1959, a Cooxupé se filia à Cooperativa Central da Mogiana, dando o primeiro passo para melhor viabilização e eficácia dos negócios de exportação de café³⁸. A partir daí, a Cooxupé inicia a mecanização do processo de catação de café, que até então era feita manualmente. Em 1963, a Cooxupé compra selecionadoras eletrônicas com financiamento do

³⁷ O livre trânsito representava para os cafés das cooperativas um menor custo do produto posto a bordo, já que elas estavam dispensadas de armazenagem do café nos portos, diferentemente do que ocorria com outras empresas. Além disso, agilizava o processo global de exportação, já que independiam tais cafés do sistema de registro de entrada nos portos e de liberação, para despacho, por ordem cronológica de entrada (IBC, 1965).

³⁸ A exportação se dava da seguinte maneira: após a padronização, eram retiradas amostras dos cafés exportáveis e enviadas à Central que, através do seu agente, promovia a colocação no Exterior. As ofertas eram transmitidas à Cooperativa filiada, no caso a Cooxupé que, após aprovar o preço conseguido, aguardava a ordem de remessa da Central. Após o seu recebimento, a Cooperativa enviava o café para o porto de embarque, encarregando-se a Central de todo o processamento da exportação. A título de remuneração de serviços, a Central cobrava uma taxa por saca, que podia ser percentual ou fixa (IBC, 1965).

Banco do Brasil, ganhando assim maior agilidade e perfeição nos serviços de preparo do café, tanto para o mercado nacional, como para o internacional. Em 1967, a Cooperativa firmou convênio com o IBC, contratando especialistas e cientistas para prestarem serviços de assistência técnica aos associados.

Em dezembro de 1971, o Estado promulga a Lei 5764, dando novos rumos ao Cooperativismo no Brasil. De orientação empresarial, essa lei estimulou a fusão de cooperativas agrícolas isoladas e abriu espaço para a integração vertical de cooperativas já assentadas sobre bases econômicas mais sólidas (SCHNEIDER, 1981). A promulgação dessa lei levou o sistema cooperativista a se “confundir cada vez mais com a lógica e a racionalidade da empresa capitalista em geral, transformando o produtor associado num mero cliente de seus serviços” (SCHNEIDER, 1981, p. 33).

Nesse novo contexto, a Cooxupé inicia a abertura de núcleos em sua área de atuação e uma significativa ampliação do quadro de associados, além de passar a atuar fortemente na área de revenda de fertilizantes, defensivos agrícolas e maquinários, suprimindo as crescentes necessidades de seus cooperados.

Em 1976, a Cooperativa solicita financiamento junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) para a construção de novas instalações. Em 1977, adquiriu a Empresa Brasil Novo S/A, com sede no município de Monte Santo de Minas (MG). Dois anos mais tarde, em 1979, incorporou a Cooperativa Mista do Rio Cabo Verde Ltda (Corcavel), no município de Cabo Verde (MG). Em 1982, incorporou a Cooperativa Agrícola Mista de Caconde, em Caconde (SP). No mesmo ano, recebeu do Ministério da Agricultura, em regime de comodato por 15 anos, um posto agropecuário para o desenvolvimento de atividades relacionadas principalmente ao café. Em 1987, incorpora a Cooperativa dos Agropecuaristas do Vale do Rio Pardo (CAFERP), no município de São José do Rio Pardo (SP).

Em 1984, a Cooperativa inaugurou um escritório de exportação em Santos. A venda direta permitiu que os clientes passassem a identificar a qualidade do café da Cooxupé possibilitando alcançar um melhor preço no mercado internacional.

Com a nova forma de atuação no mercado internacional, a Cooxupé se viu obrigada a aumentar sua área de abrangência geográfica para ampliar a confecção de **blends** diferenciados. Desta forma, iniciou-se em 1987 uma reorganização da Cooperativa, através de reforma estatutária, da implementação da profissionalização da sua estrutura administrativa e com a criação de unidades de negócios. Alterou-se também a razão social da sociedade que passou a ser Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé.

Partindo da necessidade de produzir **blends** diferenciados e de qualidade, a Cooxupé promove a sua expansão para o Cerrado Mineiro, incorporando, em 1990, a Cooperativa Mista Agropecuária de Monte Carmelo Ltda. (COPEMC), situada no município de Monte Carmelo (MG), fixando-se assim numa região produtora de café de finíssima qualidade³⁹.

Em 2005, a Cooxupé, em parceria com os grupos belga CPE Group e chinês Liu Jun, criou a Cafeteria CafeChocolat, que funciona num shopping center da cidade de Xi'an, na China (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007). Vem sendo realizada uma ampla campanha publicitária, inclusive com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para estimular os chineses a saborearem o café brasileiro. Esta é uma inovação importante, pois a visa garantir um mercado em potencial para o café brasileiro em geral e da Cooxupé em particular.

Mais recentemente, em 2008, a Cooxupé criou uma **trading**, a SMC – Comercial e Exportadora de Café S.A., para exportar o café produzido, tanto por seus cooperados, quanto por outros produtores. Nessa primeira etapa a Cooxupé tem 100% do capital da nova empresa, porém a idéia é, após alguns anos, transformar a **trading** em uma sociedade anônima, o que facilitaria uma futura captação de recursos no mercado. Além dessa vantagem, a criação de uma **trading** traz vantagens fiscais à Cooperativa. Com essa empresa, a Cooxupé terá direito aos créditos de PIS/Cofins na exportação de café, benefício que ainda não é permitido às cooperativas (SCARAMUZZO, 2008; COOXUPÉ, 2009).

Todas essas ações efetuadas pela Cooxupé, principalmente após 1957, quando a Cooperativa passou a comercializar café, permitiram a formação e consolidação de sua topologia no circuito espacial de produção do café. Atualmente, com a densificação de seus fixos e suas ações e tendo muitas vezes o apoio do Estado, a Cooxupé contribui para o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, na medida em que fornece condições materiais (fornecimento de insumos, armazéns, entre outros) para a produção e circulação cada vez mais rápida do café produzido por seus cooperados. As ações desenvolvidas pela Cooxupé contribuem inclusive para a manutenção da importância de Minas Gerais na hierarquia dos estados produtores de café.

³⁹ A perfeita definição das estações climáticas com verão quente e úmido, e inverno ameno e seco, condição única para a produção de excelentes cafés, constitui no grande trunfo do Cerrado. Essa condição climática ocorre pelo fato da região do Cerrado estar em área continental, promovendo regime de chuvas diferentes do que ocorre nas outras regiões produtoras de café no Brasil, que sofrem influência direta de massas oceânicas. Sua localização entre os paralelos sul 16°30' e 20°30' confere particular distribuição de luminosidade garantindo crescimento vegetativo uniforme das lavouras de café (SOBRE (...), 2008).

6.2 A consolidação da Cooxupé no período técnico-científico-informacional: o alargamento da área de atuação da Cooperativa

Das várias corporações e empresas que compõem o circuito espacial de produção do café no Brasil, a Cooxupé é uma das empresas que se destacam por ser a maior cooperativa de cafeicultores do mundo e por sua atuação expandida no território brasileiro. Por ser uma empresa territorial, a Cooxupé adensa tecnicamente as áreas de maneira que possibilite a profusão de verticalidades (ordens) no território onde atua, colocando à disposição de seus cooperados capital financeiro, intelectual e técnico, necessários à otimização da produção do café. No entanto, se levarmos em consideração que, passada a Segunda Revolução Industrial, a idéia de modernização do país através da expansão do meio técnico-científico informacional (sem a correspondente produção do conhecimento) exige um esforço de investimento além do limite das forças internas de acumulação, a Cooxupé termina por ser o elo de ligação entre o capital internacional e o moderno ordenamento do território brasileiro, reiterando conseqüentemente os mecanismos de nossa dependência e subordinação ao sistema financeiro internacional. Porque para modernizarmos o país segundo a matriz técnica-científica informacional do período atual, o que é exigência do capital produtivo globalizado, temos que importar conhecimento (trancado em patentes internacionais) (KAHIL, 2008, p. 14).

A Cooxupé tem a sua sede matriz em Guaxupé, que fica no Sudoeste de Minas Gerais. Atualmente estende o território de suas atividades às regiões do Sul de Minas Gerais, Alto Paranaíba (Cerrado Mineiro) e Vale do Rio Pardo, no estado de São Paulo. Além disso, a Cooxupé conta também com um escritório na cidade de Santos para a realização de negócios de exportação de café.

A maior parte do café comercializado pela cooperativa é da variedade Arábica, produzido em cerca de cento e quarenta municípios, por aproximadamente 11.500 cooperados, entre pequenos, médios e grandes produtores. Para classificar o cooperado em pequeno, médio ou grande produtor, a Cooxupé leva em conta a quantidade de sacas produzidas e entregues pelo cooperado à Cooperativa e não o tamanho de suas propriedades (**Tabela 24**).

Tabela 24: Perfil do Cooperado da Cooxupé – Média 2006 a 2007

Pequeno produtor (até 500 sacas de café)	84,02%
Médio produtor (de 501 a 2000 sacas de café)	13,37%
Grande produtor (acima de 2001 sacas de café)	2,61%
Total	100,00%

Fonte: Cooxupé. Organização: ROLLO, M. A. P.

Em 2008, a Cooperativa recebeu cerca de 4.697.189 milhões de sacas de café. Esse volume equivale a 13,2% do total de café arábica produzido no período no Brasil e 19,9% da produção registrada em Minas Gerais. Deste total, 1.798.339 milhão de sacas foram embarcadas para o exterior (Alemanha, Bélgica, Suíça, Estados Unidos, entre outros), fazendo da Cooxupé a maior exportadora de café do Brasil. Além de efetuar a exportação direta, a Cooxupé comercializou 1.573.684 sacas com exportadores e 796.632 sacas foram direcionadas ao mercado interno. As atividades da Cooxupé durante o ano de 2008 levaram-na a obter faturamento recorde em sua história: 1,747 bilhão de reais (COOXUPÉ, 2009).

Além de sua atuação na área do café, que é sua principal atividade, a Cooxupé atua também na área de cereais, prestando os serviços de compra, venda e armazenamento. A armazenagem pode ser feita em armazéns da Cooperativa ou de terceiros que prestam serviços à Cooxupé. A aquisição dos cereais é feita por agentes comerciais da própria Cooxupé que atuam nas lojas da cooperativa localizadas em diferentes municípios. As vendas de milho, soja e sorgo são realizadas através do departamento comercial de cereais da Cooperativa.

6.2.1 Os sistemas de objetos da Cooxupé

O desenvolvimento de uma infra-estrutura moderna é, no atual período técnico-científico-informacional, condição básica para maior competição entre as empresas e lugares, na medida em que permite maior fluidez das mercadorias, das informações, do capital e das pessoas pelo território.

A Cooxupé, necessitando garantir a fidelidade de seu cooperado no que se refere à entrega da produção de café e precisando promover a circulação rápida e eficiente dessa produção (que lhe trará maior competitividade e maiores lucros), vê-se obrigada a expandir e modernizar suas infra-estruturas pelo circuito espacial de produção do café.

Atualmente, somente no município de Guaxupé (MG), onde se localiza a sede da Cooxupé, a infra-estrutura da cooperativa é composta de escritório para a realização de

negócios, silos e fábrica de ração⁴⁰, laboratório⁴¹, indústria de torrefação e moagem⁴², armazéns e loja para venda de produtos voltados à atividade agrícola.

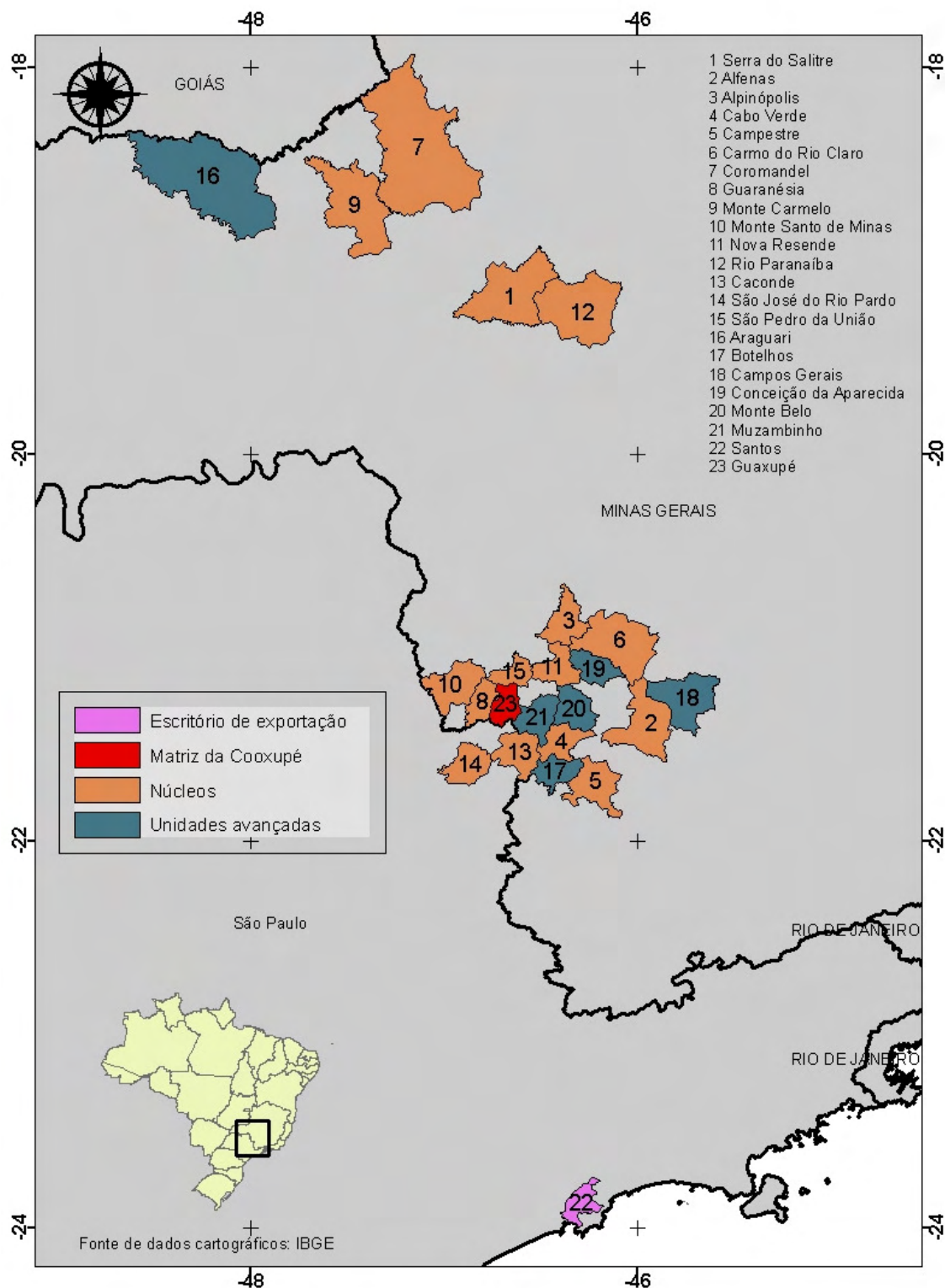
As unidades avançadas e os núcleos regionais expandem a infra-estrutura e a rede de relações da cooperativa em 22 municípios (**Mapa 7**). Essas unidades e núcleos têm como objetivo aproximar a Cooperativa do produtor de modo a fornecer insumos, máquinas e implementos, sementes, material de colheita, produtos veterinários, rações, suplementos minerais e outras mercadorias usadas nas áreas de produção propriamente dita.

⁴⁰ Inaugurada em 1984. Hoje, possui uma linha de produtos com mais de 90 tipos de rações e concentrados e mais de 25 tipos de suplementos minerais para bovinos, eqüinos, suínos, aves, caprinos e ovinos.

⁴¹ No laboratório da Cooxupé desenvolvem-se pesquisas para a melhoria na qualidade e no rendimento da planta, além de fazer análises químicas da folha e dos solos.

⁴² Inaugurada em 1984, foi reaparelhada em 1994, possuindo hoje, modernos equipamentos e tecnologia de ponta.

Mapa 7: Matriz, núcleos, unidades avançadas e escritório de exportação da Cooxupé, por municípios (2008)



Complementarmente os núcleos disponibilizam também aos cooperados todo um sistema de informações sobre as condições do mercado e serviços de assistência técnica. Para isso, a Cooxupé conta com 29 engenheiros agrônômicos, 26 técnicos agrícolas, 8 técnicos de desenvolvimento de vendas, 7 técnicos de desenvolvimento de mercado e 69 vendedores. São 139 funcionários, que diariamente orientam os produtores em questões técnicas e de mercado (COOXUPÉ (...), 2009). Somando-se estes aos funcionários dos escritórios da matriz e de Santos, aos funcionários da fábrica de ração, laboratório, torrefação e armazéns, a Cooxupé totaliza cerca de 1.883 funcionários.

Cabe destacar ainda em relação aos núcleos que todos, com exceção dos localizados em São Pedro da União e Guaranésia, no Sul de Minas, Caconde, no estado de São Paulo e Serra do Salitre, no Cerrado Mineiro, possuem também estrutura física para armazenamento de café. Somando-se todos os armazéns, a Cooxupé possui uma capacidade de armazenagem estática de 4,3 milhões de sacas de café.

Toda essa rede de relações cooperativas e de infra-estruturas montadas pela Cooxupé tem a finalidade última de viabilizar o movimento e a circulação ótima da produção do café. Como nos lembra Milton Santos (2004, p. 275), hoje não basta produzir, é indispensável colocar a produção em movimento.

6.2.1.1 Expansão e modernização das infra-estruturas da Cooxupé pelo *belt* do café no Sul de Minas Gerais

O ***belt*** do café no sul de Minas Gerais é herança de uma ocupação iniciada no século XIX. A partir da década de 1970, com o avanço da técnica, da ciência e da informação, essa região e consequentemente o ***belt*** do café se densifica e se tecnifica, permitindo que o Sul de Minas Gerais chegasse hoje à posição de maior região produtora de café do Brasil.

Interessada em receber cada vez mais café produzido na região, a Cooxupé vem, nos últimos anos, realizando altos investimentos para expandir e modernizar suas infra-estruturas pelo Sul de Minas. Em Guaxupé, a Cooperativa adquiriu, em 2007, um terreno de cerca de 24 hectares, localizado às margens do Km 77 da rodovia BR 491, que liga o município de Guaxupé a Guaranésia. Este terreno abrigará futuramente novos armazéns para a estocagem do café recebido de produtores rurais da região. Em 2008, novo terreno, de 480 mil m², foi adquirido pela Cooxupé. A área, que será alvo de futuros investimentos da Cooperativa, fica no perímetro urbano de Guaxupé, às margens da rodovia BR 491, que liga Guaxupé a Muzambinho. Ainda em 2008, na sede da Cooperativa, foi inaugurado moderno laboratório

para análise de café. Além disso, a Cooxupé vem investindo constantemente na aquisição de equipamentos cada vez mais modernos para preparo de café.

Também em 2008, as instalações da Fábrica de Rações e Suplemento Mineral foram reformadas e todos os funcionários passaram por treinamento para se enquadrarem às normas das Boas Práticas de Fabricação (BPF). A produção em 2008 atingiu 74.587 toneladas, volume 20,2% superior registrado em 2007, que foi de 62.046 toneladas (COOXUPÉ, 2009).

Sabendo que o café torrado tem maior valor agregado e, portanto, garante maiores lucros, a Cooxupé, em 2008, intensificou a campanha de divulgação, pelo sul de Minas e Vale do Rio Pardo, do seu café - vendido sob a marca Café Evolutto. Esse fato provocou o aumento da demanda pelo Café Evolutto, obrigando a Cooperativa investir na expansão da Torrefadora. Assim, as vendas do café torrado, que haviam atingido 1.492.929 quilos em 2007, passaram para 1.879.904 quilos em 2008, ao preço médio de R\$ 8,58 o quilo (COOXUPÉ, 2009).

Além de investir nas infra-estruturas localizadas em Guaxupé, a Cooxupé vem realizando também elevados investimentos em seus núcleos localizados em outros municípios. Em Alfenas (MG), a partir da doação de um terreno de 44 mil m² pela Prefeitura Municipal em 2006, a Cooxupé construiu prédio para funcionamento de loja e escritório, armazém para estocar até 200 mil sacas de café e depósito para defensivos, construções estas orçadas em R\$ 4,5 milhões e realizadas com o apoio dos bancos estatais BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (COOPERADOS (...), 2007).

Em 2007, vários outros núcleos passaram por expansão e modernização. Em Caconde (SP), a Cooxupé adquiriu terreno de 25 mil m² onde foram construídos um prédio central para loja, depósito e serviços da área administrativa, depósito para produtos fitossanitários, pátio para fertilizantes, balança rodoviária para 100 toneladas e estacionamento. Em Carmo do Rio Claro (MG), o prédio da Cooxupé passou por amplas reformas. Em Monte Santo de Minas (MG), além da modernização das instalações onde hoje funcionam a loja e o escritório, foram construídos novo armazém (com 2.400 m²) e depósito para produtos fitossanitários. Em Nova Resende (MG), foi adquirido um terreno para a instalação de depósito para fertilizantes expandindo assim a área do núcleo.

Mais recentemente, em 2008, no município de Campestre (MG), foi adquirido um terreno de 30 mil m², localizado no Km 1 da rodovia BR 267, onde está sendo construído um armazém com capacidade para 230 mil sacas de café.

6.2.1.2 A expansão das infra-estruturas da Cooxupé para um novo *front* agrícola: o Cerrado Mineiro

A partir da década de 1970, o café passa a ser cultivado em regiões até então consideradas impróprias para seu cultivo, criando assim, novos *fronts* do produto. No Cerrado Mineiro (um desses novos *fronts*), condições climáticas favoráveis aliadas à presença de todo um aparato técnico-científico-informacional (insumos químicos, técnicas de irrigação, mecanização de tratos culturais e de colheita, entre outros) e financeiro permitiram à região tornar-se uma importante produtora de café de “finíssima qualidade”.

Interessada em receber esse café de “finíssima qualidade” para produzir *blends* diferenciados, que possuem maior valor comercial, a Cooxupé incorpora em 1990 a Cooperativa Mista Agropecuária de Monte Carmelo (COPEMG). Inicia-se assim, a expansão dos sistemas de objetos e sistemas de ações da Cooxupé pelo Cerrado Mineiro.

Hoje, a Cooxupé possui quatro filiais e uma unidade avançada no Cerrado Mineiro. As filiais estão localizadas nos municípios de Monte Carmelo, Coromandel, Serra do Salitre e Rio Paranaíba. A unidade avançada localiza-se no município de Araguari. Toda essa infra-estrutura territorial montada pela Cooxupé atende cerca de 1700 cooperados, abrangendo 30 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Em 2008, os cooperados do Cerrado Mineiro entregaram 986.351 sacas de café à Cooxupé (COOXUPÉ, 2009).

Das quatro filiais da Cooxupé localizadas no Cerrado Mineiro, as de Monte Carmelo, Rio Paranaíba e de Serra do Salitre receberam altos investimentos para a modernização de suas infra-estruturas nos últimos anos.

Embora tenha chegado em 1990 em Monte Carmelo, os investimentos mais altos da Cooxupé só iniciaram em 1996, quando a Cooperativa adquiriu um terreno de 104 mil m², às margens da rodovia MG 190. Neste terreno, foi construído, em 1997, um armazém com capacidade para 165 mil sacas e uma unidade de preparo para padronizar até 20 mil sacas ao mês, dando condições para esta filial exportar cafés diretamente para o Porto de Santos, sem passar por Guaxupé, onde está instalada a outra unidade de preparo da Cooxupé.

Em 2005, a Cooxupé promoveu a ampliação de sua infra-estrutura em Monte Carmelo, construindo mais um armazém com capacidade para 200 mil sacas. Construiu também, no mesmo ano, um conjunto de silos para grãos (milho e soja) com capacidade para 220 mil sacas, ou seja, 13.200 toneladas.

Mais recentemente, em 2008, a Cooxupé iniciou a construção de uma nova área para recebimento de cafés a granel e outra para armazenar cafés em big-bags. Iniciou também, a

construção de um depósito para produtos fitossanitários e prédio central, o que permitiu a transferência, em janeiro de 2009, da loja, depósito de mercadorias e escritório, do centro da cidade de Monte Carmelo para as novas instalações às margens da rodovia MG 190.

Infra-estrutura mais moderna e localização estratégica aumentam a fluidez territorial, uma vez que, produtos e capital passam a circular de maneira mais rápida, permitindo assim, também de maneira mais rápida, a reprodução do capital pela Cooperativa.

Em Rio Paranaíba, até 2003, o núcleo contava com armazém para café, loja, escritório e balança. Em 2004, foram construídos: armazém híbrido para 200 mil sacas de milho a granel (ou 140 mil sacas de café); silo principal para 110 mil sacas; secador (capacidade para 60 toneladas/hora); tombador automático para descarga de caminhões, moega para milho; silo para calcário a granel, oficina de manutenção; reservatório para água e vestiários.

Já em Serra do Salitre, as atividades da Cooxupé iniciaram-se em 2002, a partir de um prédio alugado no centro da cidade. Porém, com a entrada de muitos cooperados desse município no Programa “3A”, desenvolvido pela Nestlé Nespresso (item 6.3), programa este que preza pela produção de café de qualidade, o lugar passa a ser atrativo aos investimentos da Cooxupé.

Assim, em 2008, em um terreno de 34 mil m², sendo 13 mil m² adquiridos de um cooperado e 21 mil m² doados pela Prefeitura Municipal, a Cooxupé iniciou a construção de uma infra-estrutura própria, que conta hoje com um prédio onde funciona loja, depósito de mercadorias, escritório, depósito de produtos fitossanitários, poço artesiano e balança rodoviária.

É assim, com elevados investimentos no território, que a Cooxupé vai expandindo seus sistemas de objetos e sistemas de ações no circuito espacial de produção do café, tornando-se cada vez mais uma empresa territorial e fazendo um uso cada vez mais corporativo do território.

6.2.2 Os sistemas de atividades da Cooxupé: a rede de relações entre Cooxupé e demais agentes do Circuito Espacial de Produção e do Círculo de Cooperação do Café

É através das verticalidades, ou seja, das lógicas impostas por uma rede de relações organizacionalmente estabelecidas entre os diferentes agentes que compõem o circuito espacial de produção do café e seus respectivos círculos de cooperação, que podemos falar de uma expansão da área de produção do café no território brasileiro. É dessa rede de relações e da dinâmica imposta pelas novas ordens e organização da produção que os lugares são

chamados a participar de uma mais intensa vida de relações entre si, tornando-se cada vez mais especializados e dependentes de um feixe também cada vez mais denso de relações comandadas, sobretudo pelas corporações e instituições transnacionais. Assim é também que o território vai sendo cada vez mais usado de maneira corporativa pelos grandes agentes hegemônicos da economia mundial.

No caso da Cooxupé, para que as relações entre Cooperativa e produtores rurais possam ocorrer, é necessário que a Cooperativa crie uma série de outras relações com vários agentes que também compõem o circuito espacial de produção do café, e que estão localizados nos mais distantes lugares. É por meio de um sistema informacional, vetor das ordens e comandos verticais, que os nexos entre lugares distantes se instalam solidariamente segundo o tempo e ao ritmo imposto pelo mercado, pelas grandes corporações mundiais. “Essas verticalidades enervam todo o território mundial, em diferentes graus de intensidade e todo o território nacional, sobrepondo-se aos territórios da horizontalidade”. Estes são entendidos aqui como um “conjunto formado por pessoas, empregos, instituições numa área contígua”, sendo assim, “produto da presença ativa dos homens juntos que são sempre condutores de emoção” (SANTOS, 2003a, p. 62).

Dentre as inúmeras relações que a Cooxupé estabelece com outros agentes que compõem o circuito espacial de produção do café, destacaremos aqui algumas delas para comprovar como, através das verticalidades, o projeto das empresas é imposto aos lugares.

6.2.2.1 Cooxupé, empresas fornecedoras de insumos e grandes torrefadoras: a rede de relações no circuito espacial de produção do café

Hoje, uma das preocupações centrais da Cooxupé é com a quantidade de café produzida por seus cooperados. Para garantir um recebimento cada vez maior de café, a Cooxupé cria uma série de relações com empresas fornecedoras de tecnologias necessárias à atividade cafeeira. Tais insumos, utilizados pelos produtores na região e que permitirão uma produção de café cada vez maior, provêm de outros lugares e são produzidos em sua maioria por corporações multinacionais como, por exemplo, a Monsanto (que produz principalmente herbicida), a Syngenta Seeds, a Basf e Bayer (que produzem principalmente fungicidas e inseticidas), a Bunge, a Mosaic e a Yara (fertilizantes), Pinhalense, Sindaiwa, entre muitas outras.

Como forma de facilitar aos cooperados tecnologias voltadas à atividade cafeeira, a Cooxupé realiza vários eventos e campanhas em parceria com várias empresas do segmento.

Aqui, destacaremos a Campanha “Café com Lucro”, a Feira de Máquinas e Implementos Agrícolas – FEMAGRI e as Unidades Demonstrativas, pelo grau de importância que assumem, tanto para a Cooxupé, quanto para as diversas empresas que atuam no segmento de tecnologias voltadas à cafeicultura. A Campanha “Café com Lucro”, realizada em parceria com fornecedores de insumos e de crédito, facilita aos cooperados a aquisição de defensivos agrícolas para café, fertilizantes foliares e de solo, incluindo equipamentos de proteção individual. Com esta campanha, a Cooxupé permite que seus cooperados comprem os insumos básicos para os tratos culturais das lavouras de café em outubro/novembro de cada ano, para pagamento apenas quando colherem o café (geralmente entre maio e agosto do ano posterior). O pagamento, por sua vez, pode ser em dinheiro ou em sacas de café. Para se ter uma idéia da grandeza dessa campanha, somente em 2008 foram efetuados 18.946 pedidos, totalizando R\$ 152,7 milhões em orçamentos (CAFÉ (...), 2008).

A Campanha “Café com Lucro” é uma campanha responsável pelo sucesso de vendas da Cooxupé, a maior revendedora de fertilizantes e defensivos em Minas Gerais. Somente em 2008, a entrega de fertilizantes aos cooperados pela Cooxupé totalizou 189.639 toneladas, gerando um faturamento de R\$ 231,7 milhões. Já o faturamento com defensivos totalizou R\$ 64,4 milhões em 2008 (COOXUPÉ, 2009).

Já a Feira de Máquinas e Implementos Agrícolas – FEMAGRI – é organizada pela Cooxupé em parceria com empresas fornecedoras de tecnologias necessárias à atividade cafeeira. Geralmente, essa feira ocorre em três dias, a cada dois anos, em Guaxupé. Na edição 2008, reuniu 81 empresas interessadas em apresentar e vender suas tecnologias aos cooperados da Cooxupé. Em três dias de evento (27 a 29 de fevereiro), 7.826 pessoas de toda a região visitaram a feira, tendo sido efetuados 3.297 orçamentos, o que totalizou um montante de R\$ 18.007.886,47⁴³.

A Cooxupé realiza também eventos promotores de vendas – as chamadas Unidades Demonstrativas. Essas U.Ds são dias de campo montados em propriedades de cooperados que usaram em suas lavouras produtos que aumentam a produtividade do cafezal e que são desenvolvidos por grandes corporações mundiais. A finalidade do evento é mostrar as vantagens de se usar os mais novos produtos disponíveis no mercado para o aumento da produtividade dos cafezais. Assim, os cooperados são estimulados a comprar tais produtos,

⁴³ O produto campeão de vendas foi a derriçadeira manual (1.119 modelos vendidos). Houve também boa procura por roçadeiras (971 unidades vendidas). Outros destaques de vendas: determinadores de umidade (69), secadores de café (35) e lavadores de café (30). A possibilidade de trocar equipamentos e implementos por café facilitou as negociações até mesmo de veículos: foram fechados negócios referentes a 18 automóveis, 95 tratores e 109 motos (FEIRA (...), 2008).

para também usarem em suas propriedades. Em 2008, a Cooxupé realizou 18 Unidades Demonstrativas (16 voltados à cafeicultura e duas mostrando resultados em culturas de grãos) em várias propriedades rurais localizadas nos municípios de atuação da Cooperativa.

Todas essas relações de cooperação entre Cooxupé e empresas produtoras de insumos e tecnologias para a cafeicultura têm a finalidade última de viabilizar o fluxo de matéria e conseqüentemente a reprodução ampliada do capital. Para a Cooxupé, quanto mais modernizado estiver o produtor, mais café ele produzirá, o que interessa à Cooperativa. Já as empresas têm interesse em serem parceiras da Cooxupé, devido à grande representatividade que esta possui no circuito espacial de produção do café. Essa grande representatividade faz da Cooxupé um importante canal de venda de produtos voltados à cafeicultura, e que são fabricados por grandes empresas tanto nacionais quanto internacionais.

Além de toda essa relação de cooperação entre Cooxupé e empresas fornecedoras de tecnologias, cabe destacar também as relações entre Cooxupé e empresas torrefadoras de café, relações estas vantajosas para ambos os lados. Para as grandes torrefadoras, como por exemplo, Nestlé, Sara Lee, Santa Clara, entre outras, é interessante comprar café da Cooxupé, pois, devido à grande variedade de cafés recebidos pela Cooperativa, é possível a confecção de um *blend*⁴⁴ próprio para cada empresa. Já para a Cooxupé, atender aos pedidos dessas empresas é uma forma de vender, a melhores preços, o café por ela preparado.

6.2.2.2 A Cooxupé e o seu Círculo de Cooperação no território

Para que a Cooxupé promova o fluxo de matéria pelo circuito espacial de produção do café, é necessário o estabelecimento de um círculo de cooperação – definido pelos fluxos não materiais, como capitais, informações, ordens – com vários agentes que compõem o circuito.

Em relação às pesquisas relacionadas à cafeicultura, a Cooxupé vem mantendo importantes relações com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) para o desenvolvendo de novas variedades de café (FREDERICO, 2002). Também mantém relações com pesquisadores da Universidade Federal de Lavras (MG), da Universidade Federal de Viçosa (MG) e da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz – Esalq (SP), sempre buscando inovações para serem aplicadas nas suas áreas de produção cafeicultura.

⁴⁴ Dado que cada espécie (arábica e robusta) possui variados tipos e bebidas, na preparação do café torrado e moído e do solúvel as indústrias misturam grãos de qualidades variadas, segundo proporções estabelecidas antes da torra. O resultado dessas misturas é que é chamado de *blends*.

Em 2008, a Cooxupé ofereceu curso inédito de pós-graduação em Especialização no Agronegócio Café. As aulas foram dadas pela Universidade do Café Brasil ⁴⁵(UDC), tendo como finalidade aperfeiçoar produtores, técnicos e outros profissionais ligados à cadeia produtiva do café.

Ainda em relação ao círculo de cooperação da Cooxupé, as importantes relações mantidas entre Cooperativa e instituições financeiras: na procura de crédito para a realização de investimentos direcionados à expansão e modernização de suas infra-estruturas, a Cooxupé formalizou, em 2006, acordo com quatro bancos internacionais, coordenado pelo Banco Itaú BBA, o que resultou no financiamento de US\$ 20 milhões para a Cooxupé (AÇÕES (...), 2007).

Mais recentemente, em 2007, a Cooxupé estabeleceu parceria com o banco cooperativo holandês Rabobank que, além de disponibilizar financiamento, contribui na área de planejamento estratégico, efetuando projeções que auxiliam a tomada de decisões no sentido de tornar competitivo o crescimento da Cooperativa (COOXUPÉ (...), 2007b).

O Estado brasileiro, através de seus programas de apoio à cafeicultura, é também uma importante instituição que repassa recursos à Cooxupé. Entre estes, estão os recursos provenientes do FUNCAFÉ – que são repassados via banco (principalmente Banco do Brasil) para a Cooperativa que, por sua vez, repassa aos cooperados, na forma de subempréstimos, destinados ao financiamento das despesas de custeio de lavouras de café e pré-comercialização – e os recursos provenientes do PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor⁴⁶. Somente para a safra 2007/2008, por meio de leilões, o governo financiou para este programa R\$ 190 milhões. Deste total, apenas a Cooxupé recebeu R\$ 45,9 milhões para serem repassados a seus cooperados.

6.2.3 O Cooperativismo: falsas horizontalidades no território

De acordo com o discurso cooperativista, as inúmeras relações estabelecidas pela Cooxupé no circuito espacial de produção do café permitem a cooperação entre produtores rurais, a própria Cooperativa e o mercado. Porém, de acordo com Milton Santos Filho (1989, p. 159), se por um lado, as cooperativas

⁴⁵ A Universidade do Café Brasil é fruto de uma parceria entre a torrefadora italiana Illycaffè e o Pensa (Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial), ligado à Faculdade de Economia e Administração da USP.

⁴⁶ O Pepro é um programa do governo que garante um preço mínimo ao produtor quando as cotações do café estão abaixo dos custos.

“garantem a reprodução do produtor, melhorando sem dúvida o seu nível geral de vida e as suas condições gerais de produção, por outro, o fazem em função das suas próprias necessidades de sobrevivência, pois recriam aqueles que virão a explorar, garantindo a existência dos mesmos que, em contrapartida atuarão no sentido de mantê-la”.

Desta forma também, Loureiro (1981, p. 153) pôde afirmar que

“à Cooperativa não interessa um produtor falido, mas um produtor em ação, gerando mercadorias agrícolas, comprando insumos, realizando financiamentos. Só assim ela terá garantida sua fonte de acumulação. Como a cooperativa não tem nada a perder (pois não assume os riscos nem do processo de produção, nem do processo de comercialização), mas, ao contrário, tem tudo a ganhar com a continuação do ciclo produtivo do cooperado, ela deve necessariamente não só estimulá-lo a produzir, mas em nível cada vez mais elevado de produtividade”.

Assim, também podemos afirmar que à Cooxupé não interessa em momento algum diminuir o ritmo da expansão capitalista. Mas, ao contrário, a cooperativa intenta criar, através de suas ações, condições para a aceleração da expansão do modo de produção capitalista nos lugares onde atua, o que lhe proporcionará uma maior acumulação de capital.

Daí afirmarmos que as relações entre cooperados e Cooperativa se constituem em “falsas horizontalidades”. Se, no dizer de Milton Santos (1994, p. 55), as horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado por todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições), com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na semelhança ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária – não é bem assim que as relações se estabelecem entre cooperados e a Cooxupé. As relações entre cooperados e a Cooxupé podem ser consideradas “falsas horizontalidades”, porque numa via de mão única, visam basicamente a fortalecer política e financeiramente a própria Cooperativa e instalar verticalmente no território um ordenamento instrumental a serviço dos agentes hegemônicos da economia internacional. É por isso também que podemos afirmar que essas verticalidades são hierárquicas e, portanto, transportam comandos que podem ser de ordem técnica, financeira, política, etc., estabelecendo sobre o território uma solidariedade do tipo organizacional baseada em racionalidades de origem distantes (SANTOS, 2004, p. 285).

Ao analisar a participação da Cooxupé e seus cooperados em dois programas que têm como características o ordenamento das áreas produtoras de café e que foram elaborados por grandes empresas torrefadoras de café, podemos avaliar como essas “falsas horizontalidades”, tecidas organizacional e verticalmente no círculo e no circuito espacial de produção de café brasileiro enfraquecem politicamente e fragmentam o território da nação.

6.3 Ordens mundiais e ordenamento heteronômico dos lugares: as ações da Cooxupé

No atual período técnico-científico-informacional, novas modalidades de consumo são disseminadas pelas grandes empresas em todos os lugares. Em relação ao consumo mundial de café, o surgimento dos cafés especiais e *gourmets*, além da elaboração de produtos diferenciados derivados do café como bebidas geladas, balas, entre outros, têm permitido às empresas conquistarem novos mercados em vários países, inclusive nos já saturados mercados da Europa e Estados Unidos. Daí decorre a necessidade da produção cada vez mais variada de café de qualidade e competitivo para o abastecimento e ampliação de mercados cada vez mais exigentes.

Como nos lembra Silveira (2002, p.46),

“a produtividade espacial para um bem ou serviço criada com esforço social, não é duradoura, envelhece e o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Os atores hegemônicos convocam toda a sociedade e todo o território a trabalhar para seus fins particulares”.

Consequentemente, as áreas produtoras de café, inclusive no Brasil, transformam-se técnica e organizacionalmente segundo as novas lógicas do modo neoliberal de desenvolvimento capitalista - uma lógica fundada numa competitividade sem limites, que impõe “uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (SANTOS, 2003a, p. 85). Deste modo, programas e ordens estabelecidos mundialmente por empresas e organismos internacionais de comércio ordenam as áreas produtoras de café.

A Cooxupé, das mais importantes empresas brasileiras do circuito espacial de produção de café no Brasil, se torna um vetor de informação e ordenamento dos lugares para que atendam as exigências das grandes empresas mundiais. É de comum acordo entre a Cooxupé e grandes empresas internacionais que uma nova dinâmica se instala e dita o ritmo do processo de transformação e reordenamento do círculo de cooperação e do circuito espacial de produção do café no sul de Minas.

Para garantir matéria-prima de qualidade para a realização eficaz de seus negócios, a Nestlé Nespresso⁴⁷, cuja sede situa-se na cidade de Orbe (Suíça), criou um programa de

⁴⁷ A Nespresso S.A. Company foi criada em 1986, e em parceria com a suíça Turmix deu início à venda de um sistema criado em 1970 pela Nestlé, que, desenvolveu uma máquina de café ‘expresso’ tecnicamente avançada e

qualidade sustentável denominado “3A – *Sustainable Quality Program*”. No Brasil, este programa é desenvolvido em parceria com cafeicultores cooperados da Cooxupé, seletivamente entre os quais somente participam do programa os cafeicultores que possuem propriedades localizadas no Cerrado Mineiro⁴⁸. Hoje, do total de cooperados do Cerrado Mineiro, cerca de 380, entre pequenos, médios e grandes produtores, fornecem café ao programa. Esse programa da Nestlé Nespresso exige que o café produzido pelos produtores apresente quatro características: qualidade, sustentabilidade econômica, social e ambiental, pagando para isso US\$ 7,00 a mais pela saca do café em bica corrida⁴⁹ que se enquadra no padrão “3A” (COOXUPÉ (...), 2007a).

Deste modo a adaptação dos cooperados às normas de produção, impostas pela Nestlé Nespresso, é realizada através da própria Cooxupé quando esta, por exemplo, orienta o produtor rural, através dos núcleos de assistência técnica, a praticar uma melhora contínua do cafezal e das benfeitorias na propriedade segundo as normas do Programa – o que significa impor ao produtor investimento em capital constante ou, o que dá no mesmo, impõe ao produtor um endividamento.

O sucesso das normatizações impostas pela Nestlé Nespresso aos cooperados é sem dúvida vantajosa para a empresa: em 2005, primeiro ano em que a Nespresso apresentou o programa aos cooperados, a empresa comprou 17 mil sacas; em 2006, a compra foi de 40 mil sacas; em 2007, cerca de 60 mil sacas e o crescimento esperado nas aquisições para 2008 e 2009 é de 90 e 130 mil sacas, respectivamente (COOXUPÉ (...), 2007a).

Outro exemplo de associação entre empresas internacionais e a Cooxupé é a integração da Cooperativa, a partir de 16 de outubro de 2007, com a Associação 4C – Código Comum para a Comunidade Cafeeira⁵⁰. Esta associação foi criada por iniciativa da Associação Alemã de Café (DKV – Deutscher Daffeeverband) e da Sociedade para Cooperação Técnica

que usava cápsulas de café moído em porções específicas e que protegiam mais de 900 aromas. Hoje, a Nespresso possui loja em São Paulo, para vender café em cápsulas, máquinas e itens como xícaras e bandejas (NESPRESSO (...), 2007).

⁴⁸ A perfeita definição das estações climáticas com verão quente e úmido, e inverno ameno e seco, condição única para a produção de excelentes cafés, constitui no grande trunfo do Cerrado. Essa condição climática ocorre pelo fato da região do Cerrado estar em área continental promovendo regime de chuvas diferentes do que ocorre nas outras regiões produtoras de café no Brasil, que sofrem influência direta de massas oceânicas. Sua localização entre os paralelos sul 16°30' e 20°30' confere particular distribuição de luminosidade garantindo crescimento vegetativo uniforme das lavouras de café (CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DOS CAFEICULTORES DO CERRADO – CACCER, 2007).

⁴⁹ Café beneficiado sem separação de peneiras.

⁵⁰ A Associação 4C é constituída por empresas, organizações, cooperativas e pessoas físicas de todo o mundo, reunindo hoje 57 associados. Do Brasil são membros fundadores do 4C a ABIC (Associação Brasileira da Indústria do Café), o CNC (Conselho Nacional do Café), as cooperativas Cooxupé e Cocapec (Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas da Região de Franca – SP) e o agrônomo Bernardo van Raij, pesquisador do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), que acompanha o desenvolvimento do programa 4C desde o seu início, em 2003. (QUATRO C (...), 2007).

Alemã (GTZ – Gesellschaft Fur Technische), com apoio do governo alemão. Cabe destacar que a Alemanha é o principal país importador de café em grão produzido pelo Brasil (**Tabela 25**).

**Tabela 25: Exportações Brasileiras de Café Verde - não torrado, não descafeinado
Principais Países Importadores - 2008**

Países	Valor (US\$ mil)	Volume (ton.)
Alemanha	826.409	310.929
EUA	705.326	273.894
Itália	477.300	172.974
Bélgica	364.089	136.811
Japão	297.503	106.223
Total	2.670.627	1.000.831

Fonte: MIDIC/SECEX - Elaboração: MAPA/SPAE/DCAF.

Organização: ROLLO, M. A. P.

Dados disponíveis em <http://www.abic.com.br/estat_exporta_destino.html>.

Acesso em: 17 abril 2009.

Desde que foi idealizado em 2003, o projeto 4C recebeu investimentos da ordem de 3,5 milhões de euros, advindos principalmente de organizações e empresas como Nestlé, Kraft, Sara Lee, Mellita, Tchibo, Neumann Group, entre outros (QUATRO C (...), 2006). Portanto, é um programa desenvolvido para atender a demanda de grandes empresas torrefadoras mundiais por cafés sustentáveis. Assim, o 4C é um programa mundial que se propõe a promover a sustentabilidade da lavoura por meio de técnicas de responsabilidades social, econômica e ambiental na produção, no processamento e na venda dos grãos de café (**Tabela 26**).

Tabela 26: Princípios que envolvem as dimensões social, ambiental e econômica do Programa 4C – Código Comum para a Comunidade Cafeeira

1 – Dimensão Social	2 – Dimensão Ambiental	3 – Dimensão Econômica
Liberdade de Associação	Uso racional da água	Acesso livre ao mercado
Liberdade de Negociação	Uso correto e adequado de agroquímicos	Comércio seguro
Nenhuma forma de discriminação	Conservação e fertilidade do solo	Cadeia de oferta transparente
Direito à Infância e à Educação	Destinação correta dos detritos	Informações transparentes sobre o mercado
Condições dignas de trabalho, de vida e educação	Uso racional e economia de energia	Controle constante pela qualidade
Disponibilizar cursos e treinamentos aos envolvidos na produção	Conservação da Biodiversidade	Controle de custos e melhoria na prática de gestão

Fonte: Cooxupé

É importante ressaltar aqui o fato de as grandes empresas terem se apropriado do “discurso” relacionado à responsabilidade social e principalmente ambiental como forma de atingir vantajosamente mercados mais amplos e específicos. No entanto, tal discurso de preocupação com o meio ambiente é pronunciado até o ponto em que as práticas voltadas à proteção do meio ambiente não comprometam a produção e o consumo - tanto é que o uso de agroquímicos é aceito pelas empresas, desde que sejam, ao menos no discurso, feito “de maneira correta e adequada”. Não é de se esperar outra posição, já que o banimento dos agroquímicos (primeiro item de um discurso verdadeiramente preocupado com a proteção do meio ambiente) acarretaria diminuição na produtividade das lavouras cafeeiras, além de contrariar grandes interesses das empresas produtoras de insumos para a cafeicultura.

Assim, sem contrariar os interesses das empresas produtoras de insumos, hoje cerca de 4,5 milhões de sacas de café de sete países produtores – Brasil, Vietnã, México, Guatemala, Uganda, Quênia e Costa Rica – já estão em processo de verificação para avaliar se atendem aos critérios de “responsabilidade sustentável”, propagados pelo 4C.

A Cooxupé foi a primeira empresa do mundo a obter a licença oficial para comercializar café em grão cru produzido em conformidade com as normas estabelecidas pelo 4C, isto porque a Cooxupé tem entre seus principais clientes no mercado internacional as

empresas alemãs (**Tabela 27**). Daí os cooperados terem de ordenar sua produção segundo aquelas normas estabelecidas de fora.

Tabela 27: Principais clientes da Cooxupé no Mercado Internacional – 2007

Nome	Sacas	Containers
1 – Bernhard Rothfos Gmbh & Co. (Alemanha)	301.709	865
2 – Coex Coffee International Inc. (EUA)	215.590	711
3 – Coffy Handels-Gesellschaft Bremen Mbh (Alemanha)	147.974	425
4 – Volcafe Ltd. (Suíça)	142.420	432
5 – Constantia Trading S.A. (Suíça)	120.500	376
6 – Decotrade A.G. (Suíça)	82.400	229
7 – Coffee América (EUA) Corporation (EUA)	65.280	209
8 – Nethgrain B.V. (EUA)	52.840	177
9 – Louis Dreyfus Commodities Suisse AS (Suíça)	49.600	155
10 – Mercon Coffee Corporation (EUA)	40.000	125
Total	1.218.313	3704

Fonte: Cooxupé

Cabe destacar que o selo 4C somente será aplicado às sacas de café proveniente das propriedades rurais que se enquadrarem nas normas estabelecidas pela Associação 4C (COOXUPÉ (...), 2007c), o que exclui do programa cooperados que não possuem condições de adaptação às exigências. Atualmente a Cooxupé possui 1585 cooperados, entre pequenos, médios e grandes produtores inscritos no programa, totalizando 50.246,88 hectares de café (PROGRAMA (...), 2008).

Cabe destacar também que o alto investimento necessário para a adaptação ao 4C não significa necessariamente preço diferenciado da saca comercializada (que o Programa 4C chama de prêmio). A única vantagem ou garantia ao produtor é o compromisso estabelecido pelo programa da compra do café pelas empresas torrefadoras, que por sua vez têm, por acordo, garantida a comercialização e distribuição de suas mercadorias (QUATRO C (...), 2006). Como consequência, as grandes empresas serão ainda mais favorecidas com agregação de valor ao produto, uma vez que este passa a estampar um “selo de qualidade”.

Os produtores rurais, por sua vez, passam a exercer uma atividade “subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não têm nem inspiração local nem preocupação com os destinos locais” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 300).

O território por sua vez é adaptado para, cada vez mais, servir como um recurso, como um substrato e instrumento para as ações verticais das grandes corporações mundiais, ações

estas que visam, unicamente para estas mesmas corporações, à possibilidade de maior acumulação de capital. É por tudo isso que podemos afirmar junto com Santos e Silveira (2003, p. 291) que está havendo uma exportação do território, na medida em que este está sendo disponibilizado, instrumentalizado e organizado heteronomicamente para atender as exigências e reclamos do mercado globalizado, perdendo os lugares sua autonomia política, isto é, o poder de decidir sobre seu próprio destino.

Capítulo VII

Os Sistemas de Movimento no Circuito Espacial de Produção do Café: uma análise a partir das ações da Cooxupé no território

O atual período em que vivemos é marcado pela aceleração das condições técnicas para maior circulação dos homens, das mercadorias, dos capitais e das informações. Para isso, é fundamental a criação ou aperfeiçoamento dos sistemas de movimento do território, ou seja, “o conjunto indissociável de sistemas de engenharias (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais ou imateriais) que respondem pela solidariedade geográfica entre os lugares” (CONTEL, 2003, p. 357). Assim, os sistemas de movimento, configurados em forma de redes técnicas na medida em que estão interligados, garantem a fluidez contemporânea, que interessa principalmente aos grandes agentes hegemônicos.

Para Raffestin (1993), as redes se apresentam de duas formas: através da circulação, que seria restrita à transferência de bens e pessoas e da comunicação, que se restringiria à transferência da informação. Ainda segundo Raffestin (1993, p. 200), “em todo transporte há circulação e comunicação simultaneamente”, já que “os homens ou os bens que circulam são portadores de uma informação e, assim, comunicam alguma coisa”. Já Milton Santos (2004, p. 262) vai além, ao afirmar que “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam”. Assim, “controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (RAFFESTIN, 1993, p. 213).

No circuito espacial de produção do café, atualmente as redes técnicas (rodovias, portos, armazéns, rede de computadores, cabos de fibra óptica, entre outros), necessárias à circulação do café, dos insumos necessários à produção do café, das informações e dos capitais vêm sendo controladas principalmente pelas grandes empresas, uma vez que é através das redes técnicas que se realiza a circulação e, portanto, a acumulação do capital. Uma dessas empresas que fazem uso das redes técnicas é a Cooxupé, já que uma das principais funções desta Cooperativa é exatamente colocar o café em grão em circulação. Portanto, a Cooxupé comanda politicamente o ritmo da circulação, o uso dos sistemas de objetos e ações, ou seja, a dinâmica do território. Vejamos como se estabelece essa circulação, analisando os sistemas de movimento usados pela Cooxupé no circuito espacial de produção do café.

7.1 Rede de transportes e escoamento da produção de café pela Cooxupé

Se no passado havia a necessidade de implantar sistemas de objetos que garantissem a produção e, conseqüentemente, seu escoamento para o estrangeiro, no atual período os sistemas de engenharia devem garantir primeiro a circulação fluida dos produtos, para possibilitar a produção em escala comercial. Assim sendo, a construção de rodovias modernas é um eficiente sistema que responde a uma demanda de rápido deslocamento no território nacional. Daí, o nosso país ser cortado por inúmeras estradas de rodagem, que atendem prioritariamente os interesses das grandes empresas.

No circuito espacial de produção do café, o transporte de insumos finais⁵¹ para as lavouras cafeeiras, isto é, insumos prontos para serem consumidos pelos produtores rurais (adubos, defensivos, equipamentos para tratamentos culturais, etc.), é realizado basicamente através de rodovias. Já o transporte de café em grão pelo território brasileiro é totalmente rodoviário.

No caso da Cooxupé, o transporte de todos os insumos finais recebidos pela Cooperativa e distribuídos através de seus núcleos aos produtores rurais é realizado por meio de rodovias. O mesmo vale para o café em grão. Tanto a entrega do café pelos cooperados à Cooxupé, quanto a entrega do café desta Cooperativa no mercado nacional ou nos portos de embarque para o mercado internacional são realizadas por meio do transporte rodoviário.

Neste item, analisaremos mais de perto como se realiza o transporte de café em grão pela Cooxupé, já que é exatamente a comercialização deste produto a atividade mais importante desenvolvida por esta Cooperativa.

A Cooxupé passa a receber a produção de café dos seus cooperados logo após o início da colheita, geralmente em maio. A maioria dos produtores colhe seu café e o beneficia em sua propriedade ou em caminhões equipados com máquina beneficiadora instalada em sua caçamba, os quais atendem às propriedades desprovidas desse equipamento. O produtor que não possui beneficiadora e que não aluga máquina para beneficiar seu café pode enviar seu produto na forma de café em côco⁵² para a Cooperativa, que possui instalações para seca e benefício do café. Os custos destes serviços prestados pela Cooxupé são descontados do produtor rural quando este vende o café.

Todo o café beneficiado ou não é transportado por caminhão da propriedade rural até os armazéns da Cooxupé. Os caminhões geralmente são pertencentes a transportadores

⁵¹ Se considerarmos não somente o transporte do insumo final até as lavouras de café, mas também o transporte das matérias-primas necessárias à fabricação desse insumo, notaremos outros modais envolvidos, como por exemplo, o ferroviário e o aquaviário.

⁵² É o café que já foi seco no terreirão ou no secador, porém ainda não descascado.

autônomos, isto é, caminhoneiros que prestam serviços à Cooperativa. O valor do frete geralmente é descontado do produtor, no momento que este decide vender sua produção. Em alguns casos, o produtor de café possui sua própria frota de caminhões, utilizando-a para o transporte até os armazéns da Cooperativa.

Nos armazéns da Cooxupé, o café é analisado, classificado e empilhado de acordo com o resultado dessa padronização. Atualmente, uma das prioridades da Cooxupé é modernizar as formas de estocagem, substituindo as sacarias por “big bags” – sacos maiores que comportam 20 sacas de 60 kg, ou seja, 1.200 kg de grão cru (COOXUPÉ..., 2008a). Os big bags são mais uma inovação técnica que facilita e barateia o manuseio dentro do armazém, que passa a ser feito por empilhadeiras em vez de manualmente. Além disso, os big bags eliminam a necessidade de sacaria durante o transporte, é reutilizável e permitem maior rapidez no escoamento do café para os mercados compradores, atendendo assim às exigências de maior competitividade e fluidez na circulação da produção.

Já nos armazéns, o café passa pelo preparo, que consiste no rebenefício, ventilação, catação eletrônica e ligas que vão formar as diversas qualidades do produto de acordo com as especificações dos compradores. Desta maneira, é na Cooperativa que a média de preço do café se eleva, pois esse processo de padronização agrega valor. Quando o cooperado decide vender o café, que por norma da Cooxupé tem liquidez imediata, a Cooperativa entrega-lhe o valor de acordo com a classificação e padronização realizada no recebimento, antes, portanto, do rebenefício realizado pela Cooxupé.

Para determinar a qualidade de um café, são analisados os diversos fatores que determinam seu grau de aceitação pelo mercado consumidor. Os principais são: bebida, grão, peneira, aspecto, cor, seca, preparo e torração. Na maioria dos mercados as demais características do café não influem de maneira tão acentuada no valor do produto como a qualidade da bebida.

A Cooxupé utiliza um sistema próprio de classificação por qualidade, identificando os diferentes tipos de café com uma classificação em R.A.’s (Remessa de Amostra). Além disso, ainda há a classificação pelo tamanho do grão (por peneiras). Assim, a cooperativa trabalha com cerca de 35 tipos de café por qualidade, que podem ser resumidos em 14 grupos, em ordem decrescente de qualidade da bebida que originam : RA1 (o café mais fino – padrão exportação), RA2, RA3, RA4, RA5, RA6, RA8, RA10, RA11, RA12, RA44, RA CONI (variedade **Conilon**), RA ESC (escolha), RA PALHA (OLIVEIRA, L., 1997).

Após ser rebeneficiado, o café pode ser comercializado de diferentes formas: exportação direta: venda às empresas exportadoras; venda a indústrias torrefadoras que abastecem o mercado interno; venda à indústria de café solúvel e torrefação própria.

O modo da Cooxupé transportar o café vai depender das exigências do cliente. De modo geral, o café destinado ao mercado nacional é transportado através de caminhões em sacas de 60 kg ou “big bags” até as torrefadoras. O café destinado ao mercado internacional é transportado em caçambas ou contêineres, que carregam café em sacas de 60 kg ou a granel, por via rodoviária, dos armazéns da Cooperativa até o porto de embarque, e por via marítima, do porto de embarque até o país destinatário do café. Cabe destacar que todo o transporte do café, desde os armazéns da Cooxupé, até os portos ou torrefadoras instaladas em território nacional, é realizado por empresas transportadoras especializadas que prestam serviços à Cooxupé.

Para escoar a sua produção para o mercado internacional, a Cooxupé faz uso apenas do Porto de Santos, que é o principal escoadouro da produção cafeeira do Brasil. Em 2008, a Cooxupé efetuou 1.554 embarques de café arábica pelo Porto de Santos, totalizando 5.348 contêineres. No entanto outros portos como o de Vitória (ES), Sepetiba (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Paranaguá (PR) (**Mapa 8**) também são usados pelas empresas exportadoras de café e tradings para a exportação do café (**Tabela 28**).

Mapa 8: Brasil: principais portos de embarque de café



Tabela 28: Exportações brasileiras de café em grão por unidade de embarque – Período: Ano-Safra (Julho/Junho) – 2007/2008

Unidade de Embarque	Sacas de 60 kg
Santos	16.407.074
Vitória	4.799.173
Sepetiba	1.466.788
Rio de Janeiro	601.628
Salvador	312.871
Paranaguá	1.598
Rodoviário	261.484
Outros	21.589
Total	23.872.205

Fonte: Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – CECAFÉ

Ainda em relação aos portos, cabe destacar também a Estação Aduaneira do Interior (EADI) ou “Porto Seco”, localizado em Varginha⁵³ (MG). Embora este porto não seja usado pela Cooxupé, muitas empresas exportadoras de café o utilizam, na medida em que todos os processos de embalagem, manuseio de cargas, estufagem de contêineres, pesagem, expedição de mercadorias para a exportação e admissão de mercadorias são realizados na própria EADI, facilitando assim a logística de embarque e exportação, que se realiza através do Porto de Santos. No ano-safra 2007/2008, a EADI Varginha foi responsável pelo despacho de 621.082 sacas de café de 60 kg.

Em relação ao café exportado pela Cooxupé, o mesmo processo realizado na EADI de Varginha é também realizado nos armazéns da Cooperativa, uma vez que esta possui os equipamentos necessários para tal processo. Além disso, por ser credenciada junto à Receita Federal, a Cooxupé envia ao Porto de Santos os contêineres já lacrados, o que permite o embarque no momento em que chegam ao Porto, evitando assim filas e atrasos.

Fazendo a análise da circulação do café em grão através dos sistemas de objetos e sistemas de ações da Cooxupé, fica claro para nós que os sistemas técnicos, aliados a uma normatização política, são criados para facilitar a fluidez do território, fluidez esta que permite maiores lucros às empresas, principalmente às maiores.

⁵³ A Estação Aduaneira do Interior é um terminal alfandegário de uso público que oferece serviços de desembaraço, entrepostagem, desova, movimentação de contêineres e mercadorias em geral, destinadas à importação e exportação, aliviando o fluxo de mercadorias nos portos, aeroportos e zonas de fronteira de todo o país. A EADI/Varginha foi o primeiro Porto Seco criado no Brasil, estando localizada em um ponto estratégico, distante 300 km das três principais capitais do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, facilitando desta forma, o recebimento e a posterior distribuição das mercadorias (FREDERICO, 2002).

7.2 Os atuais sistemas técnicos de telecomunicações e de informática: a informação como importante fator de competitividade das empresas

A informação apresenta-se hoje como um recurso para a produção em sentido lato e para a competitividade de cada empresa em particular. Deste modo, os atuais sistemas técnicos de telecomunicações e de informática e informação (principalmente as redes de serviço de telefonia fixa e celular e as configurações do sistema de Internet) passam a ser um fator decisivo na concorrência entre as empresas, garantindo a coordenação e o controle de seus circuitos espaciais de produção e ampliando seus círculos de cooperação no espaço.

No circuito espacial de produção do café, a difusão dos sistemas de telecomunicações e de informática permite que um número cada vez maior de cafeicultores tenha acesso às informações via Internet, podendo acompanhar a cotação diária do café nas principais bolsas de negócios do mundo, assim como ter acesso às previsões meteorológicas para a agricultura, lançamento de novas variedades de plantas e maquinários agrícolas, além de entrar em contato com outros produtores. Porém, certas informações não estão disponíveis nos meios de comunicação para uso dos cafeicultores. São informações específicas, geralmente restritas apenas às grandes empresas e que podem resultar no aumento da qualidade e da quantidade de café produzido, no aumento da fluidez da produção, assim como levar a acordos comerciais mais lucrativos.

Pensando em tudo isso, a Cooxupé conta, desde janeiro de 2006, com um moderno sistema de informação denominado ERP – “Enterprise Resources Planning”. Este sistema de gestão integrou matriz, núcleos e unidades avançadas permitindo à Cooxupé trabalhar com um banco de dados único, ágil e que pode ser atualizado no exato momento em que uma operação é executada (ERP (...), 2007).

Com o ERP, as operações de entrada, embarque e preparo de café, por exemplo, podem ser acompanhadas em tempo real. O setor de Planejamento, Controle e Produção (PCP), que realiza a programação logística de café da Cooxupé, também ganhou agilidade nos processos em função de regras bem definidas e controle rigoroso proporcionados pelo ERP. Em relação aos pacotes de produtos que podem ser pagos em sacas de café, o ERP efetua as conversões das embalagens e realiza o faturamento referente às operações. Em 2006, a Cooxupé realizou essa operação de troca com a Syngenta (55.000 sacas de café), Bayer (11.300 sacas) e Basf (800 sacas). No que se refere aos estoques, o ERP possibilita que o Departamento de Suprimentos tenha controle dos estoques de produtos em qualquer uma das

lojas, unidades avançadas e centros de distribuição, gerando maior controle e padronização das informações. Os benefícios se estendem às Centrais de Distribuição e ao Departamento de Transportes, que trabalham com maior precisão e agilidade no abastecimento e entrega de mercadorias (ERP (...), 2007).

O sistema de informação ERP permite ainda à Cooxupé ter acesso a informações privilegiadas em relação ao preço do café⁵⁴. Cabe observar que o próprio fato de o café poder ser comercializado de várias formas (venda direta para os compradores⁵⁵, mercado futuro⁵⁶, cédula do produtor rural⁵⁷) aumenta a necessidade de obtenção de informações privilegiadas. Através do ERP, a Cooxupé pode realizar um monitoramento imediato e constante dos preços de café praticados pelos concorrentes e acompanhar as cotações do produto nas principais Bolsas de Valores do mundo onde é comercializado, fato este que lhe garante a realização de acordos comerciais mais lucrativos.

Além do sistema de informação ERP, a Cooxupé conta ainda com uma unidade de geoprocessamento, instalada no núcleo de Monte Santo de Minas. Para tornar esse serviço mais eficiente, em 2008, a Cooxupé adquiriu 54 GPSs (Sistema de Posicionamento Global). Graças a essa tecnologia, hoje a Cooxupé tem o cadastro e mapeamento de 14.332 propriedades de 11.519 cooperados e o mapeamento de estradas rurais situadas em dez municípios: Guaxupé, Muzambinho, Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Conceição Aparecida, em Minas Gerais; e Caconde, Tapiratiba, São José do Rio Pardo, Divinolândia e São Sebastião da Gramma, no estado de São Paulo (COOXUPÉ, 2009).

A tecnologia de geoprocessamento, utilizando imagens por satélites, permite também, à Cooxupé oferecer aos cooperados que se interessarem um modelo de gestão empresarial, visando ao aumento da produtividade das lavouras cafeeiras. Além disso, o trabalho de geoprocessamento auxilia na elaboração da estimativa da safra oficial divulgada a cada ano pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ainda em relação à coleta de

⁵⁴ O mercado de café apresenta uma grande variação de preços e um elevado grau de instabilidade, isto devido a constantes choques de preços que incidem sobre este mercado, afetando tanto os preços de oferta quanto os de demanda.

⁵⁵ Depois de feito o pedido pelo comprador, o café é entregue imediatamente pela Cooperativa.

⁵⁶ É o mercado onde se negociam contratos futuros, que representam promessas de compra ou venda de uma determinada mercadoria, no qual os compradores e vendedores fixam o preço com vencimento para data futura, escolhida dentre aquelas que são fixadas pela bolsa. No caso do comprador, fixa um preço antecipado, visando assegurar sua margem de rentabilidade e se protegendo do risco de alta desse produto; já o vendedor a futuro, fixa seu preço de venda para se proteger do risco de queda no preço e garantindo assim sua rentabilidade (AZEVEDO; CASTRO JR.; FONTES, 2003).

⁵⁷ Instrumento para formalização de compra e venda de produtos rurais, com recebimento a vista e entrega futura, sendo um título líquido e certo, exigível no período, na quantidade e na qualidade do produto nele previsto e no local de entrega, que é o armazém em que o comprador ou o vendedor detém a posse, admitindo-se ainda, outros locais, desde que definidos em consenso.

informações, a Cooxupé encerrou 2008 estando com 11 estações meteorológicas em atividade (COOXUPÉ, 2009).

Concluindo, podemos afirmar que os sistemas de telecomunicações e de informática estão sendo usados hoje muito mais como meios para se atingir uma maior acumulação de capital, uma vez que contribuem para uma maior produtividade e fluidez e, conseqüentemente, uma maior circulação do café. Esta por sua vez torna-se fundamental na transformação da produção e do espaço, já que “uma de suas conseqüências é, exatamente, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez mais circulação” (SANTOS, 2004, p. 241).

Considerações Finais

No atual período técnico-científico-informacional, o espaço geográfico ganha nova importância. A competitividade, que antes era restrita apenas à estrutura interna de cada corporação, passa agora a ser também um atributo dos lugares (SANTOS, 1999b).

Para que os lugares tornem-se competitivos, as grandes empresas impõem a instalação técnico-científica e informacional do meio geográfico, constituindo em territórios nacionais circuitos de redes instrumentais mediadas por modernos sistemas de comunicação e informação ao seu serviço – os circuitos espaciais de produção. Esses circuitos de redes permitem às empresas uma gestão técnica e solidariamente organizada do território, normatizando e comandando assim todo o processo de produção, processo de trabalho este cada vez mais dividido.

O circuito espacial de produção de café no Brasil é um bom exemplo para comprovarmos que toda a modernização pela qual passa o território brasileiro no atual período técnico-científico-informacional visa fundamentalmente a fazer dos lugares um recurso favorável aos grandes agentes hegemônicos, cuja finalidade única é o alcance de maior competitividade.

No circuito em questão, o Estado constituiu desde o início do século XX, porém mais intensamente a partir da década de 1950 até meados da década de 1980, o principal agente organizador, normatizador e modernizador do circuito. A partir de meados da década de 1980, o Estado passa a transferir o poder político de organização do circuito espacial de produção do café para a gestão das empresas. Essa nova política, marcada pelos ideais neoliberais, se acentua na década de 1990, criando uma nova instância de regulação do território – ou seja, uma política das grandes empresas, disseminando práticas particularistas que objetivam, sobretudo, o aumento da competitividade dos lugares onde se instalam, uma gestão sem nenhum comprometimento com a vida das sociedades do lugar.

Dessa forma, os lugares que compõem o circuito espacial de produção do café no Brasil são levados a se adaptarem às novas lógicas do modo de desenvolvimento do capitalismo hoje. Para que maiores quantidades de café sejam produzidas em arenas cada vez menores, cria-se uma enorme rede de relações entre produtores rurais, empresas de insumos, empresas torrefadoras, cooperativas, instituições financeiras e de pesquisa, tudo visando a garantir o aumento da produção e conseqüentemente maior acumulação do capital. Essas relações, por sua vez, levam ao aumento da área de produção, na medida em que há uma

ampliação de outras instâncias do processo de produção, de circulação, de distribuição e de consumo.

Configuram-se assim, regiões edificadas por estreita solidariedade organizacional, em que um comando remoto da parcela técnica da produção se faz cotidianamente e a condução das políticas locais seja determinada heteronomicamente e cada vez mais por eventos de caráter exógeno – tudo organizado na região para o uso do território como recurso a serviço dos agentes hegemônicos da economia e da política mundiais. É desse modo que podemos afirmar juntos com Santos & Silveira (2003, p. 21) que os lugares, tornam-se obedientes aos interesses dos grandes agentes hegemônicos da economia, resultando na perda de sua autonomia política.

O Estado, por sua vez, embora se diga afastado da regulação do mercado, continua dando amplo apoio político-econômico aos agentes que compõem o circuito espacial de produção do café. Através de um forte círculo de cooperação, o Estado concede crédito, desenvolve pesquisas relacionadas ao café, cria ou moderniza infra-estruturas, oferecendo dessa forma todo o suporte técnico-normativo necessário à eficiência e competitividade exigida pelas empresas que compõem o circuito espacial de produção do café.

É exatamente o aumento da competição entre as empresas em geral e as voltadas ao circuito espacial de produção do café em particular, que tem levado ao aumento das fusões e aquisições, ocasionando a formação de monopólios territoriais. Assim, quando analisamos o circuito espacial de produção do café, encontramos algumas poucas empresas, cada qual no seu ramo de atividade (produção de fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas, torrefação de café, exportação de café em grão) agindo de forma seletiva, pontuando suas ações em lugares específicos, onde os recursos e a produtividade espacial que lhes interessam possam ser encontrados ou constituídos de forma mais facilitada, traçando assim novas trajetórias e inserindo no território um novo dinamismo para o exercício ótimo das ações hegemônicas.

É o que ocorre nas cidades do campo moderno. Analisando o caso do município de Guaxupé, fica claro para nós que a cidade tem certo poder de comando sobre o território que a rodeia, uma vez que comanda a produção, o processamento, a comercialização e a circulação do café, porém o comando propriamente político, que inclui a regulação normativa, financeira e informacional vem de outras cidades, centros de comando nacionais e mesmo internacionais. Esse comando político, ou melhor, essa gestão é exercida pelas empresas, entre elas e exemplarmente a Cooxupé.

Podemos dizer que a Cooxupé é empresa territorial, por depender das condições territoriais para sua sobrevivência, atuando assim no sentido de organizar o processo de

produção e os lugares onde está instalada a se adaptarem às exigências impostas pelos grandes agentes hegemônicos da economia e da política. Através de uma rede de relações com os mais variados agentes do circuito espacial de produção do café (produtores rurais, empresas produtoras de insumos, grandes torrefadoras nacionais e internacionais, instituições financeiras e com o próprio Estado) e fazendo uso dos sistemas de movimento (rodovias, portos, sistemas técnicos de telecomunicações e de informática) a Cooxupé acaba por impor uma ordem heteronômica, instrumental e pragmática aos lugares onde atua.

Com **status** de maior cooperativa de cafeicultores do mundo, a Cooxupé, que é, paradoxalmente, empresa de capital totalmente nacional e representante de produtores rurais brasileiros, poderia assumir o papel de resistência do lugar aos vetores normativos verticais, principalmente àquelas ordens ditadas pelos interesses das corporações internacionais – resistência no sentido de fazer reverter a riqueza produzida no lugar, aos próprios produtores dessa riqueza. Porém essa resistência não ocorre na medida em que a Cooperativa mantém fortes relações de dependência e subordinação com empresas multinacionais, o que a torna aliada do capital internacional.

Por isso, fica claro que a Cooperativa está muito mais solidária com a reprodução do capital segundo a lógica do crescimento e competição sem limites, do que solidária aos anseios dos produtores rurais cooperados, que acabam subordinados a esta mesma lógica do capital. Assim, o caráter da cooperação da Cooxupé acaba sendo totalmente contrário à resistência e autonomia política do lugar, resistência esta que poderia transformar as solidariedades verticais em solidariedades horizontais, isto é, “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território (...)” (SANTOS, 2003b, p. 110).

Referências bibliográficas (material)

AÇÕES contemplam crédito, financiamentos e aquisição de equipamentos. **Folha Rural**, Guaxupé, 20 mar. 2007.

AZEVEDO, Adriano Freitas de; CASTRO JR. Luiz Gonzaga de; FONTES, Renato Elias. Elasticidade e causalidade na transmissão de preço do café entre localidades de Minas Gerais, São Paulo e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 16., 2003. Juiz de Fora. **Anais ...** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução recente da cafeicultura mineira**. 1988. 533 f. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CAFÉ com Lucro XII – Cooperados participam e garantem colheita. **Folha Rural**, Guaxupé, 20 nov. 2008.

CASTILLO, Ricardo; TOLEDO Jr., Rubens de; ANDRADE, Júlia. Três dimensões da solidariedade em Geografia. Autonomia político-territorial e tributação. **Experimental**, São Paulo, n. 3, p. 69-99, set. 1997.

CATAIA, Márcio Antonio. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 170-177.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 27-51.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTEL, Fábio Betioli. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil, Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5. ed. São Paulo: Record, 2003.

COOPERADOS ganham novas instalações. **Folha Rural**, Guaxupé, 20 mar. 2007.

COOXUPÉ e Nespresso oferecem mercado para cafés de qualidade. **Folha Rural**, Guaxupé, 15 maio 2007a.

COOXUPÉ firma contrato para crescer de forma estruturada. **Folha Rural**, Guaxupé, p. 2, 20, jul. 2007b.

COOXUPÉ já pode comercializar cafés com o selo 4C. **Folha Rural**, Guaxupé, 15 out. 2007c.

COOXUPÉ. **Relatório de gestão e demonstrações financeiras**: em 31 de dezembro de 2008 e de 2007. Guaxupé: Cooxupé, 2009.

COOXUPÉ fecha o ano com quebra sucessiva de recordes. **Folha Rural**, Guaxupé, 20 jan. 2009.

CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja. In. CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 11-89.

COUTINHO, Luciano **et al.** (Coord). **Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria do café**. Brasília: MCT, 1993.

COUTINHO, Luciano **et al.** (Coord). **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Brasília: MDIC, 2002.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008. Barcelona. **Anais ...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A.. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro, UERJ, 2007. P. 49-66.

ERP gera informação integrada em tempo real. **Folha Rural**, Guaxupé, fev./mar. 2007.

FEIRA bate recordes de público e de vendas. **Folha Rural**, Guaxupé, Mar. 2008.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A geografia ativa**. São Paulo, Difel, 1980. p. 8-40.

GONÇALVES, José Sidnei; FERREIRA, Célia R. R. P. T.; SOUZA, Sueli Alves Moreira. Produção nacional de fertilizantes, processo de desconcentração regional e maior dependência externa. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 8, p. 79-91, ago. 2008.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HASENCLEVER, Lia; ANTUNES, Adelaide. **Uma agenda de competitividade para a indústria paulista – indústria de defensivos**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. **O movimento cooperativista e a cafeicultura**. Rio de Janeiro: IBC, 1965.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 1990. p. 113-223.

KAHIL, Samira Peduti. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Uso do Território Brasileiro: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no front da agricultura moderna – região central do Brasil”**. Rio Claro: IGCE, UNESP, 2008.

LAMOUNIER, Wagner Moura. Tendência, ciclos e sazonalidade nos preços spot do café brasileiro na NYBOT. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 14, n.1, p. 13-23, jan./abr. 2007.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **O Capital – Volume I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NEVES, Andréa da Costa. **O Programa Moderfrota e os efeitos sobre o setor de Máquinas Agrícolas Automotrizes**. 2005. Monografia. Departamento de Economia. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Café do Brazil – O sabor amargo da crise**. São Paulo: Instituto Observatório Social, set. de 2002.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Café: vida, produção e trabalho. Agricultores familiares e assalariados rurais**. São Paulo: Instituto Observatório Social, set. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **O Momento Lênin**. São Paulo: CENEDIC, FFLCH, USP, 2004. Relatório final do Projeto Temático FAPESP “O pensamento nas Rupturas da Política”.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F., RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. S.I.G. para a Gestão de Custos por Qualidade: Estudo de Caso em uma Cooperativa de Café. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.1, n. 3, p. 97-119, Set/Dez. 1997.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Redes e verticalidades como estratégias de uso do território por grandes empresas: o exemplo da Embraer**. 2005. 123 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

PROGRAMA 4C – Aprenda mais sobre produção sustentável. **Folha Rural**, Guaxupé, 20 maio 2008.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO. **Novo retrato da Agricultura Familiar – O Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil, Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5. ed. São Paulo: Record, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONARD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SAAB, Ali Aldersi; PAULA, Ricardo de Almeida. **O mercado de fertilizantes no Brasil: diagnóstico e Propostas de Políticas**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Assessoria de Gestão Estratégica – AGE, 2008.

SAES, Maria Sylvia M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1995. 164 f. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SAES, Maria Sylvia M.; FARINA, Elizabeth M. M. Q. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, ano IV, n. 6, Rio de Janeiro, p. 5-20, 1999.

SANTOS, Milton. Região: Globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento: Homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: EDUECE, 2003a. p. 53-64.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. São Paulo: Record, 2003b.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: BRANDÃO, Maria A. **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 253-261

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil, Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5. ed. São Paulo: Record, 2003.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SILVA, Lucas Frazão. **A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivista (1960/90)**. 1994. 95 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, ano IV , n. 6, Rio de Janeiro, p. 21-28, jan./jun. 1999a.

SILVEIRA, Maria Laura. Um país, uma região, fim de século e modernidades na Argentina. **Formação**, n. 6, Presidente Prudente, p. 65-74. 1999b.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma globalização desnecessária, um território instável. **Ciência Geográfica**, ano VII, vol. 1 (21), Bauru, p. 43-46. 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Argentina: do desencantamento da modernidade à força dos lugares. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 177-207.

TERRA, Fábio Henrique Bittes Terra. **A indústria de agrotóxicos no Brasil**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VEIGA, José Eduardo Rodrigues; FREDO, Carlos Eduardo. A produção de café e o provável impacto do aumento real do salário mínimo nos custos de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 17, p. 45-57, dez. 2006.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **As empresas e o uso do território brasileiro: a cidade de São José do Rio Preto vista através da dinâmica territorial de suas empresas**. 2002. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Referências Bibliográficas (digital)

A PINHALENSE. **Pinhalense S/A Máquinas Agrícolas**, 2008. Disponível em: <http://www.pinhalense.com.br/site/_portugues/index.htm>. Acesso em: 31 jan. 2009.

APPEL, Renata. **Maior concentração na indústria de café**. Valor Econômico, 31 ag. 2006. Disponível em: <http://www.consumidor-rs.com.br/index.php?p=cont_int&p1=boletim&txt_codigo=9834>. Acesso em: 13 nov. 2008.

BNDES amplia recursos e reduz custos do crédito agrícola para ano-safra 2008-2009. **BNDES**, 02 jul. 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2008/not105_08asp>. Acesso em 13 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Decreto nº 4623, de 21 de março de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/PORTAL_AGRO_NEGOCIO_CAFE/PORT_AGRO_CAFE_CDPC/DECRETO%20N%BA%204.623%20-%20DISP%D5E4.20SOBRE%20O%20CPDC_0PDF>. Acesso em 19 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Secretaria de Política Agrícola (SPA). **Informativo de Economia Agrícola**, ano 1, vol. 1, p. 4-6, out. 2007. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/ESTUDOS_PUBLICACOES/INFORMATIVO%20DE%20ECONOMIA%20AGR%CDCOLA%20N%BA%201%20\(2\)_0.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/ESTUDOS_PUBLICACOES/INFORMATIVO%20DE%20ECONOMIA%20AGR%CDCOLA%20N%BA%201%20(2)_0.PDF)>. Acesso em 19 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira: Funcafé: Relatório de Atividades 2006**. Brasília: Mapa/SPAE/DCAF, 2007b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/PORTAL_AGRO_NEGOCIO_CAFE/PORT_AGRO_CAFE_REL_ESTADISTICAS/RELAT%D3RIO%20DE%20GEST%30%20FUNCAF%C9%202006%20-%20VERS%C30%20FINAL%20-%20OUTUBRO%202007_0PDF>. Acesso em: 13 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira: Funcafé: Relatório de Atividades 2007**. Brasília: Mapa/SPAE/DCAF, 2008. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos_portal/relatorio_atividades_funcafe_2007.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.

CAFÉ DAMASCO S.A e Mitsui Alimentos Ltda. **Valor Econômico**, 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.cafedamasco.com.br/noticias/noticia.htm?noticia=149>>. Acesso em 13 nov. 2008.

CASTILHOS Clarisse Chiappini *et al.* A indústria de máquinas e implementos agrícolas no RS: notas sobre a configuração recente. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA – EEG, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/estudos-setoriais-sessao2-1.doc>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

COOXUPÉ fecha 2008 como maior exportador de café do Brasil. **Revista Cafeicultura**, 2005. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=18881&cooxupe-fecha-2008-como-maior-exportador-de-cafe-do-brasil.html>>. Acesso em: 20 abril 2009.

D'AMBRÓSIO, Daniela; SCARAMUZZO, Mônica. **Sara Lee faz acordo com Maratá e cresce no Nordeste**. Valor On Line, 2008. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=15036>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

DEFENSIVOS agrícolas: rumo a uma retomada sustentável. **Instituto de Economia Agrícola**, 2008. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9200>>. Acesso em: 30 ag. 2008.

DIVISÃO Agrícola: café. **D'Andrea Agrimport**, 2007. Disponível em: <<http://www.agrimport.com/divisoes.asp?ndiv=agricola&div=cafe>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

FETILIZANTES: alta dos insumos compromete renda do produtor. **Federação da Agricultura do Paraná**, 2008. Disponível in: <http://www2.faepr.com.br/downloads/enc_fertilizantes.pdf>. Acesso em: 30 ag. 2008

GRAMKOW, Fabiana Bohm. **Análise da estrutura e da estratégia: o caso AGCO do Brasil**. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2334/000318087.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

MINAS GERAIS. Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI. **Panorama da cadeia do café no Brasil com ênfase nos cafés especiais**. Belo Horizonte: INDI, 2006. Disponível em: <http://www.indi.mg.gov.br/backup_site_290072008/Estudos/2006/PanoramadaCadeiadoCafénoBrasil.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.

NESPRESSO e Starbucks chegam ao Brasil. **Jornal do Café – Abic**. Edição 156, dez. 2006/jan. 2007. Disponível em: <http://www.abic.com.br/jcafe/jcafe_ed156_p70a71.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

QUATRO C apresenta novo conceito de comercialização de café. **Abic**, 25 nov. 2006. Disponível em: <http://www.abic.com.br/noticias/nota_4c_271106html>. Acesso em: 10 jun. 2008.

QUATRO C no mercado, em outubro. **Jornal do Café – Abic**. Edição 158, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.abic.com.br/jcafe/jcafe_ed158_p28a29.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

RIBEIRO, Adauto Roberto. Panorama setorial: o complexo agroindustrial cafeeiro no Brasil. **Análise**, Jundiaí, ano VI, n. 11, p.23-33, Fev. 2005. Disponível em: <<http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/analise/pdf/analise11.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SARA LEE adquire negócio de café no Brasil. **Business Wire**, 19 set. 2008. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=17501>>. Acesso em 13 nov. 2008.

SCARAMUZZO, Mônica. **Melitta do Brasil compra a gaúcha Café Bom Jesus**. Valor Econômico, 17 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=4272>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

SCARAMUZZO, Mônica. **Cooxupé cria trading e decide sair do Cecafé**. Valor Econômico, 03 set. 2008. Disponível em: <http://www.peabirus.com.br/redes/form/post?pub_id=39520>. Acesso em 16 abril 2009.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. A cultura do café: 1961-2005. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 205-270, set. 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set2207a.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2008

SOBRE a região. Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER, 2008. Disponível em: <<http://www-cafedocerrado-org/?p=s3>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

VELASCO, Luciano Otávio Marques de; CAPANEMA, Luciana Xavier de Lemos. O setor de Agroquímicos. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 69-96, set. 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set2403.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2008.

Bibliografia Geral

CARLOS, Ana F. A. **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Européia do Livro,

GRANGER, Gilles-Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Unesp, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

NASCIMENTO JR., Francisco das Chagas. **A constituição do circuito de cooperação de pesquisa agrícola no Brasil: uma nova face do uso corporativo do território brasileiro no período técnico-científico-informacional**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

O HOMEM no caos do capitalismo. **Revista Mente, Cérebro & Filosofia**. N. 7. São Paulo: Ediouro/Duetto Editorial, 2008.

SANTOS, Irineu Ribeiro. **Os fundamentos sociais da ciência**. São Paulo: Polis, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território – Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SOUZA, Maria A. A. (Org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003.

TOLEDO, Marcio Roberto. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 1 – Instituições responsáveis pela execução direta das ações do PNP&D/Café – Programação 2006

Acre
Embrapa Acre
Amapá
Embrapa Amapá
Bahia
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A - EBDA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Brasília
Embrapa Café
Embrapa Cerrados
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Universidade Católica de Brasília – UCB
Universidade de Brasília – UnB
Espírito Santo
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER
Goiás
Universidade Federal de Goiás – UFG
Minas Gerais
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG
Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais - COOCAMIG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/ DFA-MG
Universidade de Uberaba – UNIUBE
Universidade Federal de Lavras – UFLA
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Pará
Embrapa Amazônia Oriental – CPATU
Paraná
Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/SPAE/DCAF
Universidade Estadual de Londrina – UEL
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Rio de Janeiro
Embrapa Agroindústria de Alimentos – CTAA
Embrapa Agrobiologia – CNPAB
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO
Fundação BIO-RIO
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Rondônia
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Embrapa Rondônia - CPAF – RO
Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia - FARO
São Paulo
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI
Embrapa Instrumentação Agropecuária – CNPDIA
Embrapa Meio Ambiente – CNPMA
Instituto Agrônômico de Campinas – IAC
Instituto Biológico – IB
Instituto de Economia Agrícola – IEA
Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE
Universidade de São Paulo - USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp - Campus Botucatu

Fonte: BRASI, 2007b.

ANEXO 2

Tecnologias e pesquisas geradas pelo CBP&D/Café

Área: Tecnologia	Benefício	Instituição
1 – Agrodimitologia e Fisiologia do Cafeeiro: enxertia	Permite o cultivo do cafeeiro em áreas infestadas por nematóides.	IAC
2 – Biotecnologia aplicada à Cadeia Agroindustrial do Café: genômica	Informações sobre o código genético através das quais pesquisadores poderão determinar quais genes estão envolvidos na resposta da planta a diferentes condições ambientais e desenvolver variedades resistentes a pragas, doenças e nematóides com reflexos diretos na proteção ambiental e na sustentabilidade tecnológica da cultura. Também será possível saber como controlar a floração e a maturação dos frutos, importantes fatores na determinação da qualidade do produto, rendimento da colheita, eficiência da secagem e custo de produção.	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, EPAMIG, FAPESP, IAC, IAPAR, INCAPER, UFPA, UFV, Unesp, UNICAMP, USP.
3 – Colheita, Pós-Colheita e Qualidade do Café: Abanadora mecânica manual.	Baixo custo e alto rendimento.	UFV
4 – Cafeicultura Orgânica e Familiar: Adensamento de plantio como forma de auferir competitividade às propriedades familiares.	Proporcionam melhor ocupação dos espaços pelo cafeeiro e o intensivo uso da mão-de-obra, ampliando as oportunidades de trabalho.	IAPAR, INCAPER, UFPA, IAC, Embrapa Agrobiologia, EPAMIG.
5 – Doenças e nematóides do Cafeeiro: Manejo integrado	Permite a convivência das plantas de café com pragas e doenças, deixando que a planta desenvolva defesas próprias ou encontre parceiros que a protejam do ataque de pragas ou vetores de doenças.	IAPAR, Instituto Biológico, Embrapa Rondônia, UFPA, UFV, EPAMIG, INCAPER.
6 – Genética e Melhoramento do Cafeeiro: resistência a adversidades ambientais.	Cultivares adaptadas e técnicas de manejo têm sido desenvolvidas visando minimizar problemas de intempéries.	EPAMIG, IAC, IAPAR, INCAPER, MAPA/SARC, UFV.

7 – Industrialização e Qualidade do Café: padrões de qualidade para o café brasileiro	Satisfazer os mercados interno e externo, que apontam para um aumento de 20% na demanda por cafés especiais ou gourmet, que são até três vezes mais valorizados que os cafés tradicionais.	EPAMIG, ITAL, UFPA.
8– Manejo da Lavoura Cafeeira: sombreamento do cafeeiro.	O sombreamento do cafeeiro traz vantagens de maior longevidade da lavoura e constância de produção.	Embrapa Agrobiologia, Embrapa Rondônia, EPAMIG, IAC, IAPAR, INCAPER/Pronaf, Pesagro-Rio, Uesb, UFPA.
9 – Solos e Nutrição dos Cafeeiros: Aproveitamento de resíduos sólidos provenientes de dejetos de suínos e de líquidos decorrentes do despolpamento dos frutos do cafeeiro.	Economias significativas de fertilizantes nas lavouras.	EPAMIG, UFPA, UFV.
10 – Irrigação: softwares e equipamentos que otimizam o uso da água.	Democratiza a informação tecnológica, lançando mão de modernos instrumentos de comunicação, como os softwares, que têm capacidade de armazenar um grande volume de informações que chegam aos produtores a um custo baixo.	UFV.
11- Sócio-economia, mercados e qualidade total no circuito espacial de produção do café: avaliação da competitividade da Indústria de torrado e moído no mercado internacional.	A pesquisa mostra que as empresas brasileiras têm grande capacidade de competir no mercado internacional, com excelentes tecnologias.	IEA
12 – Transferência de Tecnologia: Simpósios dos Cafés Brasileiros.	Fórum de discussão sobre o papel da ciência e tecnologia na cadeia produtiva do café, e integra os diversos elos da cadeia do agronegócio café - extensionistas, pesquisadores, empresários e produtores rurais.	Embrapa Café.

Fonte: BRASI, 2007b.